

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

THAIS ESTEVES RAMOS FONTANA

**IFSC-URUPEMA (SC) E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:
UMA ANÁLISE DE SUA ATUAÇÃO EDUCACIONAL**

Lages
2020

THAIS ESTEVES RAMOS FONTANA

IFSC-URUPEMA (SC) E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:
UMA ANÁLISE DE SUA ATUAÇÃO EDUCACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para a Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks

Lages

2020

Ficha Catalográfica

F679i

Fontana, Thais Esteves Ramos.

IFSC-Urupema (SC) e o desenvolvimento territorial: uma análise de sua atuação educacional/Thais Esteves Ramos Fontana – Lages, SC, 2020.
139 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense.

Orientador: Geraldo Augusto Locks.

1. Atuação Educacional. 2. Desenvolvimento Territorial. 3. IFSC-Urupema. I. Locks, Geraldo Augusto. II Título.

CDD 378.1

Catálogo na Fonte: Biblioteca Central

THAIS ESTEVES RAMOS FONTANA

**IFSC - URUPEMA (SC) E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA
ANÁLISE DE SUA ATUAÇÃO EDUCACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da
Universidade do Planalto Catarinense
para a Defesa de Dissertação do Mestrado
em Educação. Linha de Pesquisa:
Educação, Processo Sociocultural e
Sustentabilidade.

Lages, 04 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks

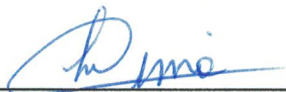
Orientador e Presidente da Banca – PPGE/UNIPLAC



Prof. Dr. Valmor Schiochet

Examinador Externo – FURB/ BLUMENAU

Participação Não Presencial - Res. nº 432/2020



Profa. Dra. Lucia Ceccato de Lima

Examinadora Interna – PPGE/UNIPLAC

Com gratidão, dedico a minha mãe Helena Esteves.

AGRADECIMENTOS

Primeiro de tudo, gostaria de agradecer a Deus por me guiar, iluminar e me dar tranquilidade para seguir em frente com os meus objetivos e não desanimar com as dificuldades. Agradeço a Ele também por me permitir concluir mais esta etapa, mesmo com tantas limitações que minha saúde me impôs.

Agradeço imensamente a minha mãe, que foi sempre mãe e pai, me criou sozinha, mas com toda dignidade de mulher guerreira, honesta e batalhadora. Mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores, que mesmo não tendo a oportunidade de perseverar em seus estudos, proporcionou a mim ter a melhor qualidade de ensino. Sua luta sempre me motivou e me ensinou a não desistir nunca, obrigada MÃE.

Ao meu amor, meu esposo Jonas, por seu apoio incondicional, sua compreensão, amizade, companheirismo, dedicação, pelas noites de sono perdidas ao meu lado, por sua capacidade de se doar sempre que eu preciso. Obrigada por dividir a vida comigo.

Aos meus amados filhos Christian, Renan, Kauan, ao filho de coração Mateus e minha nora Joana por estarem ao meu lado, vocês são a razão e força para minhas lutas.

Ao meu neto Heitor que com sua chegada em 2018, proporcionou a imensa felicidade de ser avó e de conhecer um amor doce e profundo, você foi a luz de momentos muito difíceis nessa jornada. Obrigada meu anjinho amado.

Ao meu irmão Lincoln e a Keiti, que participaram de grande parte da minha caminhada, e também minha madrinha Zenair que me incentivou e não deixou que eu desanimasse.

Ao meu queridíssimo orientador, Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks, por toda sua dedicação, paciência e amizade. Por sua compreensão não só com minha vida acadêmica, mas também com minha saúde. Por nossos encontros de orientação tão enriquecedores, me ensinando tanto e respeitando minha forma de pensar. Seu papel foi cumprido com excelência e serei sempre extremamente grata por isso, te admiro imensamente.

Aos professores da minha Banca Examinadora, Dr. Valmor Schiochet, Dra. Lúcia Cecatto Lima e Dr. Carlos Eduardo Moreira, pelos valiosos apontamentos durante a qualificação que contribuíram muito com meu trabalho. Também a todos os demais professores do mestrado e de toda vida que compartilharam seus conhecimentos para minha formação.

Aos amigos e colegas do IFSC, em especial à Simone que me incentivou a realizar mais essa etapa, ao Caio Monti que me auxiliou sempre prontamente com muitas informações sobre a implantação do câmpus Urupema e a todos os amigos do mestrado pelos agradáveis momentos que passamos juntos.

À UNIEDU/FUMDES pelo financiamento de 8 meses do mestrado através de bolsa de estudos.

Enfim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu chegasse até aqui. Muito obrigada.

Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana,
seja apenas outra alma humana (CARL GUSTAV JUNG, [s.d]).

RESUMO

O objetivo desta dissertação é compreender as contribuições das ações pedagógicas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, câmpus do município de Urupema, Estado de Santa Catarina, (IFSC- Urupema), no que tange ao desenvolvimento territorial. Para atingir este objetivo, busca-se identificar as percepções da gestão do Instituto, do poder público e da sociedade civil organizada referenciados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Contextualiza-se a trajetória de implantação da instituição educacional em Urupema, o Projeto Político Institucional, descreve-se suas ações de ensino, pesquisa e extensão e seus efeitos no desenvolvimento do território. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, documental, caracterizada como um estudo de caso, norteador pelo paradigma filosófico do Materialismo Histórico Dialético. Foi utilizada a técnica da entrevista semiestruturada no diálogo com os representantes do IFSC, do poder público e da sociedade civil organizada. Os referenciais teóricos estão baseados nos estudos de Moraes (2015), Macedo (2014), Pacheco (2010), Santos (2006), Triviños (2013), entre outros. A pesquisa revelou discursos e práticas contraditórias no que tange a concepção de educação transformadora e emancipadora, valorização dos arranjos produtivos locais e o papel do IFSC-Urupema contribuindo para o desenvolvimento territorial. Outrossim, afirmou a relevância da sua atuação educacional expressa no ensino, em atividades de pesquisa e extensão, além do acolhimento, inclusão e cooperação vivenciados pela população local. Espera-se que esta investigação contribua para o aperfeiçoamento da missão do IFSC, câmpus de Urupema, o cumprimento de seu Projeto Político Institucional convergindo-o para as necessidades e interesses da população destinatária e se constitua em um centro dinamizador da educação humana e profissional voltado para o desenvolvimento do território e replique-se para a rede desta instituição no Estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: IFSC-Urupema. Atuação Educacional. Desenvolvimento Territorial.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to understand the contributions of the pedagogical actions of the Federal Institute of Science and Technology Education of Santa Catarina, campus Urupema, State of Santa Catarina, (IFSC- Urupema), regarding territorial development. To achieve this objective, we seek to identify the perceptions of the Institute's management, public authorities and organized civil society referenced in teaching, research and extension activities. The implementation of the educational institution in Urupema, the Institutional Political Project, is contextualized, describing its teaching, research and extension actions and their effects on the development of the territory. It is a qualitative, bibliographic, documentary research, characterized as a case study, guided by the philosophical paradigm of Dialectical Historical Materialism. The semi-structured interview technique is used in the dialogue with IFSC representatives, the government and organized civil society. The theoretical references are based on the studies of Moraes (2015), Macedo (2014), Pacheco (2010), Santos (2006), Triviños (1987), among others. The research revealed contradictory discourses and practices regarding the concept of transformative and emancipatory education, valorization of local productive arrangements and the role of IFSC - Urupema contributing to territorial development. Furthermore, it affirmed the relevance of its educational performance expressed in teaching, in research and extension activities, in addition to the welcoming, inclusion and cooperation experienced by the local population. It is hoped that this investigation will contribute to the improvement of the IFSC mission, campus Urupema, the fulfillment of its Institutional Political Project, converging it to the needs and interests of the target population and constituting itself as a dynamic center for human and professional education. for the development of the territory and replicate to the network of this institution in the State of Santa Catarina.

Keywords: IFSC - Urupema. Educational Performance. Territorial Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Igreja matriz e Praça central de Urupema Manoel Pinto de Arruda	47
Figura 2 - Urupema com temperatura negativa.....	48
Figura 3 - Evolução do IDHM de Urupema.....	51
Figura 4 - Fluxo Escolar por Faixa Etária – Urupema – 1991/2000/2010.....	52
Figura 5 - Fluxo Escolar por Faixa Etária – Urupema –2000/2010.....	52
Figura 6 - Câmpus do IFSC Urupema.....	57
Figura 7 - Distribuição dos câmpus do IFSC- 2019.....	60
Figura 8 - Distribuição dos câmpus do IFSC- 2014.....	61
Gráfico 1 – Ensino no IFSC - Urupema.....	79
Gráfico 2 - Pesquisa no IFSC - Urupema.....	81
Gráfico 3 - Extensão no IFSC - Urupema.....	83
Quadro 1 - Pesquisas sobre Educação Profissional e Desenvolvimento Territorial.....	23
Quadro 2 - Grupo de Pesquisa do Câmpus Urupema.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município – Urupema – SC.....	50
Tabela 2 - Número de matrículas Ano Base 2012	72
Tabela 3 - Número de matrículas 2014 (Ano Base 2013)	73
Tabela 4 - Número de matrículas 2015 (Ano Base 2014)	74
Tabela 5 - Número de matrículas 2016 (Ano Base 2015)	75
Tabela 6 - Número de matrículas 2017 (Ano Base 2016)	76
Tabela 7 - Número de matrículas 2018 (Ano Base 2017)	77
Tabela 8 - Número de matrículas 2019 (Ano Base 2018)	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADR – Agência de Desenvolvimento Regional

APL – Arranjo Produtivo Local

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica

CERFEAD - Centro de Referência em Formação e Educação a Distância

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CONSUP - Conselho Superior

COOPEMA – Cooperativa de Produtores de Maçã de Urupema

EaD – Ensino à Distância

EJA - Ensino de Jovens e Adultos

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ETFAP– Escola Técnica Federal do Amapá

FIC - Formação Inicial e Continuada

FJP - Fundação João Pinheiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CNDR- Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IES - Instituição de Ensino Superior

IFAP – Instituto Federal do Amapá

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

MEC- Ministério da Educação

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PNDR – Plano Nacional de Desenvolvimento Regional

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PNEPT – Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC - projetos pedagógicos de curso

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROPPI - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RIDE - Regiões Integradas de Desenvolvimento

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SETEC- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIGAA- Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense

UDH - Unidades de Desenvolvimento Humano

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	22
2.1 ESTADO DA QUESTÃO.....	22
2.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	26
3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COM BASE NA MODALIDADE DE ENSINO PROFISSIONAL.....	31
3.1 DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO	31
3.2 DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO	35
3.3 OS INSTITUTOS FEDERAIS E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	38
4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE URUPEMA(SC).....	45
4.1 ORIGEM.....	45
4.2 GEOGRAFIA FÍSICA E ASPECTOS POLITICO-ECONÔMICOS E SOCIAIS DE URUPEMA.....	47
4.3 DA IMPLANTAÇÃO À ATUALIDADE DO IFSC- URUPEMA.....	53
4.4 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (IFSC).....	58
5 DOCUMENTO NORTEADOR E ATUAÇÃO PEDAGÓGICA DO IFSC-URUPEMA.....	64
5.1 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) DO IFSC.....	64
5.1.1 Projeto Pedagógico Institucional (PPI)	66
5.1.2 Atuação Educacional do IFSC- Urupema.....	70
5.2 O ENSINO NO IFSC-URUPEMA.....	71
5.3 A PESQUISA NO IFSC-URUPEMA.....	79
5.4 A EXTENSÃO NO IFSC-URUPEMA.....	81
6 IFSC-URUPEMA E SUA ATUAÇÃO EDUCACIONAL: ANÁLISE DOS DADOS.....	85
6.1 INDICADORES DE ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COM TERRITÓRIO DE URUPEMA NA PERCEPÇÃO DOS GESTORES DO IFSC-URUPEMA.....	86

6.2 INDICADORES DE ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COM TERRITÓRIO DE URUPEMA NA PERCEPÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE URUPEMA.....	97
6.3 INDICADORES DE ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COM TERRITÓRIO DE URUPEMA NA PERCEPÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA DO MUNICÍPIO DE URUPEMA.....	103
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE.....	122
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA - GESTORES DO PODER PÚBLICO.....	124
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA - GESTOR IFSC- URUPEMA.....	125
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA - SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	126
APÊNDICE E – TABELA DE PROJETOS DE PESQUISA DESENVOLVIDOS NO IFSC-URUPEMA DO ANO DE 2011 AO ANO DE 2018.....	127
APÊNDICE F – TABELA DE PROJETOS DE EXTENSÃO DESENVOLVIDOS NO IFSC URUPEMA DO ANO DE 2011 AO ANO DE 2018.....	135

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta como eixo temático a relação entre Educação Profissional, Território e Desenvolvimento de Base Local. Desta forma, o território, como uma categoria de análise do espaço social, é compreendido ao longo desta dissertação segundo a concepção de Haesbaert (2004, p. 18) que menciona a relação do território com o capitalismo, estabelecido na dialética de classes sociais e modo de produção presentes no espaço.

[...] o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder estatal e visto como produto da apropriação feita através do que se constitui a identidade social sobre o espaço geográfico e ao mesmo tempo se configura num produto espacial dialético entre classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT, 2004, p. 18).

Assim, essa concepção é fundamental para vincular as dimensões propostas neste estudo, bem como, a atuação educacional da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (RFECT), que neste trabalho enfoca o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia instalado em Urupema, este município sendo a delimitação de território desta pesquisa.

Tratando-se então da Educação Profissional e Tecnológica, é importante destacar que esta passou por diversas reformas, a fim de se adequar as exigências que se estabelecia em cada momento e em cada contexto histórico. Perpassando estes contextos, nota-se um fator comum, que é a Educação como estratégia de desenvolvimento.

Cabe observar o velamento das políticas educacionais, subservientes à lógica capitalista de cada época. E como resultado, o Estado, no intuito de compartilhar aos anseios desse sistema e destinar os filhos dos proletários a serviço destes, criou uma política nacional no campo do ensino de ofícios.

Tendo como recorte a rede federal de educação profissional brasileira, o marco inicial dessa política, historicamente, se constituiu em 1909, quando Presidente Nilo Peçanha, por meio do decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, “[...] instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, dando origem à Rede Federal, que culminou nas Escolas Técnicas e posteriormente nos Cefets” (MANFREDI 2002, p. 85), e mais recentemente a expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Diante desse cenário, com expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em Santa Catarina, em 2008, houve a transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) em Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, com exceção do CEFET do Rio de Janeiro e do Paraná, no caso deste último tornou-se Universidade Federal Tecnológica do Paraná – UTFPR. Assim em nosso estado o

CEFET e as Escolas Agropecuárias tornaram-se Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e Instituto Federal Catarinense, passando a denominarem-se por IFSC e IFSC. Em 2009 e 2010, o IFSC passou por uma nova etapa de expansão, com a implantação dos câmpus no interior do Estado, processo chamado de interiorização do Ensino Profissional.

Nesta etapa foi implantado o Câmpus¹ de Urupema, sendo demarcado o seu território de abrangência que conta com os municípios de Urupema, Painel, Rio Rufino, Urubici, Bom Retiro, São Joaquim e Bom Jardim da Serra.

A implantação dos Institutos Federais está vinculada às políticas do governo comprometida com o desenvolvimento local e regional, com um viés enfático não somente na formação para o trabalho, mas especialmente garantir a formação integral do indivíduo, ou seja, o desenvolvimento nas diversas dimensões: social, cultural, intelectual, física e emocional (AGUIAR; PACHECO, 2017). Assim, “constituindo-se um espaço fundamental para a construção de novas propostas voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento local e regional” (MACEDO, 2014, p. 18).

Assim, para o desenvolvimento desta proposta, necessitava-se de servidores que executassem ações voltadas a esse comprometimento, foi nesse momento que a pesquisadora prestou concurso público para o IFSC e sendo aprovada passou a fazer parte destes servidores. A partir de sua posse, no ano de 2011, foi deixada ciente das propostas de trabalho do IFSC e iniciou sua atuação.

Destarte, o interesse desta pesquisadora pela temática desta pesquisa partiu das inquietações relacionadas a sua própria vivência enquanto coordenadora do núcleo de extensão de um câmpus do IFSC desde 2012, assumindo paralelamente no ano seguinte a coordenadoria adjunta do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Desta forma, envolvida diretamente neste processo de desenvolvimento territorial por meio da formação de pessoas, participar e contribuir destes momentos de reflexão, fortalece a expectativa para uma Educação mais consciente, humana e efetiva.

¹ A Diretoria de Comunicação reconhece a legitimidade da nova recomendação da Setec, Ofício Circular nº 72/2015 e respeita a autonomia de cada instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para optar pela melhor forma de uso. No entanto, **mantém a decisão institucional de utilizar a palavra “câmpus” em português**, com acento circunflexo na primeira sílaba e grafada da mesma forma tanto para o singular quanto para o plural. (DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO. IFSC mantém grafia da palavra câmpus. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < thais.fontana@ifsc.edu.br > em 28 agosto 2015).

Diante desse contexto desenvolvemos esta dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (PPGE-UNIPLAC), Linha de Pesquisa “Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade”, com Certificado de apresentação para Avaliação Ética - CAAE: 00922018.7.0000.5368, registro obtido após avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP.

Esta pesquisa é considerada de grande relevância pois abrange as percepções dos atores protagonistas do desenvolvimento do território frente as contribuições do IFSC numa perspectiva de compromisso com a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, superando visões reducionistas e concretizando um projeto de desenvolvimento viável para sociedade dessa região. Há que se considerar, outrossim, que esta investigação poderá contribuir para o aprimoramento do Projeto Político Institucional do IFSC no que tange aos seus diferentes processos avaliativos.

Então nosso *locus* de pesquisa estando situado na macrorregião do Planalto Serrano é importante destacar o Plano de Governo de Santa Catarina 2030, no que diz respeito ao diagnóstico e obstáculos a serem enfrentados pelas ações de governo nos próximos anos, para essa macrorregião, o qual identifica na área da educação “abandono e reprovação de alunos, falta de parceria entre os atores públicos e privados e falta de formação e valorização dos profissionais da educação”. (PLANO SC 2030, 2018, p. 142-143).

Trata-se de uma realidade que afirma a importância de uma Instituição Pública que fundamentalmente, tem seu foco na preparação de estudantes, mediante projeto que prioriza, o acesso, a permanência e o êxito, contribuindo com a política de desenvolvimento no âmbito territorial. É importante destacar que a relação do desenvolvimento territorial à redução das desigualdades é um dos eixos centrais da estratégia adotada pelo Governo Federal para o desenvolvimento do país, visto que, a redução de desigualdades é um dos objetivos basilares como proposto da Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil. E foi nesta perspectiva que foram criados os Institutos Federais.

A expansão da RFEPCT foi articulada com o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento e com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2007), que considerou a educação profissional como um dos meios para redução das desigualdades brasileiras (SILVA, 2017, p. 3).

Neste contexto, percebe-se que a política pública relacionada ao desenvolvimento territorial procurou buscar ações propícias ao efetivo desenvolvimento, e poderemos no decorrer desta pesquisa, por meio do embasamento teórico, perceber que estas ações não se ativeram apenas ao fator econômico, mesmo prevendo que este possui uma relação direta ou indireta com os demais, mas foram incluídos em seus eixos de intervenção prioritária, outras

diretrizes, entre elas, a Educação. Como foco do nosso trabalho podemos citar a política de educação profissional que está expressa na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)².

Esta investigação parte do pressuposto que: o Projeto Político Pedagógico do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, câmpus do município de Urupema (IFSC-Urupema), tem contribuído por meio das suas ações pedagógicas para o desenvolvimento territorial. E assim, emerge nossa pergunta de pesquisa: quais as contribuições do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina câmpus do município de Urupema (IFSC-Urupema) no que tange ao desenvolvimento territorial alcançado por sua atuação educacional?

Em busca de apresentar resposta para nossa indagação partimos do nosso objetivo geral de pesquisa que é compreender as contribuições das ações pedagógicas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina câmpus do município de Urupema, Estado de Santa Catarina, (IFSC- Urupema), no que tange ao desenvolvimento territorial, desdobrados em seus objetivos específicos que são: a) apresentar a contextualização da história do município de Urupema, bem como, a trajetória de implantação do IFSC em seu território; e o b) descrever o Projeto Político Institucional do IFSC e as atividades de ensino, pesquisa e extensão (Cursos, Programas, Projetos de Pesquisa), bem como, apresentar um panorama da atuação do IFSC-Urupema; c) identificar contribuições por meio de indicadores apontados por gestores do IFSC-Urupema, representantes do poder público e representantes da sociedade civil organizada acerca da atuação desta instituição educacional no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Esta pesquisa tem como base teórica os estudos de Morais (2015), Macedo (2014), Pacheco (2010), Santos (2006), Triviños (1987), entre outros. A partir dos nossos objetivos se disparam os procedimentos metodológicos previstos para esta pesquisa que se caracteriza como uma pesquisa *de abordagem* qualitativa, de caráter exploratório, classificada quanto aos seus procedimentos em documental e se configura em um Estudo de Caso norteado pelo paradigma filosófico do Materialismo Histórico Dialético. Os procedimentos específicos residiram na entrevista semiestruturada.

² A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é expressão da prioridade efetiva do tema e vem sendo implementada para que se possa obter resultados efetivos na questão regional. A PNDR tem o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, explorando a imensa e fantástica diversidade que se observa nesse país de dimensões continentais. O foco das preocupações incide, portanto, sobre a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território. (BRASIL, Ministério da Integração. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, 2003).

Foram entrevistados, dois gestores do IFSC-Urupema. Três representantes da sociedade civil organizada e ainda, os Secretários Municipais da Educação e da Agricultura na atual gestão do município, tornando importante a consulta desses sujeitos para se obter respostas aos questionamentos levantados e aos objetivos propostos pelo estudo.

Um projeto estratégico de desenvolvimento territorial deve encontrar soluções específicas para problemas concretos de cada contexto, privilegiando o protagonismo aos habitantes nas ações a serem empreendidas em cada tempo e espaço. Cordeiro et al. (2017) afirma que

Numa fase de planejamento da estratégia para a educação e formação de um território é fundamental ter presente qual a trajetória de desenvolvimento que o município pretende seguir, pois a relação entre educação e o desenvolvimento afigura-se como estratégica na transformação do território, apresentando uma relação direta com o próprio equacionar da oferta educativa para os diferentes públicos do território (CORDEIRO et al., 2017, p. 284)

A partir destes argumentos, organizamos este trabalho em sete seções, sendo a primeira seção, esta introdução e mais seis seções acerca dos referenciais teóricos que colaboraram para a construção da análise dos dados. Assim, as seções foram organizadas intencionalmente para facilitar a compreensão sobre a trajetória da investigação, análises e conclusões.

Na segunda seção “Desenvolvimento Territorial com Base na Modalidade de Ensino Profissional”, apresentamos a política de educação profissional como propulsora do desenvolvimento e seus obstáculos frente ao modo de produção capitalista, destacando nesta trajetória a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que representam as modificações desta política pública educacional que opera com o propósito de desenvolvimento do território em que está implantada.

Na terceira seção apresentamos a revisão de literatura, aqui intitulada Estado da Questão, e a trajetória metodológica, onde descrevemos a metodologia da pesquisa e seus delineamentos, as estratégias e instrumentos de coletas de dados, o momento das entrevistas, o processo de transcrição e de análise de dados.

Na quarta seção “Considerações sobre o território do município de Urupema” apresentamos a contextualização histórica, social e política sobre o território urupemense, bem como, os percalços e desafios enfrentados para a implantação do IFSC em seu território, a fim de compreender as configurações e reconfigurações atuais do território estudado, o município de Urupema

Na quinta seção “Documento norteador e atuação educacional do IFSC – URUPEMA” apresentamos elementos do Projeto Político Institucional do Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), documento que faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (2015-2019), e norteia as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão. Também apresentamos nesta seção as atividades desenvolvidas pelo IFSC – URUPEMA, desde o início de suas atividades pedagógicas no ano de 2011 até 2018 que foi o início desta pesquisa.

Na sexta seção, denominado de “IFSC-Urupema e sua atuação educacional: análise dos dados”, é reservado para interpretação e análise dos elementos da pesquisa de campo, baseada na fundamentação teórica percorrida nas seções anteriores e amparadas na comparação com Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC vigente (2015-2019). Para isso, observaram-se as ações de ensino, pesquisa e extensão executadas no âmbito da política de educação profissional e direcionadas para potencializar o desenvolvimento do território.

E a sétima seção trata das considerações finais levantam aspectos, conceitos e relações expostos nas seções, sistematizam as apreensões da pesquisa e expõem as questões centrais desta investigação.

2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Esta seção apresenta inicialmente a revisão de literatura, aqui chamada, estado da questão, revelando pesquisas realizadas e relacionados com nossa temática pesquisada, na sequência apresenta os aspectos metodológicos adotados na pesquisa com o intuito de atender aos objetivos propostos.

2.1 ESTADO DA QUESTÃO

O estado da questão, também denominado estado da arte ou estudos correlatos, é definido por Ferreira (2002) sendo de caráter bibliográfico, um mapeamento e discussão de produções acadêmicas de determinado tema em diversas áreas do conhecimento e variados momentos e ambientes. Com intuito de examinar no panorama acadêmico os estudos que tiveram seu foco no mesmo tema proposto nesta pesquisa, foi buscado em três relevantes portais de publicações científicas do país, trabalhos correlatos.

Para organização da produção seguimos as orientações de Ferreira (2002) que propõe dois momentos para essa tarefa.

Um, primeiro, que é aquele em que ele interage com a produção acadêmica através da quantificação e de identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção[...]. Um segundo momento é aquele em que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento. Aqui, ele deve buscar responder, além das perguntas “quando”, “onde” e “quem” produz pesquisas num determinado período e lugar, àquelas questões que se referem a “o quê” e “o como” dos trabalhos (FERREIRA, 2002, p. 265).

Desta forma, para a realização deste estado da questão, num primeiro momento, foram acessadas e feitas pesquisas em relevantes bases de dados como o Banco de Teses da Capes, SciELO - Scientific Electronic Library Online e BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Utilizamos duas entradas (palavras-chave/descriptores): “Educação Profissional” e “Desenvolvimento Territorial”. O período de seleção partiu de 2008, por ser o ano que marcou a criação dos Institutos Federais, e findou em 2018, ano em que completou dez anos de sua criação.

Percebe-se pelos resultados desses portais que o número de trabalhos se intensificou a partir do ano de 2013. Neste ano ocorreu a I Conferência Nacional de Desenvolvimento

Regional (I CNDR)³, momento em que uma nova versão da PNDR foi editada e a repercussão sobre o tema “Desenvolvimento Territorial” se evidenciou. Diversos autores apresentam seus trabalhos relacionados a esse tema, entretanto este número de estudos se reduz significativamente quando se relaciona à Educação Profissional. O quadro a seguir apresenta os resultados (número de trabalhos) encontrados nas bases pesquisadas, no período mencionado, a fim de facilitar o entendimento desses números.

Quadro 1 – Pesquisas sobre Educação Profissional e Desenvolvimento Territorial

Banco de Dados	Número de Produções	Produções diretamente relacionadas e selecionadas para leitura
CAPES	20	06
BDTD	06	04
SCIELO	10	03
TOTAL	36	13

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019).

No primeiro momento, percebe-se que existem estudos com foco no tema do nosso estudo, demonstrando que o tema é relevante, no entanto os estudos sobre os Institutos Federais ainda são restritos. E após a seleção e leitura dos treze trabalhos, notou-se que apenas sete deles poderiam contribuir diretamente com nossa pesquisa. Dentre os trabalhos pesquisados, destacamos a dissertação de Pedro Clei Macedo (2014), que realizou a pesquisa “Educação Profissional e Desenvolvimento Territorial: a implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá”, a qual buscou analisar o papel dos Institutos Federais, levando em consideração as finalidades, características e objetivos traçados para esse novo modelo institucional, especialmente no que tange a temática do desenvolvimento regional e territorial. Os resultados revelam os caminhos minuciosos percorridos no processo de transformação da Escola Técnica Federal do Amapá – ETFAP em

³ “O processo conferencial voltado para a reformulação da PNDR II envolveu, entre os anos de 2012 e 2013, aproximadamente de 13 mil pessoas em 27 Conferências Estaduais, cinco Macrorregionais e uma Conferência” (ALVES; NETO, 2014, p. 337).

“[...] As deliberações do processo conferencial, por sua vez, serviram de subsídio para a elaboração do Projeto de Lei de uma nova política regional, denominada PNDR II, que procura suplementar as lacunas deixadas anteriormente e avançar a sua legitimação como política de Estado, sendo chancelada por um amplo conjunto de atores” (ALVES; NETO, 2014, p. 335).

Instituto Federal do Amapá, a escolha dos primeiros cursos, instalação em unidades provisórias, a interiorização a partir da execução dos programas federais: Pronatec e Mulheres Mil, assim como, destaca os percalços e desafios encontrados nos primeiros anos de consolidação do IFAP junto à sociedade amapaense.

Com a tese “A importância da Educação Profissional na modalidade de Educação a Distância para o Desenvolvimento Territorial”, Marcio Aurélio Carvalho de Moraes (2015), investigou as potencialidades da formação técnica na modalidade de educação a distância da população pode constituir-se num mecanismo que conduz ao desenvolvimento territorial no Estado do Piauí. Os resultados apontaram que as expectativas dos egressos dos cursos técnicos na modalidade a distância consistem em adquirir conhecimento e qualificação profissional e, por consequência, inserir-se no mercado de trabalho. Em contraponto, os resultados também apontam que a qualificação profissional proporcionada aos cidadãos por meio dos cursos técnicos a distância não garantiu, efetivamente, a inserção dos egressos no mercado de trabalho nem tampouco uma melhoria salarial.

A pesquisa “Política de Educação Profissional e Tecnológica e Desenvolvimento Territorial: análise do Instituto Federal Baiano no contexto do Seminário da Bahia, Brasil” desenvolvido por Heron Ferreira Souza (2015) em sua tese, teve como objetivo analisar a relação entre a política nacional de educação profissional e tecnológica (PNEPT) e o desenvolvimento territorial, especificamente no que tange a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A questão central foi compreender a relação entre educação (profissional e tecnológica) e desenvolvimento territorial, sob a égide da territorialidade desses institutos. De modo geral, as análises apontaram para uma política de EPT, a partir dos Governos Lula (2003-2010), direcionada a um projeto de desenvolvimento mais autêntico, pelo menos no que tange aos valores explícitos no escopo da política, sobretudo, nos objetivos e finalidades da criação dos Institutos Federais.

Mauro Sergio Pinheiro dos Santos de Souza (2016) apresenta em sua dissertação, “Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como vetores para o desenvolvimento territorial no Estado do Rio de Janeiro”, faz uma reflexão sobre o papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico local e regional, com a criação dos Institutos Federais. O objetivo é analisar se as unidades que integram os Institutos Federais do estado do Rio de Janeiro atendem aos municípios e às regiões estaduais, para isso investigou a produção de inovações e os depósitos de patentes realizados, visando-se entender o papel desempenhado pelos Institutos no fortalecimento da produção de inovações nos municípios e regiões do estado do Rio de Janeiro. A pesquisa conclui que os Institutos Federais do estado do Rio de Janeiro

são, efetivamente, vetores estratégicos no desenvolvimento territorial fluminense. Trata-se de fechar desde cedo a imensa brecha entre o conhecimento formal curricular e o mundo onde cada pessoa se desenvolve.

A dissertação de Laura Fabiana da Silva (2015), intitulada “Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o Desenvolvimento do Território: Uma análise da Política de Educação Profissional e as suas contribuições para o município de Barreiros”, trata das contribuições da política de educação profissional implementada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento territorial do município de Barreiros-PE, o estudo concluiu que a política de educação profissional contribui para a sustentação do desenvolvimento desigual, inerente ao modo de produção capitalista, por meio da formação e conformação da classe trabalhadora nesta realidade. Foi identificado no câmpus a existência de importantes intervenções que buscam estratégias de fortalecimento dos sujeitos e do território em que estão instalados. Mesmo assim, as mesmas situam-se no campo de ações que visam promover reformas na realidade apresentada para amenizar a situação de desigualdade vivida pela classe trabalhadora.

Ladislau Dowbor (2007) em seu artigo “Educação e apropriação da realidade local” faz uma reflexão sobre a importância da democratização do conhecimento do território, das suas dinâmicas mais variadas sendo condição central para o desenvolvimento local. Uma das dimensões da proposta é a possibilidade de mobilizar os alunos e professores nas pesquisas do local e da região, a fim de assegurar tanto a assimilação de conceitos relativos ao território que se vive, como o cruzamento de conhecimentos entre as diversas áreas, rearticulando informações que nas escolas são segmentadas em disciplinas.

No o artigo “Desenvolvimento e educação. O planeamento estratégico integrado como fator de transformação societal de um território. O caso do município da Lousã (Portugal)”, escrito por António Manuel Rochette Cordeiro, Rui Gama, Cristina Barros e Mafalda Frias (2017), apresenta uma discussão sobre o processo de planeamento estratégico que está a ser desenvolvido num município de pequena dimensão (Lousã – Portugal), e como este pode ser catalisador de transformações em vários domínios. Em específico foi salientada a importância da componente Educação e como esta está a ser trabalhada a partir de um projeto específico – o Projeto Educativo Local.

Esta pesquisa em bases de dados muito relevantes nos mostrou ser uma importante ferramenta para o prelúdio de nosso entendimento sobre o que vem sendo publicado sobre o nosso tema de pesquisa, possibilitando assim, fazer um inventário descritivo sobre as produções acadêmicas e científicas sobre o tema investigado.

2.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para Andrade (1999, p. 130) metodologia é “o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”, desta forma, a presente pesquisa se caracteriza como uma pesquisa *de abordagem* qualitativa, de caráter exploratório, classificada quanto aos seus procedimentos em bibliográfica, documental e estudo de caso.

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa com abordagem qualitativa se configuram em um Estudo de Caso norteado pelo paradigma filosófico do Materialismo Histórico Dialético – entendido como princípio para observação e compreensão do mundo, para análise e explicação da realidade, bem como das relações humana, tendo como norteador Triviños (1987). O autor apresenta as definições clássicas do marxismo citando que

Engels a define como a ciência das leis gerais do movimento e desenvolvimento da natureza. E Lenin a define como a doutrina do desenvolvimento na sua forma mais completa, mais profunda e mais isentada unilateralidade, a doutrina da relatividade do conhecimento humano, que nos dá um reflexo da matéria em eterno desenvolvimento (TRIVIÑOS, 1987, p. 53).

“O materialismo Filosófico apoia-se nas conclusões da ciência para explicar o mundo, o homem e a vida. [...] suas concepções mudam de acordo com a evolução do pensamento científico” (TRIVIÑOS, 1987, p. 21). Nesta visão, a realidade encontra-se em movimento constante, no qual as partes se conectam-se com o todo, constituindo uma totalidade na qual a contradição se constitui a dinâmica das transformações. Neste contexto, torna-se fundamental, avançar para além das aparências do fenômeno onde encontra-se sua essência. A aparência esconde e revela a essência.

Considerando esta perspectiva teórica, “a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade” (KOSIK, 1997, p. 20). Triviños (1987) corrobora mencionando que no processo dialético, para a compreensão do mundo, é essencial conexão, interdependência e interação.

O materialismo dialético tem como lei fundamental, a Lei da Contradição, que é a Unidade e luta dos contrários e como categorias básicas: a matéria, consciência e prática social. As leis e categorias são consideradas essenciais, sendo importante ressaltar que categoria é a “origem do movimento e do desenvolvimento” (TRIVIÑOS, 1987, p. 54). Também é importante destacar que as categorias podem variar, podem aparecer novas categorias “em razão das atividades que desenvolve o homem atuando sobre a natureza e a sociedade, em seu

afã de conhecer e transformá-la” (TRIVIÑOS, 1987, p. 56). Isso ocorre de acordo com o desenvolvimento de novos conhecimentos.

A pesquisa de abordagem qualitativa, como entende Triviños (1987), surgiu com vários enfoques, sendo alternativa para pesquisas em educação. Assim, Triviños (1987, p. 128), apresenta o pensamento de Bogdan, o qual indica cinco características fundamentais para a definição de pesquisa qualitativa, conforme segue:

1.º) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave. 2.º) A pesquisa qualitativa é descritiva. 3.º) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto. 4.º) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente. 5.º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa. (grifos do autor).

Para o autor, “o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo [...] e deve ter uma estrutura coerente, consistente, originalidade e nível de objetivação [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 133).

O autor segue afirmando que “entre os tipos de pesquisa qualitativa característico, talvez o Estudo de Caso seja um dos mais relevantes (TRIVIÑOS, 1987, p. 133). Diante disso, caracterizamos esta pesquisa qualitativa como um Estudo de Caso. Esta modalidade de pesquisa é utilizada em diversas áreas do conhecimento, como a Psicologia, a Psicanálise, a Administração, a Ciência Política, obviamente, na Educação, entre outras. Triviños (1987, p. 134) ainda lembra que “no Estudo de Caso qualitativo, onde nem as hipóteses, nem os esquemas de inquisição estão aprioristicamente estabelecidos, a complexidade do exame aumenta à medida que se aprofunda no assunto”.

A caracterização de “fenômeno contemporâneo” remete para o estudo, por exemplo, pessoas, grupos sociais ou organizações que estão em movimento ou evolução no devir histórico. Isto não significa que não deve recorrer a dados históricos passados. “As fronteiras entre o contexto e o fenômeno não são claramente evidentes”, pode ser útil para compreender uma instituição educacional, cujas ações pedagógicas geram impactos, efeitos ou não, sobre pessoas, grupos, comunidades ou organizações, mas suas fronteiras são tênues, nubladas, com poucas ou nenhuma evidência.

Com base nessas considerações, esta pesquisa tem como campo de investigação uma escola federal de educação profissional que está localizada num município do interior do sul do Brasil. Esta escolha se deve ao fato de que o interesse deste estudo está relacionado às possíveis contribuições que esta escola está proporcionando na região de sua atuação para desenvolvimento territorial, mais especificamente desenvolvimento territorial de base local.

Para a coleta de dados no referido campo empírico de pesquisa, utilizamos a entrevista semiestruturada, ou seja, ela é orientada por um conjunto de questões abertas e fechadas facilitadoras dos diálogos com os informantes selecionados. A entrevista semiestruturada é definida como

aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

As entrevistas foram divididas em dois blocos, sendo o primeiro referente ao perfil dos entrevistados e o segundo tratando das questões para entrevista que foram orientadas, organizadas por um roteiro prévio. Para esta etapa foram convidados, um gestor da gestão anterior do IFSC-Urupema, e o atual gestor, dois representantes do poder público que atuam em duas secretarias municipais e três representantes da sociedade civil organizada.

O convite para participação das entrevistas a essas pessoas foi feito pessoalmente, e as entrevistas foram realizadas no momento mais adequado para o (a) entrevistado (a), permitindo que o diálogo se desenvolvesse em profundidade, e a duração média foi de 40 minutos. Quanto ao local de realização das entrevistas, no caso, dos gestores do IFSC- Urupema ocorreu na própria instituição, os representantes do poder público nas secretarias municipais em que atuam e os representantes da sociedade civil organizada nos estabelecimentos que desempenham suas funções.

Neste sentido apresentamos brevemente os entrevistados sendo os representantes da gestão do IFSC-Urupema, o Chefe de Ensino, Pesquisa e Extensão da gestão anterior do IFSC-Urupema, tendo residência fixada em Lages-SC e o atual gestor, também Chefe de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFSC- Uurpema, o qual tem residência fixa em....., mas permanece durante a semana no município de Urupema. Os entrevistados do poder público, representados pelo Secretários Municipal da Educação e da Agricultura da atual gestão. Os membros da sociedade civil organizada do município fazem parte de um coletivo social representativo sendo de um conselho gestor, de uma associação de moradores e um de uma cooperativa, todos tendo residência fixa no município.

O momento da entrevista foi dedicado para socialização de concepções e interpretações sobre as ações educacionais do IFSC- Urupema permitindo a construção de significados no decorrer do diálogo, como descreve Triviños (1987, p.152)

[...]a entrevista semiestruturada, segundo nosso modo de pensar, favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores.

O roteiro com perguntas abertas ou semiestruturadas, o qual consta em anexo, foi utilizado como um guia para garantir a paridade das perguntas a todos os entrevistados. Buscamos propiciar o desenvolvimento das respostas naturalmente, proporcionando um momento descontraído, evitando interrupções, mas orientando no momento em que o entrevistado estava muito além do roteiro proposto. O encerramento se deu somente após esgotar a resposta da questão, o próprio entrevistado indicava este momento. Salientamos que as entrevistas com os gestores do IFSC-Urupema foram mais longas, estes se propuseram a estender as respostas, já os representantes da sociedade civil organizada, foram mais sucintos em suas respostas. Todas as entrevistas foram gravadas em gravador digital, que permaneceu sob a guarda da pesquisadora e posteriormente as respostas foram transcritas e analisadas detidamente comparando com os estudos teóricos que embasam essa investigação e o PDI do IFSC.

A privacidade e anonimato dos entrevistados foram preservados pela utilização das palavras “gestor municipal” e “gestor IFSC” seguida de um numeral correspondente à ordem das entrevistas, por exemplo, GM1, GM2, etc... GI1, GI2, etc... Da mesma forma ocorreu com os representantes da sociedade civil organizada que foi utilizada a palavra “sociedade” seguida de um numeral correspondente à ordem das entrevistas, por exemplo, S1, S2, S3, etc... As entrevistas gravadas em áudio, posteriormente, foram transcritas para meio impresso, mantendo a fidelidade do que foi dito pelo informante.

Diante do exposto, nos orientamos como procedimento geral para o conhecimento do objeto, a síntese esboçada por Triviños (1987)

- a) A ‘contemplação viva’ do fenômeno (sensações, percepções, representações). É a etapa inicial do estudo. [...] Identificam-se as primeiras características do objeto. Delimita-se o fenômeno. [...] Esta fase é valiosa porque nela se levantam as hipóteses que guiarão os estudos [...].
- b) Análise do fenômeno, isto é, a penetração na dimensão abstrata do mesmo. Observam-se os elementos ou partes que o integram. Estabelecem-se as relações sócio-históricas do fenômeno. Elaboram-se juízos, raciocínios, conceitos sobre objeto. Aprecia-se sua situação no tempo e no espaço [...].
- c) A realidade concreta do fenômeno, isto significa estabelecer os aspectos essenciais do fenômeno, seu fundamento, sua realidade e possibilidades, seu conteúdo e sua forma, o que nele é singular e geral, o necessário e o contingente etc. A descrição, a classificação, a análise, a síntese, a busca da regularidade estatística que determina com precisão o concreto do objeto, as inferências (indutivas e dedutivas), a

experimentação, a verificação das hipóteses, etc. são momentos da investigação que tendem a estabelecer a realidade concreta do fenômeno (TRIVIÑOS, 1987, p. 74).

Para análise dos dados da pesquisa foi utilizado o método de análise de conteúdo, recomendado por Triviños que aponta a importância “para o desvendar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., que, à simples vista, não se apresentam com a devida clareza. Ressaltamos que sua recomendação é justificada pela definição de análise de conteúdo formulada por Bardin (2002, p. 42),

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A escolha pelo método de análise do conteúdo se dá pelo fato desse método ter algumas peculiaridades, “Uma delas é o de ser um meio para estudar as ‘comunicações’ entre os homens, colocando ênfase no conteúdo ‘das mensagens’” (TRIVIÑOS, 1987, p. 160).

3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COM BASE NA MODALIDADE DE ENSINO PROFISSIONAL

A presente seção apresenta ao leitor a compreensão da vinculação da política de educação profissional como propulsora do desenvolvimento e seus obstáculos frente ao modo de produção capitalista. Destaca nesta trajetória a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia expressando as modificações desta política pública educacional que opera com o propósito de desenvolvimento do território em que está implantada. Para isso, foi necessário trazer à tona discussões que se organizaram em três subseções: a primeira trata do Desenvolvimento e Território, a segunda Desenvolvimento e Educação e a terceira dos Institutos Federais e o Desenvolvimento Territorial.

3.1 DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO

O termo desenvolvimento é polissêmico, e enuncia uma variedade de perspectivas e ideologias que estão implícitas ao seu entendimento conforme a abordagem teórico-metodológicos que o define de acordo com suas particularidades e singularidades, mas o conceito paradigmático que apresenta é ordinário, está sempre ligado a concepção de progresso, crescimento, evolução, numa perspectiva de processo de transformação.

Trazemos a colaboração de Vieira e Santos (2012, p. 348) que enunciam desenvolvimento, em termos conceituais de acordo com nossa abordagem sendo

[...] a explicação de concepções ou ideais coletivamente partilhados durante o processo histórico-social. A definição do significado do conceito desenvolvimento depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade [...].

Diante disso, é possível perceber que os autores partilham de um pensamento evidenciado pela concepção de desenvolvimento relacionado as diversas dimensões sociais, políticas, econômicas de um determinado contexto social-histórico da sociedade. E tratando da atual estrutura política, onde o modelo capitalista é vigente o propósito conceitual que pode emergir para desenvolvimento é a reafirmação de um sistema social, político e econômico articulado pelos interesses desta política dominante.

Doti (2018, p. 63) afirma que “[...] colou-se ao conceito de desenvolvimento seu sentido tão somente econômico. Muito provavelmente, o mais fraco dos significados, inclusive em função de se ter deslocado o mesmo para o de crescimento econômico”. Assim, na atual conjuntura do sistema capitalista, os formuladores de políticas econômicas são desafiados a

criarem estratégias para enfrentarem o modelo econômico orientado para os monopólios globais, mas sem reconhecerem a complexidade das relações sociais.

Pimenta (2007, p. 11), afirma que “todos os actos sociais fazem parte, com maior ou menor autonomia, dessa dinâmica global de organização capitalista”. Assim, falar de **desenvolvimento** no mundo globalizado é relacioná-lo a um sistema que age de forma brutal, balizando a desigualdade social, em prol do desenvolvimento.

Segundo Cordeiro, Alcoforado e Ferreira (2014),

Após a emergência e consagração da ideia dos estados-nação, da mais recente configuração de blocos transnacionais de matriz predominantemente econômica e dos processos nem sempre muito éticos que configuram as novas globalizações, as últimas décadas, numa assunção plena da história do pensamento e da vida social da humanidade, trouxeram-nos a convicção generalizada de que um desenvolvimento integrado e sustentado, articulando as diferentes dimensões da vida e envolvendo todos e todas, por muito mais tempo, apenas podia resultar se fosse orientado por um pensamento global, mas principalmente resultasse de ações concretas, ao nível local (CORDEIRO; ALCOFORADO; FERREIRA, 2014, p.8).

Para Santos (2006, p.231), “cada lugar é ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” e ainda afirma que “[...] a ordem global e a ordem local constituem duas situações geneticamente opostas, ainda que em cada uma se verifiquem aspectos da outra [...]”. Os autores enfatizam a importância da combinação do global e local para um desenvolvimento efetivo e fortalecido, haja vista, que “[...] nem sempre há articulação entre as políticas nacionais e as políticas locais” (SILVA, 2017, p. 14).

Neste contexto, o Estado brasileiro, sob o influxo das estruturas internacionais, buscou implementar políticas sociais balizadas a partir dos territórios, e para isso buscou experiências de outros países, “para atender à lógica de inserção nacional no mundo globalizado, [...] exaltando uma lógica de potencializar o desenvolvimento local para a sua integração à economia global (SILVA, 2017, p. 62).

Destarte, torna-se necessário a compreensão de território para um melhor entendimento da nova concepção dos processos de desenvolvimento com enfoque territorial. Assim, Souza (2012) afirma que:

O território, (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. (...) o verdadeiro Leitmotiv⁴ é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? (SOUZA, 2012, p. 78-79).

⁴ Em tradução livre, “tema principal”.

Diante desse questionamento, Harvey (2005) afirma que o território tem sido dominado historicamente pelas dinâmicas da estrutura do capital, o autor teoriza que o domínio da dimensão espacial é importante para os processos de acumular, concentrar, centralizar e superar as próprias crises do capital, resultando na geração das desigualdades.

Nossa tarefa é elaborar uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo que possa, entre outras coisas, explicar a importância e a evolução das funções do Estado (locais, regionais, nacionais e supranacionais), do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo, do progresso e das formas de urbanização, etc. Apenas desse modo podemos entender como as configurações territoriais e as alianças de classes são formadas e reformadas; como os territórios perdem ou ganham poder econômico, político e militar (HARVEY, 2005, p. 144).

Assim, percebe-se que o território é dominado ou influenciado pelo modo de produção vigente, e para Silva (2017, p. 60), as mudanças sociais “influenciadas pelo capitalismo monopolista, imperialismo, desenvolvimento tecnológico, financeirização da economia e globalização permitem que muitas decisões e transações sejam executadas para além dos limites do lugar”. A autora complementa que a ideologia capitalista, visualiza o território como potencializador do desenvolvimento, pois consegue agregar os recursos existentes, tais como a comunidade e suas potências naturais.

Para Cordeiro, Alcoforado e Ferreira (2014, p. 9), refletindo o território numa perspectiva educacional, foco desta pesquisa, demonstram uma compreensão que vai muito além de se considerar apenas o “espaço físico, suporte ou contexto material de ação”. Os autores sintetizam a forma que devemos entender por território sendo

uma realidade complexa, na qual reencontramos, não só as óbvias componentes biofísicas, mas também numa inter-relação mutuamente equilibrada, a apropriação e reelaboração das componentes humanas, ao mesmo tempo sociais, culturais e históricas (CORDEIRO; ALCOFORADO; FERREIRA, 2014, p.9).

Diante do exposto, os autores complementam que a partir desta concepção de território nasce a concepção de classes, e assim “qualquer transformação necessária ao bem de um território ocorrerá com a mobilização daquela comunidade” (CORDEIRO; ALCOFORADO; FERREIRA, 2014, p.9).

Ferran e Piveteau (2010 apud CORDEIRO; ALCOFORADO; FERREIRA, 2014, p. 10), enunciam que “[...] a ideia de território foi ganhando uma centralidade natural nos discursos políticos, econômicos, sociais e culturais dos últimos anos. Isto ocorreu pelo fato de território

estar associado às classes e esta responsável pelas relações sociais que ocorrem no espaço, no local”.

Desta forma, para que ocorra o desenvolvimento num determinado território é necessário que as classes, como protagonistas deste processo, façam uma releitura de seu modo de enfrentamento diante do contexto atual no mundo globalizado. Tratando-se do território local em que cada comunidade pertence é relevante alguns critérios, no processo de desenvolvimento de caráter mais local, que resguardecem o território como um todo e proporcionem condições que combatam as desigualdades geográficas.

Para tanto, contamos com a contribuição de Cordeiro, Alcoforado e Ferreira (2014), que apontam conforme referido na literatura científica, que tendencialmente qualquer desenvolvimento de bases locais podem ser:

Localizado e Integrado, porque parte sempre de contextos particulares para outros mais amplos, alargando-se a todas as dimensões das vidas das pessoas (social, cultural e econômica), mobilizando-as, e aos seus grupos de pertença, na prossecução dos objetivos comuns que corporizam uma ideia identitária onde todos se reveem;
Endógeno, Ecológico e Equilibrado, porque utiliza, respeita e potencia os recursos naturais e culturais do território, sem gerar impactos ambientais negativos e sem criar tensões sociais;
Social e Cultural, porque se orienta para o bem-estar de todos/as, para recuperação e valorização das culturas locais e para a reabilitação do patrimônio histórico e artístico;
Participado, porque são as pessoas (todas as pessoas!) os verdadeiros agentes de todas as suas fases e componentes (CORDEIRO; ALCOFORADO; FERREIRA, 2014, p. 9, grifos dos autores).

Neste sentido percebe-se a importância de se pensar o desenvolvimento no território com olhar alinhado aos interesses das comunidades, enfatizando as mudanças naquele local para o bem comum, mobilizando os recursos naturais e culturais disponíveis e, resistindo a processos globalizantes prejudiciais ao protagonismo dos habitantes. A necessidade de resistência pode ser exemplificada nas estratégias de descentralização definidas pelas grandes corporações, empresas globais que chegam aos territórios em busca da exploração de mão de obra, devido a flexibilização das relações de trabalho que o caracterizam determinado território (SILVA, 2015).

Para isso, recorre-se a “[...] uma preparação anterior e concomitante a todas as mudanças, sabendo que estas apenas ocorrerão em face de novas aprendizagens, as quais necessitam de ser alinhadas com os valores e a aspiração coletiva da comunidade territorial” (CORDEIRO; ALCOFORADO; FERREIRA, 2014, p.10).

3.2 DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO

Iniciamos esta subseção com a indagação de Frigotto (2007)

Que tipo de projeto de educação escolar básica e de formação profissional e tecnológica se coloca como necessário para uma sociedade que moderniza o arcaico e onde o atraso de determinados setores, a hipertrofia do trabalho informal e a precarização do trabalho formal, o analfabetismo etc. não são obstáculos ou impeditivos ao tipo de desenvolvimento que se ergueu pela desigualdade e se alimenta dela? (FRIGOTTO, 2007, p. 1135).

A partir deste questionamento é possível ter um olhar dialético sobre a educação para o desenvolvimento, afinal no mundo globalizado de hoje, onde a educação tende estar a serviço do capital, nada mais é que a modernização do arcaico, ou seja, a articulação do arcaico com o moderno, a fim de rearticular e conciliar os interesses da classe dominante. Um processo que apenas reitera o que vivemos no decorrer da história, e que nunca foi capaz de romper a desigualdade econômica, social, cultural e educacional.

A crise estrutural do capital, das últimas décadas (MÉSZÁROS, 2008), precisou buscar estratégias para prosseguir a contenção das massas, pois “o crescimento dos índices de pobreza nos países periféricos e a existência de uma ideologia contra-hegemônica como alternativa de sociedade ameaçavam o sistema capitalista” (SILVA, 2015, p.103). Diante desta fragilidade, a educação assume missão salvacionista no discurso dominante de que seria ela, a educação, o fator decisivo para o desenvolvimento e competitividade no capitalismo global.

No sentido de fazer frente à crise, torna-se imprescindível ao capital, dentre outras medidas, buscar arrego numa educação que, ainda mais ferozmente, opere a negação do conhecimento que revela as determinações do real em suas múltiplas dimensões (GOMES, 2012, p. 190).

Neste contexto, as organizações internacionais como Banco Mundial, a burguesia nacional e o Estado, unem forças a fim de ditarem regras para aproximar as políticas educacionais às necessidades reprodutivas do capital, com o discurso de que um novo modelo de formação supostamente educará “[...] o cidadão para incluí-lo nas ‘benesses’ do mundo globalizado” (GOMES, 2012, p. 188) .

Destarte, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2009) ao tratar sobre esse contexto, afirmam:

Trata-se de produzir e reproduzir uma força de trabalho adequada às demandas dos processos de desenvolvimento e afirmar a educação e formação profissional como uma espécie de *galinha dos ovos de ouro* para tirar os países periféricos e semiperiféricos de sua situação e alçá-los ao nível dos países centrais. Do mesmo modo, acalenta a promessa da mobilidade social mediante a busca de empregos de maiores salários (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2009, p. 7, grifos dos autores).

Essa percepção está devidamente apoiada no movimento do capitalismo, que transforma ciência e tecnologia em forças produtivas, a fim de garantir sua sobrevivência rumo ao crescimento e a “manter a organicidade latente do trabalho produtivo” (JANTSCH; AZEVEDO, 2011, p. 20). Para tanto, se sustenta fazendo concessões em torno da tão idealizada ascensão da classe trabalhadora.

Assim, desenvolvendo alternativas capitalistas para superação das crises construídas por ele mesmo, o capital se apropria cada vez mais da ciência, e evidentemente da tecnologia como vetores de sua finalidade, e para que tenham o domínio, necessitam do trabalho científico-tecnologicamente qualificado, exigindo do trabalhador, o que historicamente foi tratado como duelo entre trabalho intelectual e manual.

Isto posto, os discursos eloquentes de uma educação para além do capital se tornam evidentes quando desvelamos as entrelinhas voltadas aos interesses do mercado, e a infiel concepção de politecnia e omnilateralidade⁵, em detrimento dos verdadeiros “conceitos de politecnia e omnilateralidade de forma articulada, visando uma formação densa e ampliada e que se ponha para além dos critérios do mercado sob a sociabilidade do capital” (JANTSCH; AZEVEDO, 2011, p. 28).

A politecnia enquanto unidade entre teoria e prática, resultante da superação da divisão entre capital e trabalho fica historicamente inviabilizada a partir das bases materiais de produção do capitalismo, em particular neste regime de acumulação. A unitariedade, portanto, inscreve-se no campo da utopia, como condição a ser construída através da superação do capitalismo. (KUENZER, 2005, p. 90).

Desse modo, a autora anuncia a distância existente da autonomia intelectual e ética que está presente, contraditoriamente, nas políticas públicas educacionais, apontando para a necessidade de superação do pensamento degradante da lógica capitalista, onde o homem multifuncional, polivalente, capaz de desempenhar múltiplas tarefas, é mecanismo de instrumentalização dessa lógica. A polivalência, portanto, “[...] não significa obrigatoriamente intelectualização do trabalho, mesmo tratando-se de equipamentos complexos” (MACHADO, 1991, p. 53).

Infelizmente, a perspectiva das políticas públicas da educação brasileira remonta constantemente a garantia das forças de trabalho para o mercado, o contexto histórico diverge,

⁵ Omnilateral é “um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa ‘todos os lados ou dimensões’” (FRIGOTTO, 2012, p. 267). Manacorda (2007, p.89) define omnilateral como a “totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho”.

são conjunturas políticas, sociais e econômicas diferentes, a forma como é anunciada traz nuances diferentes, mas a realidade encrustada se repete. Assim, Jantsch e Azevedo (2011), afirmam que

O mercado sob a sociabilidade do capital continua, pois, intocável e o discurso por uma educação científico-tecnológica para além do mercado não passa de retórica, eis que o avanço da Educação Tecnológica no espaço público-estatal não tem significado, de fato, um movimento para além do mercado, muito pelo contrário, o mote da atualidade é uma ação do ministério da educação voltada exclusivamente aos Arranjos Produtivos Locais (APL)⁶ (JANTSCH; AZEVEDO, 2011, p. 23).

Desta forma, uma das estratégias do neoliberalismo, está na transferência da educação da esfera política para esfera econômica, retirando o seu caráter de direito para o de mercadoria regulada pelo mercado. Neste contexto, a aproximação com os diversos nichos de mercado, espalhados por todo país, se torna imprescindível, e o conceito de desenvolvimento se recria a partir da devotada apropriação e (re) significação do espaço.

Portanto, o novo paradigma do desenvolvimento é o desenvolvimento local, com o intuito de atender as demandas dos arranjos produtivos locais, as políticas públicas educacionais voltam à atenção para as potencialidades de desenvolvimento dos próprios sujeitos que vivem naquele território. Então, “Maximizar potencialidades e reduzir fraquezas”, esta seria a orientação principal de qualquer estratégia de desenvolvimento local” (GÓMEZ, 2002, p. 5).

Desta forma, a nova caracterização do desenvolvimento, na concepção de valorizar o espaço no trato de planejamento e aplicação de políticas públicas, vem ao encontro da descentralização estatal, valorizando o local e mais contemporaneamente o territorial como indispensável nas relações sociais, políticas e econômicas.

Observamos que o a descentralização não se ateve apenas ao fator econômico, fazendo parte desse contexto emerge o social e o político, e com isso

(...) um novo paradigma de entendimento e implementação do desenvolvimento que investe num rosto mais humano para o desenvolvimento, prestando atenção na participação da população, na sua identidade, no território em que vive e nos valores que a configuram (GÓMEZ, 2006, p. 119).

⁶ O arranjo produtivo local (APL) tem sido estabelecido como uma relação que vai além da presença de um conjunto de empresas, conferindo a um ambiente local a capacidade de reforçar a sua competitividade, por exemplo, organizações governamentais e organizações da sociedade civil (associações de classe). A formação de arranjos está associada, geralmente, a trajetórias históricas de construção de identidades e de criação de vínculos territoriais que podem ser locais ou regionais, a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum (TIZZOTTI; TRUZZI; BARBOSA, 2019, p.1).

Fica claro que o processo desenvolvimentista mais uma vez é reificado, “idéia de desenvolvimento local vai se introduzindo e se fortalecendo diante da necessidade de reprodução do sistema de metabolismo social do capital” (GÓMEZ, 2002, p.5). Nesse contexto, a sociedade se torna instrumento do “novo” projeto de desenvolvimento, capaz de completar o lapso deixado por um Estado distante dos assuntos sociais.

Assim, Gómez (2006) deixa claro que o desenvolvimento segue um curso nada impoluto e sempre retroalimentado numa conduta devastadora da lógica capitalista, podendo ser apresentado com o seguinte esboço: implementação de estratégias de desenvolvimento, seguidas de promessas de melhora geral da qualidade de vida, resultando em fracassos, então busca-se reformulações e novas estratégias juntamente com novas promessas, e os resultados são novos fracassos. Desta forma o sistema é sempre retroalimentado pela esperança de uma superação da desigualdade que assola o mundo.

Neste contexto, a busca pelo desenvolvimento, no ideário capitalista aponta as políticas educacionais como oportunidade para uma melhoria de vida, por meio do esforço individual, assim, “o caráter ideológico da relação educação e desenvolvimento permeia o universo da individualização, fragmentando sobremaneira a luta coletiva” (SILVA, 2015). Trata-se de uma realidade que se contrapõem aos princípios orientadores do desenvolvimento local, pois este preza os valores da cooperação, solidariedade e o fortalecimento de iniciativas coletivas.

3.3 OS INSTITUTOS FEDERAIS E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A centralidade do território como unidade identitária e protagonista como instrumento de desenvolvimento é vista como uma ideia de respostas políticas aos problemas da contemporaneidade aos quais nos deparamos, mas “[...] ela resulta de uma procura com um longo passado, nos diferentes processos de organização da vida social dos seres humanos” (CORDEIRO; ALCOFORADO; FERREIRA, 2014, p.7).

Associada a esta histórica interdependência instrumental, entre organização social e desenvolvimento, aparece, inevitavelmente, a necessidade de construir um sentido comum para as diferentes aprendizagens, individuais e coletivas, destinando-lhes espaços formais de transmissão geracional de cultura e saberes, quando se pretende apostar num futuro melhor, ou promover experiências de vida e educativas de transformação das práticas quotidianas, face a exigências de mudança mais imediata (CORDEIRO; ALCOFORADO; FERREIRA, 2014, p.7).

Diante desse contexto, podemos apontar a expansão da RFEPCT, que estabeleceu a criação de novas instituições federais de educação tecnológica, objetivando a ampliação para todo território nacional na busca de ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O Plano de Desenvolvimento da Educação em 2008 menciona que “talvez seja na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre educação, território e desenvolvimento se tornem mais evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notáveis (BRASIL, 2008b, p. 31).

Pode-se notar que o planejamento das políticas públicas, numa abordagem de desenvolvimento territorial, busca potencializar o desenvolvimento global por meio dos territórios, num contexto de descentralização e participação das comunidades locais, absorvendo as dimensões “[...] social, política e ambiental na perspectiva de desenvolvimento e a valorização das raízes históricas e geográficas presentes no território” (SILVA, 2015, p.62). Nisto reside nossa concepção de desenvolvimento territorial, na qual a descentralização, o protagonismo da comunidade local, tendo a perspectiva as dimensões social, política, econômica, ambiental, cultural e o espaço geográfico interagem sinergicamente.

Morais (2015) aponta que para ocorrer o desenvolvimento territorial numa concepção de processo contínuo deve-se considerar as potencialidades do território, sem deixar de considerar que a educação e a formação profissional da população são fatores intrínsecos para que ocorra esse desenvolvimento. O autor ainda afirma que “a relação entre Território, Desenvolvimento Territorial e Educação Profissional contribui para compreensão dos elementos políticos, sociais e espaciais que envolvem a busca pelo desenvolvimento territorial no Brasil” (MORAIS, 2015, p. 16).

Assim, o Estado em busca do desenvolvimento criou como política pública um novo arranjo educacional, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET’s), incluindo-se o IFSC, com missão e finalidades bem definidas, o que “evidencia com grande nitidez os desejáveis enlaces entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade” (BRASIL, 2008b, p. 31).

Neste sentido, apontamos o IFSC, que compõe a RFEPCT, e busca fundamentos e intervenções púberes capazes de contribuir para o desenvolvimento territorial por meio de uma educação que valoriza os sujeitos e suas singularidades com o desafio de dar continuidade numa formação pautada, de conhecimentos, princípios e valores, que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos (PACHECO, 2010).

Para aprofundar essa contextualização é importante apresentarmos um trecho de um documento chamado: “Institutos Federais – 5 anos de singularidades Territórios de

Esperanças”, o qual foi publicado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF⁷, durante o ato de comemoração dos 5 anos da transformação dos Institutos Federais, no ano de 2013.

[...] Mais que tudo, os Institutos Federais representam a superação de um modelo institucional existente, a fim de propulsionar a importante sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade, na construção de um projeto mais amplo de educação pública, com as singularidades que lhes são próprias, passando a atuar como uma verdadeira rede de educação profissional e tecnológica pelo território nacional. Pensar os Institutos Federais, do ponto de vista político, significa definir um lugar nas disputas travadas no âmbito do Estado e da sociedade civil e esse “lugar” é o território; pensado para além de sua circunscrição geográfica, como espaço de relações vivas, situado e datado por pessoas, que constroem a cultura de seu tempo; território que influencia e é influenciado pelos atores ali presentes e pelas interações que dele emergem. Milton Santos usa a expressão “espaço vivido” para contrapor a ideia de que o lugar não é apenas o quadro de vida, e é neste espaço que as experiências são renovadas. Esse novo desenho constituído traz a marca biográfica que tem como principal função a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, núcleo para irradiação das ações para o desenvolvimento local e regional. O papel dos Institutos Federais, portanto é o de garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliçados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social. Reconhecer o compromisso dos Institutos Federais como um território é de certa maneira, reavivar o diálogo que, dentro das instituições de educação profissional e tecnológica, sempre se estabeleceu entre Educação e Trabalho. Todavia, face ao cenário mundial, à influência determinante que advém das ciências e das tecnologias nas relações de vida e de trabalho e ao descompasso do país, em especial em relação às questões sociais, a criação dos Institutos Federais revela ação deliberada em dar centralidade às pessoas, e interferir decididamente na realidade empobrecida e empobrecedora da exclusão no sentido de sua superação. Atuar no território é, portanto, um processo mais complexo e ultrapassa a legitimada relação Educação e Trabalho, ao amalgamar uma ação com a Ciência, Tecnologia e Cultura, cria um escopo capaz de impulsionar a sociedade a se reconhecer e se perceber verdadeiramente capaz de definir seu destino (CONIF, 2013, p. 4,5).

O discurso acima, não obstante situar-se no contexto do sistema do capital, indica contradições relevantes ao apontar para uma compreensão alargada, crítica e emancipatória de educação a ganhar concretude em um território, tido como espaço vivido. Uma educação inclusiva, cidadã a ser implementada pela rede IFSC.

Assim quando se referência territorialidade como parte do “enlace” citada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), “pode ser compreendida como abstração teórica para território ou ter um sentido efetivo, tanto material (controle físico), quanto imaterial (controle simbólico, imaginado) e, também, na concepção de espaço vivido” (FUINI, 2017, p. 24).

⁷ É uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação. Atua no debate e na defesa da educação pública, gratuita e de excelência Disponível em:< <http://portal.conif.org.br/br/institucional/conif>> Acesso em: 03 abr. 2019.

O IFSC apresenta, em diversos documentos essa perspectiva da reflexão do desenvolvimento das potencialidades locais/regionais e busca contribuir com a sua consolidação e fortalecimento no seu âmbito de atuação, trazemos como demonstração clara de sua intensa relação com essa perspectiva, algumas de suas finalidades e características e ainda objetivos, segundo a Lei nº 11.892/2008.

Os Institutos Federais têm por finalidades e características, segundo a Lei nº 11.892/2008:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

São objetivos dos Institutos Federais, segundo a Lei nº 11.892/2008:

V – Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

O conjunto de ações do IFSC que mobilizam as estratégias de desenvolvimento trazem, num sentido mais amplo, a concepção do desenvolvimento territorial de base local, e diante disso para se analisar se estas finalidades e objetivos estão sendo praticadas com eficiência e eficácia é importante avaliação do impacto de uma política pública. E para isso, Carvalho (2003, p. 186) defende que essa avaliação deve focalizar “os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e, portanto, para além dos beneficiários diretos da intervenção pública, avaliando-se sua efetividade social”.

Diante do exposto, é importante apresentar a noção de desenvolvimento frente aos papéis das organizações, das instituições e dos territórios, a qual Pires, Müller e Verdi (2006) sustentam e nós assumimos como nossa opção teórica conceitual:

o desenvolvimento territorial é um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região (PIRES; MÜLLER; VERDI, 2006, p. 448).

Macedo (2014), menciona que a partir da expansão dos Institutos Federais, pode-se observar que o conceito de território está presente nas políticas de educação profissional e tecnológica, enfatizando o desenvolvimento local e regional como um espaço basilar para a interação de sua prática educacional de base humanístico-técnico-científica. Para Moraes (2015, p. 21), a presença de assertivas envolvendo educação, território e desenvolvimento “[...] por vezes,

buscam acentuar históricas discussões, mostrando máxima atuação das instituições de ensino e de suas propostas pedagógicas na organização territorial, nos processos locais de desenvolvimento e de sustentabilidade.

Os Institutos Federais determinam sua identidade a partir de fundamentos como a territorialidade e o modelo pedagógico, afim de cumprir com sua missão de Instituição de Ensino Profissional e Tecnológico atuante em diversos níveis (educação superior, básica e profissional), e modalidades de ensino, promovendo a inclusão e formação dos indivíduos numa perspectiva que perpassa a contribuição para desenvolvimento do território, a sustentabilidade e a melhoria de vida da população de sua abrangência.

É na compreensão dos aspectos essenciais dessa relação e na sedimentação do sentimento de pertencimento territorial que se torna possível subverter a submissão de identidades locais a uma global. Esse caminho passa necessariamente por uma educação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus. O desenvolvimento local, regional ou nacional não pode prescindir do domínio, da produção e da democratização do conhecimento, assim, os Institutos revelam-se, espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros. (PACHECO, 2010, p. 7).

Conforme propõe o autor acima, a concepção de desenvolvimento territorial pressupõe a produção e a democratização da educação, e nesta premissa situa-se a missão do IFSC. Esta instituição pode estar inserida profundamente no território compreendido como espaço vivido, engajado nos processos de mudança na qualidade de vida da população de seu entorno. E isto, se faz por meio de geração e disseminação de tecnologias, sendo que estas não deveriam estar a serviço do capital, e sim, a serviço da promoção de um desenvolvimento territorial sustentável.

Cordeiro, Alcoforado e Ferreira (2014), enfatizam a necessidade de que os projetos de desenvolvimento territorial de base sustentável, estejam estruturados com um projeto educativo que possa tanto proporcionar o preparo, instrução e incentivo do agir coletivo, em todas as dimensões, das pessoas de um determinado território, na busca do desenvolvimento desejado. E ressaltam que desta forma se daria uma política de desenvolvimento e educativa de cunho progressista, a qual prepararia para o exercício de uma cidadania ativa e crítica.

Assim, as concepções e diretrizes do MEC destacam que:

a comunicação entre os Institutos Federais e seu território torna-se imprescindível na definição de rumos a ser construídos a partir de uma concepção endógena, sob o ponto de vista de projetos locais. Por outro lado, a proposta traz em seu bojo não o autoritarismo de implantação e implementação, mas a crença de que, ao entrar em

contato com a cultura do território, ela altera-se a partir do processo interativo instaurado (MEC, 2010, p. 23).

Neste sentido, Rückert (2004 apud DIAS; AGUIAR; PEREIRA, 2016, p. 160), faz uma importante análise

As referências às teorias de desenvolvimento endógeno⁸, territorial, local, regional parecem, num primeiro momento, mais uma importação de modelos exógenos chamados à luz da ocasião a iluminar as realidades territoriais periféricas de nossos rincões distantes. Entretanto, talvez seu mérito seja, contraditoriamente, provocar uma reflexão sobre as nossas potencialidades locais/regionais. A ativação permanente de nossas sociabilidades democráticas, a construção de novas densidades organizacionais e institucionais de múltiplos corpos de reflexão, investigação e ação nos remetem, inegavelmente à uma nova aventura: a de entendermos que as antigas terras do interior (as hinterlands) hoje podem não mais ser, necessariamente, territórios periféricos e distantes dos grandes centros de poder.

Assim sendo, o IFSC inserido no município de Urupema, que está localizado no interior do Estado de Santa Catarina, poderá contribuir para o seu desenvolvimento territorial, agregando a formação acadêmica à preparação para o trabalho, mas propondo “[...] uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida ” (PACHECO, 2010, p. 2).

Isto posto, o IFSC-Urupema por meio de sua atuação educacional para o desenvolvimento territorial, pode ser o facilitador para a autonomia singular dos cidadãos daquele território, contemplando “[...] à necessidade de se formarem pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas” (DOWBOR, 2007, p. 76).

Assim, apresentamos a pretensão do IFSC na realização de sua missão educativa:

Na educação profissional, pretende-se que o conhecimento e o potencial investigativo e transformador sirvam para realizar o trabalho educativo de forma a superar a fragmentariedade, explicitando os nexos entre ciência, tecnologia e sociedade. O trabalho educativo implica o domínio de um conjunto de conhecimentos, o domínio metodológico e técnico, assim como o desenvolvimento de recursos afetivo-cognitivos, para que os sujeitos envolvidos conheçam, com o devido rigor, cientificidade e criticidade, as dimensões técnicas do exercício profissional e as condições histórico-sociais nas quais esse exercício ocorre (IFSC, 2015a, p. 2.1).

Neste contexto, percebemos a referência da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no que tange a construção dos saberes, a ênfase na importância da integração à formação profissional, com nexos de convergência entre ciência, Tecnologia e sociedade. Cabe destacar que a proximidade com a realidade do território, nos marcos do capitalismo, desafia a

⁸ “A característica do desenvolvimento endógeno é definida como sendo um desenvolvimento de baixo para cima, partindo das potencialidades locais e não de cima para baixo, partindo do planejamento e intervenção do estado nacional.” (AMARAL FILHO, 1996, p. 38).

formulação de ações que possam contribuir com a formação educacional dos sujeitos que ali vivem, estimulando sua autonomia, e capacidade crítica e reflexiva para alcançarem uma hegemonia consolidada. Neste sentido, passamos a descrever as características de nosso campo empírico de pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE URUPEMA (SC)

Nesta seção apresentaremos a contextualização histórica, social e política sobre o território urupemense, bem como, os percalços e desafios enfrentados para a implantação do IFSC em seu território. Nesse momento deixamos enunciado que estamos utilizando a delimitação espacial de território, conforme o conceito de Haesbaert (2004), citado no início desta dissertação, então não estamos utilizando o território conforme a divisão territorial estabelecida pela extinta Secretaria de Desenvolvimento Territorial⁹. Para isso, apresentamos na primeira parte desta seção, a origem e características do território pesquisado e sua influência na implantação de uma Instituição pertencente a RFECT neste território. Na segunda parte, apresentamos atividades desenvolvidas no ensino, pesquisa e extensão que apontam para reconfigurações recentes no território urupemense.

4.1 ORIGEM

O município de Urupema, segundo Lisboa (1991), primeiramente era conhecido como Povoado de Sant'Ana, teve sua origem em 1918, por Manoel Pereira de Medeiros. Sua família chegou em Santa Catarina em expedição proveniente dos Açores, possivelmente em 1711, para povoar o litoral catarinense. Foi neste ano que a Coroa Portuguesa adquiriu do Marquês de Cascais as terras doadas em 1534 por D. João XI a Pero Lopes de Souza. Essas terras eram chamadas de 'Terras de Sant'Ana' por pertencerem à Capitania Hereditária de Santana.

A família Pereira de Medeiros, inicialmente se localizou na região de Palhoça e Aririú, mas posteriormente muitos deles fixaram-se na região serrana de Santa Catarina, “[...]tornando-se troncos de família, principalmente em São Joaquim e onde hoje é Urupema” (SILVA, 2018, pg. 26). Em 1923, foi criado o Distrito de Sant'Ana, então pertencente ao município de São Joaquim, por meio da Lei Municipal nº 170, de 27 de outubro de 1923 e então em 1938 o Decreto Federal nº 86, de 31 de março de 1938, elevou o Distrito à categoria de Vila.

Segundo Lisboa (1991), o primeiro comércio de Sant'Ana foi a Casa Comercial Amarante Melo, também contava com dois hotéis, duas atafonas, a qual uma delas pertencia a

⁹ Em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial começaram a ser criados os Territórios Rurais. O programa dos Territórios Rurais foi criado pelo Governo Federal (Programa desenvolvido desde 2003 pela da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial -SDT vinculada ao Ministério do desenvolvimento Agrário - MDA) para priorizar suas ações em regiões e sub-regiões onde o investimento público e privado não era o bastante para atender às necessidades da população.

Claudio Correa Borges o qual havia requerido na época “[...] uma área de 1.000m² para formar ali uma grande indústria. De fato, ele só construiu uma pequena atafona, mas que enfim serviu bem a população” (LISBOA, 1991, p.97). A outra atafona foi vendida mais tarde e deu origem a primeira usina elétrica do município de São Joaquim.

Quanto a Educação na época, segundo Lisboa (1991), havia uma sala de aula particular, onde lecionou o primeiro professor, Deodoro Machado, o qual apesar de contar com boa frequência dos alunos desistiu e foi embora de Sant’Ana, deixando muitas crianças passando da idade de estudos por falta de escola. Diante dessa situação foi planejada uma escola particular, a qual matriculou um número considerável de crianças, com boa frequência, pressionando assim, o prefeito que no segundo ou terceiro mês de funcionamento tornou a escola municipal, depois estadual.

É importante salientar que após a escola se tornar estadual, houve convite para um professor de Sant’Ana lecionar, mas a resposta foi negativa, justificando que a remuneração era pouca para aceitar o convite. Assim, segundo Lisboa (1991, p.98), “Veio de Florianópolis[...] um moço de boa presença, muito inteligente e expansivo” que foi convidado a assumir como professor e este aceitou desempenhando brilhantemente sua função.

Então em 1944 foram encontrados registros públicos que não mais nomeavam a vila como Vila de Sant’Ana e sim com o nome de Vila de Urupema. Urupema é um termo de origem indígena que significa “peneira”, nome que atribuíam a um cesto feito de palha e utilizado pelos índios na pesca, acredita-se que optou-se por este nome devido Decreto Lei Nº 5.901, de 21 de outubro de 1943, do então Presidente da República Getúlio Vargas, que tratava sobre a repetição de topônimos de Cidades e Vilas, o que ocorreu com Vila de Sant’Ana, já que no Rio Grande do Sul existia uma localidade a qual coincidia a nomenclatura, então por critérios deste Decreto Lei deveria ser adotado nomes indígenas ou outros com propriedade local. Assim, presume-se que esse Decreto ocasionou a mudança do nome Vila de Sant’Ana, para Urupema (SILVA, 2018).

Segundo Lisboa (1991) em 04 de janeiro de 1989, Urupema foi emancipado, graças aos esforços e união da comunidade que lutou por esta emancipação e ressalta que esta comunidade

[...] não limitou o seu desenvolvimento só ao perímetro urbano, estendendo também o progresso aos confins da sua próspera zona rural. Desenvolveram bem a pecuária e a fruticultura, mas especialmente a agricultura [...] Lutaram por mais de meio século por aquele recanto cuja sede era de difícil acesso e, na esperança de melhores condições, começaram a pensar a sua emancipação político-administrativa. (LISBOA, 1991, p. 107).

Neste contexto, ocorreu a primeira eleição municipal em um pleito democrático, onde foi eleito o primeiro prefeito de Urupema Áureo Ramos de Souza, que tinha como seu vice

Antonio Souza de Melo, ambos do Partido da Frente Liberal (PFL), eram comerciantes locais, e também fruticultores. Então no dia 1 de junho de 1989, ocorreu a instalação do município e a posse dos eleitos no salão paroquial do então município de Urupema.

Figura 1 – Igreja matriz e praça central de Urupema Manoel Pinto de Arruda



Fonte: Prefeitura de Urupema¹⁰

A figura acima é uma foto atual cedida pelo setor de comunicação da prefeitura de Urupema, Trata-se de um local frequentado por muitos turistas e onde se encontra um quiosque de produtos alimentícios produzidos por um grupo de mulheres que praticam a economia solidária.

4.2 GEOGRAFIA FÍSICA E ASPECTOS POLÍTICO-ECONÔMICOS E SOCIAIS DE URUPEMA

O Município de Urupema localiza-se na Região Serrana de Santa Catarina, limitando-se com São Joaquim, Paineiras, Rio Rufino e Urubici. Possui cinco comunidades rurais: Cedro, Cedrinho, Bossoroca, Marmeleiro e Rio dos Touros e uma área urbana – sede (SILVA, 2018).

A população do município é de 2.482 habitantes, sua superfície é de 350,37 km², portanto a densidade demográfica é de 7,09 hab/km², com 49% dos habitantes na área urbana 51% na área rural (IBGE, 2010). Na dinâmica populacional percebe-se uma evasão do meio rural com taxa de 0,17% ao ano no período de 2000 a 2010, confirmando o fenômeno do êxodo rural (SANTA CATARINA, 2016).

¹⁰ PREFEITURA DE URUPEMA. Secretaria do Turismo e Urbanismo. **Pontos turísticos e passeios imperdíveis**. Disponível em: <https://turismo.urupema.sc.gov.br/> Acesso em 31 mar. 2019.

O município possui uma altitude média na área urbana de 1.425 metros, sendo o ponto mais alto do município o Morro do Campo Novo, com 1.750 metros. O clima indicado em seu portal eletrônico: “[...] pode ser considerado como chuvoso, com inverno e verão brandos, a temperatura média anual é de 14°C, podendo chegar, no inverno, até 14°C negativos na relva, sendo a detentora do título de “Cidade mais fria do Brasil” (SILVA, 2018, p. 28).

Figura 2 –Urupema com temperatura negativa



Fonte: Prefeitura de Urupema ¹¹

A estrutura fundiária é concentrada, na mão de proprietários com grandes extensões de terras, mas a agricultura familiar é evidente, contando com 68,83% das propriedades, sendo em sua maioria de pequeno porte. A partir dos dados Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) de São Joaquim, segundo Silva (2018), Urupema totaliza 365 estabelecimentos agropecuários, deste número 265 são de agricultura familiar.

As lavouras temporárias de batata-inglesa e milho estão presentes nas atividades econômicas do município, assim como a produção de maçã que devido às características climáticas favoráveis é o destaque entre elas. Segundo Locks

O fato da região se configurar como produtora de maçã, não significa que a população tenha acesso à maçã. Além de baixo poder aquisitivo, não existe uma cultura do consumo de verduras e frutas. Isto serve para se repensar o desenvolvimento social e

¹¹ PREFEITURA DE URUPEMA. Secretaria do Turismo e Urbanismo. **Pontos turísticos e passeios imperdíveis**. Disponível em: <https://turismo.urupema.sc.gov.br/> Acesso em 31 mar. 2019.

econômico. Ele não pode estar dissociado do cultural, ambiental e político (LOCKS, 2016, p. 37).

No município de Urupema a produção da maçã é realizada em pequenas e médias propriedades não pela via do sistema de integração, mas individualizada. Recentemente foi criada uma cooperativa de produtores de maçã – Coopema, pela qual os produtores reúnem a produção nos barracões da cooperativa, fazem a seleção e a comercialização é feita por uma empresa parceira. Ainda tratando das atividades econômicas, é importante salientar que a indústria tem representação irrelevante na economia do município e que o serviço público é o setor que mais oferece oportunidade de trabalho formal. Este território faz parte do bioma Mata Atlântica e apresenta diversas espécies presentes em sua Floresta Ombrófila Mista. Dentre essas espécies estão a Araucária, a Erva-mate e a Bracatinga, que se destacam pela importância econômica para a região (SILVA, 2018).

A semente da araucária, o pinhão, é coletada em extrativismo e consumida na culinária tradicional, a madeira da araucária foi muito utilizada na marcenaria e carpintaria, e o nó de pinho utilizado como combustível e matéria prima para o artesanato. A erva-mate que faz parte dos costumes do Sul do Brasil, ganhou propulsão na última década devido suas qualidades fitoterápicas, é utilizada usada na indústria de cosméticos, medicamentos, energéticos e gastronomia. Bracatinga, a partir do seu melato¹² que é coletado pelas abelhas dá origem a um mel único, denominado o “Mel da bracatinga” “que alcançou o posto de mel brasileiro mais bem pago no exterior, com preço até 20% superior ao mel floral orgânico” (SILVA, 2018, p. 30).

Conforme Santa Catarina (2016), Urupema é um município essencialmente agrícola, sendo a Agropecuária o setor responsável pela maior geração de riqueza. Entretanto, aponta-se outras possibilidades econômicas na região em que Urupema se encontra, como é confirmado por Locks (2016 p. 37), “há outras potencialidades em desenvolvimento em alguns municípios como a produção de vinhos de altitude ou o turismo, mas ainda são incipientes, desconectadas de uma visão sistêmica, social, multissetorial e territorial planejada”.

¹² “Melato” é uma palavra que, na Biologia, refere-se às secreções em forma de líquidos açucarados, produzidas por um grande número de espécies de insetos homópteros que vivem como parasitas sugadores da seiva elaborada das plantas. Estes líquidos açucarados são procurados e colhidos pelas abelhas como se fossem néctar e são submetidos aos mesmos processos usados na produção do mel floral. O produto final, entretanto, é o “Mel de Melato”, diferente em propriedades físicas, químicas e organolépticas. O Mel de Melato da Bracatinga provém de secreções de Cochonilhas (insetos sugadores) que infectam o tronco da Bracatinga (*Mimosa scabrella*), árvore da família das leguminosas. A abelha que explora o melato para a produção de mel é a *Apis mellifera*, espécie popularmente conhecida como “Italiana”, “Africana”, “Europa”, entre outros nomes (SLOW FOOD BRASIL, 2016).

Em relação a Vulnerabilidade Social, o município de Urupema é considerado com grande vulnerabilidade relacionada a posição que seu Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)¹³ apresenta, sendo de 0,260. No ano de 2010, as pessoas em extrema pobreza, que vivem com renda per capita de até R\$ 70,00 por mês, totalizam um percentual de 2,7%. Sendo que em 2015 48,02% da população estava inscrita no Cadastro Único e 26,39% desta recebendo Bolsa Família (SANTA CATARINA, 2016).

Segundo ATLAS¹⁴ (2013), Urupema, em 2010, apresentou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), inferior à média do estado, com 0,699 ocupando a posição 233º de um total 293º posições do estado. O índice tem como base três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Esse índice varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento humano. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município de Urupema é Longevidade, com índice de 0,823, seguida de Renda, com índice de 0,667, e de Educação, com índice de 0,622

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes -
Município – Urupema - SC

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,238	0,378	0,622
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	22,58	24,86	41,20
% de 5 a 6 anos na escola	28,77	82,08	100,00
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	34,39	60,10	93,13
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	17,64	34,61	53,65
% de 18 a 20 anos com médio completo	17,06	9,24	58,87
IDHM Longevidade	0,742	0,776	0,823
Esperança de vida ao nascer	69,51	71,55	74,40
IDHM Renda	0,559	0,658	0,667
Renda per capita	259,02	479,15	508,79

Fonte: Atlas Brasil ¹⁵ (2013)

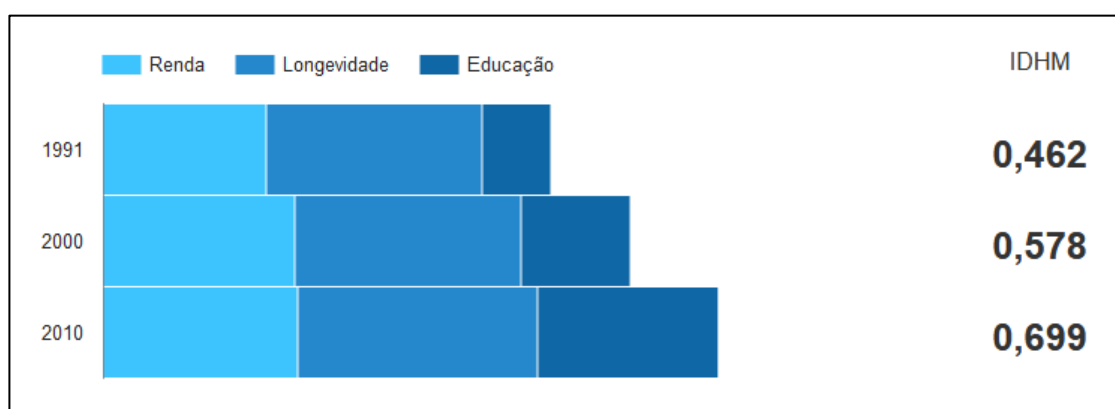
¹³ O IVS traz dezesseis indicadores estruturados em três dimensões, a saber, infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, permitindo um mapeamento singular da exclusão e da vulnerabilidade social para os 5.565 municípios brasileiros. Essas dimensões correspondem a conjuntos de ativos, recursos ou estruturas, cujo acesso, ausência ou insuficiência indicam que o padrão de vida das famílias encontra-se baixo, sugerindo, no limite, o não acesso e a não observância dos direitos sociais (IPEA, 2015).

¹⁴ O Atlas é, uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 21 Regiões Metropolitanas (RM) e 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas Brasil orienta caminhos e provoca reflexões sobre os rumos do desenvolvimento humano no país. É realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e Fundação João Pinheiro – FJP.

¹⁵ ATLAS BRASIL. **Perfil Município de Urupema-SC**, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/urupema_sc#educacao>. Acesso em 26 abr. 2019.

Considerando a evolução do IDHM do município de Urupema do ano 2000 para o ano 2010, os dados apontam uma taxa de crescimento de 20,93%, passando de 0,578 em 2000 para 0,699 em 2010 e destaca que a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,244), seguida por Longevidade e por Renda, é importante observar que a evolução do 1991 para o ano 2000, o índice de crescimento da dimensão Educação foi de 0,144 também o que mais cresceu neste hiato (ATLAS, 2013).

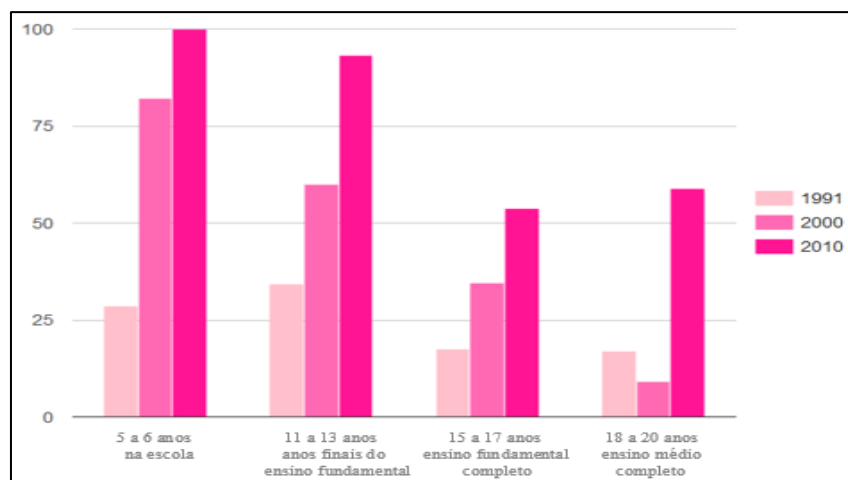
Figura 3 – Evolução do IDHM de Urupema



Fonte: Atlas Brasil¹⁶ (2013)

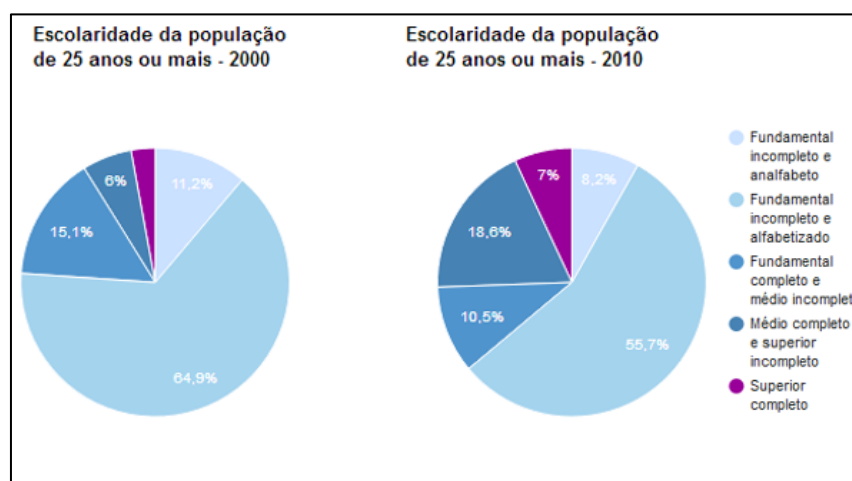
Importante para o contexto proposto nesta investigação, apresentarmos dados mais específicos sobre o IDHM de Urupema referentes a dimensão Educação, e iniciamos pelas proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos escolares, que indica a situação da educação entre a população em idade escolar. No município de Urupema, em 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 100,00%, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 93,13%, a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 53,65% e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 58,87% (ATLAS, 2013).

¹⁶ ATLAS BRASIL. **Perfil Município de Urupema-SC**, 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/urupema_sc#educacao. Acesso em 26 abr. 2019.

Figura 4 – Fluxo Escolar por Faixa Etária – Urupema – 1991/2000/2010

Fonte: Atlas Brasil ¹⁷ (2013)

A escolaridade da população adulta, também compõe um indicador do IDHM Educação. Entre 2000 e 2010, a população com 18 anos ou mais, com o ensino fundamental completo, passou de 24,86% para 41,20%, no município de Urupema. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 8,16% eram analfabetos, 36,10% tinham o ensino fundamental completo, 25,57% possuíam o ensino médio completo e 6,96%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27% (ATLAS, 2013).

Figura 5 – Fluxo Escolar por Faixa Etária – Urupema –2000/2010

Fonte: Atlas Brasil ¹⁸ (2013)

¹⁷ ATLAS BRASIL. **Perfil Município de Urupema-SC**, 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/urupema_sc#educacao >. Acesso em 26 abr. 2019.

¹⁸ ATLAS BRASIL. **Perfil Município de Urupema-SC**, 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/urupema_sc#educacao >. Acesso em 26 abr. 2019.

O município conta com uma escola estadual, três escolas municipais e um Instituto Federal. Segundo o Censo Educacional do ano de 2017, as escolas municipais e a estadual, geraram 336 matrículas no ensino fundamental, 77 no ensino médio e 50 no ensino pré-escolar (IBGE, 2017). O Instituto Federal do município de Urupema, segundo a Plataforma Nilo Peçanha, no ano de 2017 gerou 114 matrículas e em 2018 gerou 649 matrículas (MEC, 2018, 2019), esse número considera todos os cursos, em todas modalidades.

No território de Urupema pode-se identificar no âmbito da sociedade civil as seguintes organizações: sindicato dos trabalhadores rurais, sindicato de produtores rurais, associação dos produtores de maçã, Associação do turismo, Associação dos Produtores Orgânicos, Igreja Evangélica, Igreja Adventista, Igreja Católica, que se situa na praça central do município. O município conta com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, que são empresas públicas, vinculadas ao Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural. Quanto aos partidos políticos, existem segundo a lista de filiação partidária, doze partidos, sendo que o com número maior de filiados é o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, seguido do Democratas – DEM.

4.3 DA IMPLANTAÇÃO À ATUALIDADE DO IFSC URUPEMA

Diante desse contexto, o município de Urupema, na perspectiva de desenvolver o seu território, perpassando o fator econômico, político e social pleiteou a implantação de uma instituição como o IFSC, que tem incutido em sua atuação o propósito do desenvolvimento territorial. Assim, é importante descrever como se deu o processo de implantação dessa Instituição em seu território.

Para tanto, a seguir citar-se-á trechos de um documento interno do IFSC, o qual conta a trajetória de implantação do Câmpus Urupema e do qual se retirou informações para diversas justificativas, como a implantação neste município, solicitação de códigos de vagas de servidores, entre outros.

Então, segundo IFSC (2008), em 2005, período anterior a criação do Institutos Federais, iniciou-se um projeto educacional para o desenvolvimento da região da Serra Catarinense, o qual enunciava a criação uma escola agrotécnica, compreendida também como Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), direcionada aos alunos do ensino médio, que estaria

sediada no município de São Joaquim. O projeto destacava como primordial, os cursos que contribuíssem para o desenvolvimento da vitivinicultura, da floricultura, da produção de azeitonas, da cultura do vime e ainda o desenvolvimento dos processos de agregação de valor na fruticultura e agroindústria familiar e envolvia também os municípios de Bom Retiro, Bom Jardim da Serra, Rio Rufino, Urubici e Urupema.

Para justificativa desta abrangência, ressaltava-se que naquela época a região apresentava taxas de analfabetismo superiores à média estadual e índice de desenvolvimento da educação básica, com exceção de Urupema, abaixo da média estadual. O mesmo acontecia como outros municípios envolvidos, Bom Jardim da Serra, Rio Rufino e Bom Retiro que apresentavam índices de desenvolvimento humano considerados entre os mais baixos IDH do Estado na época (IBGE, 2005).

Em fevereiro de 2006 foi realizada uma reunião de conselheiros e lideranças dos municípios de Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici e Urupema. Na ocasião, o prefeito de Urubici e a prefeita de Urupema manifestaram o interesse daqueles municípios na implantação do CEFET-SC (IFSC, 2008, p. 1).

Notamos que mesmo tendo sido planejado *a priori* a instalação da Escola no município de São Joaquim, após esta reunião já começou a existir uma disputa política envolvendo outros municípios da região interessados em sediarem a instituição.

A instalação do câmpus Urupema se justificou porque existia um acordo de concertação entre o Governo Federal e Governo de Santa Catarina para instalação de um câmpus na região de menor IDHM do Estado. —A Prefeitura de Urupema foi a que apresentou as melhores contrapartidas. O câmpus poderia ter sido instalado nos municípios de São Joaquim ou Urubici, por exemplo, que também atendiam aos critérios estabelecidos (SANTOS, 2015, apud SILVA, 2017, p. 147).

Em junho de 2006 a imprensa anunciava a instalação do CEFET-SC em Urupema, mostrando a disputa com os municípios de São Joaquim e Urubici, que também apresentaram projeto em 2004 e disponibilizaram terreno para a construção do prédio. A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim encaminhou moção de repúdio à instalação do CEFET-SC em Urupema, por ser São Joaquim o pólo da Regional na época, e solicitou os critérios técnicos para a escolha de Urupema (IFSC, 2008).

Numa situação em que as virtualidades de cada localização estão sempre mudando, instala-se o que bem se pode denominar de guerra dos lugares. Estes não apenas devem utilizar suas presentes vantagens comparativas, como criar novas, para atrair atividades promissoras de emprego e de riqueza. Na batalha para permanecer atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como as estruturas e equipamentos), imateriais (como os serviços). E cada lugar busca realçar suas virtudes

por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como imã (SANTOS, 2006, p.181).

Quando anunciou-se que o município de Urupema seria a sede do CEFET-SC na Serra, foram apresentados os fatores positivos que promoveram esta definição sendo por sua posição geográfica centralizada, parceria nos recursos financeiros para a construção, políticas e ações aplicadas para o crescimento do IDHM, no entanto, teve como ponto negativo os “alunos em potencial, infraestrutura local e visão futura de novos empreendimentos” (IFSC, 2008, p. 2).

O prefeito municipal no mandato daquela época, Amarildo Gaio, em evento solene, que homenageou aos cidadãos que contribuíram com a instalação, realizado no dia 26 de setembro de 2015, lembra da grande mobilização do poder público municipal e da comunidade, buscando ser contemplado com a instalação da unidade (GAIO, 2015).

Resolvemos fazer uma audiência pública em São Joaquim para ver qual o município oferecia as melhores condições de sediar a unidade. E Urupema foi o único que se mobilizou e compareceu em peso. Fez-se depois outra reunião. Da mesma forma, nosso município fez por merecer. E depois foram inúmeras outras reuniões e lutas, incluindo muitas viagens a Brasília. Nós ganhamos porque nos mobilizamos. E porque já tínhamos o terreno para oferecer, coisa que alguns pioneiros visionários e de grande coração nos deixaram. Isso foi decisivo (GAIO, 2015, s.p.).

Conforme Atlas (2013), o município de Urupema ocupava 215ª posição no ranking estadual do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), na época da implantação, considerado um baixo índice. Esse dado refletiu nas ações e políticas do município de Urupema, o que deu destaque para a instalação e desenvolvimento do projeto do CEFET-SC. Segundo IFSC (2008),

O projeto era então chamado de Unidade Serra Catarinense, e apontava os cursos subsequentes ao ensino médio nas áreas de agroindústria e têxtil. As obras estavam previstas para iniciarem em julho do mesmo ano e visava a:

- Alcançar a missão institucional;
- Atender ao Pacto da Concertação;
- Promover o desenvolvimento sustentável;
- Estimular a criação de identidades regionais;
- Educação profissional e tecnológica como princípio educativo;
- Relação da educação profissional e tecnológica com o mercado de trabalho;
- Promover o processo de modernização da produção;
- Introduzir novas tecnologias nos processos produtivos;
- Promover ações de empreendedorismo para fomentar o desenvolvimento regional e ampliar a oferta de emprego e renda;
- Elevar o nível e a oferta de profissionalização da região;
- Atender aos APLs da região;
- Contribuir para a execução do Plano de Desenvolvimento regional;
- Ampliar a oferta de trabalho e renda para melhoria da qualidade de vida (IFSC, 2008, p. 2).

No dia 05 de maio de 2007, a Diretora Geral Consuelo Sielski Santos e a Senadora, na época, Ideli Salvatti estiveram na cidade de Urupema, para informar a comunidade sobre a instalação de uma Unidade do CEFET-SC na localidade. Mas diante das mudanças na Expansão da Rede Federal e transformação dos CEFET's em Institutos Federais as obras só iniciaram no segundo semestre de 2009 (CEFET-SC, 2007).

O Câmpus Urupema fazia parte da expansão da RFEPCT, denominada como implantação dos câmpus da Fase "dois e meio". Conforme Silva (2017, p. 147), “Em geral, as unidades dessa fase fariam parte de outras estruturas maiores. Como exemplo tem-se o caso do município de Urupema, que inicialmente receberia um polo da RFEPCT subordinado à Unidade Lages”. Mas no decorrer da implantação isso não ocorreu e a unidade de Urupema teve o mesmo *status* dos outros câmpus.

A entrega deste Campus do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, como já era chamado após a expansão da RFEPCT, ocorreu em dezembro do ano de 2010 e iniciou suas atividades em 2011. Foi de suma importância para a cidade e microrregião pois assim, investindo no ensino nas áreas de Alimentos, Fruticultura e possivelmente na área de Hospitalidade e Lazer, oportunizaria a qualificação técnica profissional para aprimorar conhecimentos através das novas tecnologias, habilitando à efetiva aplicação dos saberes, para a formação de um cidadão consciente do seu papel como sujeito importante no processo do seu crescimento pessoal, do crescimento da cidade e consequentemente do País como um todo, crescimento este de qualidade de vida daquele que já está instalado e daqueles que passarão por ali, seja por visita turística, profissional ou de qualquer natureza (IFSC,2008).

Marcelo Feres¹⁹, em entrevista concedida a Silva (2017), afirma as contribuições que a implantação dos Institutos Federais proporciona ao desenvolvimento local, as quais podem ser percebidas em diversas dimensões.

Não é só a dimensão física, que por si só já tem impacto. A simples presença do Governo Federal dentro de um processo de interiorização da Rede Federal já é importante. Há a dimensão humana, pois o novo câmpus atrai profissionais bem qualificados que passam a morar nas cidades. E isso já começa a acontecer antes dos primeiros cursos serem ofertados. O processo de escolha dos cursos passou pelo diálogo, com audiências públicas. A expectativa que é gerada pelo novo câmpus já provoca impactos econômicos no aquecimento dos negócios da região. Com o funcionamento do câmpus outros resultados surgem, com a organização em rede. Os novos câmpus se beneficiam do aprendizado dos cursos mais antigos ofertados por escolas mais antigas. Os cursos de ensino médio integrado, quando oferecidos, passam a ser referência para outras escolas da cidade. A expectativa da oferta de cursos superiores pelos Institutos Federais possibilita a fixação dos jovens na região. São benefícios indiretos. Muitas vezes um câmpus da rede é a única opção de ensino

¹⁹ Marcelo Machado Feres atuou como Secretário da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica do MEC entre os anos de 2015 e 2016.

superior gratuito na região. Não se pode esquecer que o ensino superior brasileiro é em sua maioria privado. Há também possibilidade de parcerias com o poder público municipal (FERES, 2016, apud SILVA, 2017, p. 69).

É importante destacar que houve uma forte parceria do poder público municipal e o IFSC, nas diversas ações que colaboraram para a instalação e facilitação de acesso e infraestrutura necessária para o funcionamento do Câmpus. Como exemplo podemos citar a abertura de estradas que facilitariam o acesso de outros municípios vizinhos, iluminação pública e pavimentação da área externa de acesso ao Câmpus, entre outras (IFSC, 2008).

No dia 03/07/2015 foi entregue à comunidade de Urupema o Bloco 2 do Câmpus, resultado de uma ampliação, assim a estrutura física do Câmpus passou de uma pouco mais 1000 m², a ocupar uma área total de 2696 m². Com a ampliação o Câmpus passa a ter a capacidade de atender 600 alunos. O novo bloco conta com dez laboratórios, cinco salas de aula, um espaço para Ensino a Distância, cantina, incubadora de empreendimentos e dependências administrativas (IFSC, 2015b).

Figura 6 - Câmpus do IFSC Urupema



Fonte: Portal do IFSC²⁰

O Câmpus Urupema faz parte do IFSC e tem sua Reitoria sediada em Florianópolis, faz parte de uma totalidade de vinte e dois (22) câmpus do Instituto Federal, distribuídos em todas as regiões de Santa Catarina, que oferecem cursos de qualificação profissional, Formação Inicial e Continuada (FIC). Cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, promovem ações de extensão e desenvolvem projetos de pesquisa. Tem como sede administrativa, a Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, que por sua vez, agrega-

²⁰ INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. Portal IFSC.

Estrutura Organizacional, 2018. Disponível em: <<https://www.ifsc.edu.br/campus-urupema>> Acesso em: 31 mar.2019.

se à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFSC, 2015a). Portanto, o fenômeno estudado se insere num contexto perpassado por complexidades, especificidades e identidades, uma vez que cada unidade tem sua autonomia administrativa, incluindo a oferta de cursos.

4.4 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (IFSC)

Segundo Freire (1996), a escola se coloca a favor da autonomia dos educandos; a favor da emancipação dos “excluídos”; sendo fundada na ética, na estética, no respeito à dignidade do educando; movida pelo desejo, vivida com alegria, com sonho, com rigor, com seriedade, com simplicidade e sem renunciar da formação científica do professor.

Paulo Freire enfatiza que:

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo, o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade (FREIRE, 1997, p.89).

Freire defende uma educação democrática. Aponta para uma escola aberta onde as pessoas tenham o direito de expressão, incluindo o direito à contrariedade. É a dimensão dialética presente no ato de educar e ser educado. A escola tem se deparado com o desafio de estabelecer condições que possam atender a heterogeneidade intelectual dos sujeitos que dela participam, pois para ocorrer uma transformação na sociedade, tradicionalmente excludente, necessita-se respeitar a individualidade do educando. Para se ter uma educação de qualidade para todos é necessário rever a estrutura educacional, abordando novas propostas, colocando em prática novos paradigmas, visando a educação democrática.

Souza, (1996, p.66) afirma que:

Quando o cidadão descobre que ele é o princípio do que existe e pode existir com sua participação, começa a surgir a democracia. Cidadania e democracia andam de mãos dadas e não existem separadas. Cidadania não é individualismo, mas afirmação de cada um em sua relação de solidariedade com os outros. Cidadania e democracia estão baseadas em princípios éticos e têm o infinito como limite. Não existe limite para a solidariedade, a liberdade, a igualdade, a participação e a diversidade. A democracia é uma obra inesgotável.

A construção da cidadania está intimamente ligada à educação, esta educação precisa ser apoiada pelo Estado e este deve fazer o seu importante papel na construção da cidadania e consolidação da democracia, “é também tarefa do Estado fazer com que a educação possa ser

oferecida em grande escala, atendendo a anseios de parcelas expressivas da sociedade e conjugando qualidade com inclusão social” (BISPO, 2015, p.5).

Assim, em dezembro de 2008, durante o governo Lula, foi sancionada a Lei nº 11.892, que instituiu a RFEPC, essa medida corresponde a uma ação desenvolvimentista do governo federal intencionado a suplantando o modelo neoliberal adotado nas duas últimas décadas do século XX. Este fato indica que havia uma intencionalidade na política educacional brasileira de ofertar uma educação emancipadora e democrática tendo como uma de suas referências o pedagogo Paulo Freire.

Conforme o artigo 6º, inciso I, dessa Lei, a Rede teria dentre suas finalidades e características

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008 a).

Conforme o exposto, no artigo citado, percebemos a continuidade das ações do Estado em criar e recriar instituições com o nexo educação e mercado, preocupadas em formar o caráter do cidadão dentro da ética do trabalho e dos valores das relações de produção capitalistas, a diferença é o investimento público social presente no governo Lula, que agregou como projeto de desenvolvimento o aspecto da equidade social.

Segundo Caldart (1989),

A escola pode crescer, e sua estrutura mudar, em função do modo pelo qual a sociedade entende as necessidades de produção, por imperativo de legitimação meritocrática, pela crescente demanda popular de educação, por um intento de disfarçar o desemprego, de conciliar classes dentro de um Estado, ou por outras diversas razões, porém, quaisquer que sejam as causas primeiras e/ou aparentes, sempre há um processo ao longo do qual tende a produzir-se um ajuste entre o que a escola dá e o que a produção pede. [...], que na escola o futuro trabalhador é introduzido nas relações sociais de produção capitalistas (CALDART, 1989, p. 7).

Tratando das transformações e mudanças ocorridas em 2008, então iniciou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC, uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Como já mencionado anteriormente, possui uma Reitoria, localizada em Florianópolis e 22 câmpus, estes localizados em: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Garopaba, Gaspar, Jaraguá do Sul – Rau (Geraldo Werninghaus), Florianópolis, Florianópolis-Continente, Itajaí, Joinville, Jaraguá do Sul, Lages, São José, Palhoça Bilíngue,

São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê e ainda conta com o Centro de Referência em Formação e EaD (Cerfead), responsável pelos programas de formação de professores e demais educadores, e de gestores para o serviço público (IFSC, 2015a).

Figura 7 - Distribuição dos câmpus do IFSC - 2019



Fonte: Portal do IFSC ²¹

A figura acima, apresenta no mapa de Santa Catarina a localização dos câmpus do IFSC. É importante destacar que a maioria deles, doze câmpus, encontram-se na faixa litorânea, seis encontram-se na região Oeste e apenas quatro câmpus encontram-se localizados na Serra, Meio-Oeste e Planalto Norte de Santa Catarina. Para um melhor entendimento desta distribuição apresentamos o mapa abaixo (Figura 8) apresenta a distribuição dos câmpus em 2014 e está destacado por cores diferentes para destacar o período em que cada um foi implantado. Os primeiros sete câmpus destacados em verde, fazem parte da chamada Expansão I da Rede Federal, os destacados em vermelho fazem parte da Expansão II.

A localização dos câmpus da Expansão I, Florianópolis Continente, Araranguá, Joinville e Chapecó, se deu por conta de um Edital Público do Ministério da educação MEC, em que os municípios concorriam segundo critérios estabelecidos, como contrapartidas, excluíram-se desse processo o câmpus Florianópolis que era Escola Técnica Federal – ETF-SC, o câmpus São José que foi a primeira unidade descentralizada da então ETF-SC criada no ano de 1988 e o câmpus Jaraguá do Sul que foi a segunda unidade descentralizada da então ETF-SC, criado

²¹ Disponível em: <<https://www.ifsc.edu.br/campus>> Acesso em: 31 mar.2019.

em 1994, estes câmpus foram transformados em Cefet e em seguida em Instituto Federal. A localização dos câmpus da Expansão II, envolveu contrapartida dos municípios interessados e justificativa da necessidade de implantação de um câmpus, junto ao Ministério da Educação. Então a questão política foi o grande viés que definiu a localização, principalmente dos câmpus da Expansão II (SILVA, 2012).

Figura 8 - Distribuição dos câmpus do IFSC - 2014



Fonte: SILVA (2014)

Com esta forma de expansão, interiorização e implantação, foram definidas suas finalidades pelo Estado, na mesma perspectiva de suprir a demanda por mão de obra qualificada para o mercado do território de sua abrangência. A missão consolidada para o IFSC é “Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural” (IFSC, 2015a, p. 1.6). Percebemos que sua missão vai ao encontro da sua finalidade e ambos incluem a especialização de mão de obra para o sistema econômico capitalista dominante.

Neste novo formato, de IFSC, passou a ofertar cursos rápidos de qualificação profissional, com cargas horárias baixas, para término célere, a fim de suprir a mão de obra urgente e necessária ao sistema econômico vigente. O processo de escolha dos cursos ofertados em seus 22 câmpus foi por meio de audiência pública, em poucos casos, por meio de

questionários respondidos pela população e poder público, mas que resultou nas demandas das indústrias locais e regionais, num discurso de desenvolvimento produtivo local. No seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), encontra-se a finalidade do IFSC:

O IFSC é uma instituição pública que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos da sociedade catarinense. (IFSC, 2015a, p. 1.1).

Nesse sentido, as finalidades que constam na Lei que instituiu a RFEPCT, as finalidades do IFSC, juntamente com sua missão e PDI aspiram a conciliação social por meio de discursos de solidariedade e pertencimento, mesmo que as desigualdades sociais se mantenham. Isso está ocorrendo segundo Corsetti e Vieira (2015) pois,

As escolas técnicas profissionais vêm atuando em um cenário de disputas e contradições. Como espaços de excelência na transição entre o sujeito social e o sujeito laboral, essas instituições operam em situações de conflito, em que se confrontam interesses do Estado, da sociedade e do mercado (CORSETTI; VIEIRA, 2015, p. 372).

Assim, para satisfazer essas disputas e contradições numa perspectiva de abarcar todos os interesses envolvidos seria necessário que seus documentos e legislações contemplassem diversos conceitos inclusivos com o objetivo de maquiar o interesse do sistema econômico capitalista, que tem a incumbência de difundir uma educação alienante e inquestionável das mazelas dos indivíduos, apenas fornecendo a mão de obra necessária sem agastar o status quo. Em suma, a retrospectiva histórica realizada acima referenciada na legislação e outros registros, permite afirmar que a proposta educacional do IFSC é permeada pela doutrina econômica do modo de produção capitalista. O Estado atendendo interesses capitalistas. Ou seja, uma educação que busca preparar força de trabalho para o capital (Mészáros, 2005).

No campo empírico desta pesquisa pode-se observar expressões significativas do modo de produção capitalista na questão social, ou seja, na desigualdade social, nas formas de apropriação da terra, no desenvolvimento do agronegócio (fruticultura e vinicultura), na chegada de agentes externos que organizam a atividade turística de maneira individualizada, explorando a mão de obra e concentrando a renda.

Afinal, o paradigma de sociedade historicamente construído em Urupema foi de uma sociedade fortemente hierarquizada, de relações de dominação/submissão, onde perdurou a cultura de fazenda, proprietários e não proprietários, uma estrutura de classe social onde o

fazendeiro mantinha aos seus séquitos constituídos por capatazes, agregados, peões, arrendatários, como Locks (2016), reflete a formação socioeconômica do Planalto Catarinense.

A formação profissional do IFSC se quiser fazer valer seu PDI, deve oferecer no seu currículo disciplinas que problematizem estas relações conservadoras e indiquem possibilidades de mudanças, para que todos os habitantes se construam como cidadãos de direitos. Ou seja, vise uma educação emancipadora para além do desenvolvimento socioeconômico do território.

5 DOCUMENTO NORTEADOR E ATUAÇÃO PEDAGÓGICA DO IFSC- URUPEMA

Nesta seção trataremos de descrever documentos e atividades do IFSC. Ele está dividido em três partes organizadas da seguinte forma: no primeiro item apresentamos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC, com um subitem que trata do Projeto Político Institucional (PPI) do IFSC, o qual é parte do PDI e que nos servirá de base para as análises desta pesquisa.

5.1 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) DO IFSC

O Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino exige que as instituições construam seu PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), devendo seguir os procedimentos de elaboração e análise adequados como sugerido neste decreto, que define este documento que é elaborado para um período de 5 (cinco) anos sendo,

O documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver (BRASIL, 2017).

A fim de cumprir com esta legalidade, o IFSC elabora seu PDI de forma participativa, envolvendo servidores, alunos e a comunidade externa, proporcionando assim a democratização neste trabalho construtivo. O PDI que está vigente nesta data no IFSC-Urupema é o referente ao quinquênio 2015-2019, mas neste momento já está em fase de elaboração o próximo PDI 2020-2024.

É importante destacar que após a finalização da construção do PDI, o documento passa por revisões e atualizações ao longo de sua vigência, e o resultado destas avaliações apontarão “a necessidade de manutenção, atualização ou de reestruturação do documento, servindo de subsídio para o processo de construção do novo PDI” (IFSC, 2015a).

No plano de trabalho para a elaboração do PDI, que é aprovado pelo Conselho Superior do IFSC (CONSUP)²² foi definido uma estrutura organizacional para facilitar a elaboração e

²² O Conselho Superior (Consup), de acordo com a Lei nº 11.892/2008, é órgão consultivo e deliberativo do IFSC. É composto por representantes da comunidade interna (docentes, discentes, técnico-administrativos e diretores-gerais dos campi), eleitos por seus pares, e de segmentos ligados à educação profissional e tecnológica (sociedade

análise do conteúdo do PDI, composta por um Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional que é “responsável pelo gerenciamento do processo de acompanhamento, avaliação e atualização do PDI” (IFSC, 2015a), e por cinco comissões: Comissão Central, Comissão Operacional, Comissões Locais, Comissões Temáticas do PPI e Comissões Temáticas do PDI.

Nesta perspectiva, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC, apresenta uma proposta de educação integral, omnilateral, desengendrada da concepção de uma educação apenas voltada para a preparação para o mercado de trabalho e enfatiza a necessidade de garantir a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão para o alcance de sua proposta (IFSC, 2015a). Desta forma o IFSC sendo uma Instituição legitimada, é dotada de normas e regras que regulamentam o seu funcionamento, pois como todas as instituições ao serem estabelecidas

são sempre acompanhadas de um correspondente esquema explicativo e normativo que, por meio da linguagem, conceitua-as e determina regras para o seu funcionamento. A isto chama-se de legitimação. As instituições são legitimadas por meio da linguagem: as razões de sua existência são traçadas e transmitidas conceitualmente (vale dizer, lingüisticamente), bem como as normas para o seu funcionamento. Essas normas, dentro da realidade da vida cotidiana, assumem aquele caráter de "receita" já referido, ou seja, para penetrarmos e nos movermos dentro de tal instituição devemos proceder desta ou daquela forma, segundo os seus preceitos pragmáticos (DUARTE JUNIOR, 2004, p.46).

Assim, no decorrer do PDI é possível perceber que a concepção de educação que fundamenta o trabalho do IFSC “é a concepção histórico-crítica, democrática e emancipadora, que entende a educação como prática social” (IFSC, 2015a, p. 2.5). Para embasar suas concepções na perspectiva citada utilizam como referencial José Carlos Libânio com sua obra “*Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*” e Dermeval Saviani com sua obra “*Sobre a concepção de politecnia*”.

Assim o PDI é um dos documentos que determina as ações do IFSC e está estruturado em 13 capítulos sendo: Perfil Institucional; Projeto Pedagógico Institucional; Planejamento Estratégico, Plano de Oferta de Cursos e Vagas; Organização Didático Pedagógica; Plano Diretor de Infraestrutura Física; Organização e Gestão de Pessoal; Políticas de Atendimento aos Discentes; Organização Administrativa; Relações Externas; Educação a Distância; Capacidade e Sustentabilidade Financeira; Acompanhamento e Avaliação do Desenvolvimento

civil, Secretaria de Estado da Educação, Fundação de Pesquisa do Estado de Santa Catarina e Ministério da Educação), tendo o reitor como seu presidente. As reuniões ocorrem normalmente na Reitoria. (BRASIL, 2008a).

Institucional. Daremos destaque ao capítulo 2 deste documento que trata do Projeto Pedagógico Institucional sendo fundamental a nossa pesquisa documental.

5.1.1 Projeto Pedagógico Institucional (PPI)

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é o documento que manifesta o ideal de educação, que registra o processo de construção da identidade institucional e que dá suporte para a avaliação das ações educativas programadas pela instituição. Este documento tem por finalidade apresentar a proposta de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, bem como suas intencionalidades transformadoras para os próximos anos. O PPI é o documento mais importante dentro do PDI pois ele estabelece e materializa o ensino a pesquisa e a extensão, além de ser político pois trata da questão social numa perspectiva de formação do indivíduo cidadão. (IFSC, 2015a).

As contradições mostram algumas possibilidades, todavia são muitos os limites inerentes à educação escolar para que ela possa se constituir como via preferencial de acesso à cidadania. Governos populares esbarram na escassez de recursos econômicos e nos instrumentos legais que cerceiam a construção de alternativas. O desemprego produzido pelas transformações no trabalho e no Estado, impostas pelo neoliberalismo, elimina, para uma parcela crescente da população, as condições concretas de integração no mercado de trabalho, de conquista de uma identidade social e, portanto, de exercício de uma efetiva cidadania (RIBEIRO, 2002, p. 125).

Neste contexto o PPI como documento balizador da formação do indivíduo na Instituição aponta explicitamente, em sua definição, para a constituição da cidadania, mas não declara “a potencialidade do conceito de cidadania e a sua propriedade como horizonte da educação pública, [...]que há possibilidades e limites” (RIBEIRO, 2002, p. 124). O PPI está dividido em cinco sessões: Fundamentação Legal e Conceito de PPI; Concepções Norteadoras; Ensino, Pesquisa e Extensão; Gestão; Assuntos Estudantis.

Quanto ao seu fundamento legal é importante destacar primeiramente o que é estabelecido no artigo 2º da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais, “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”, que passam a ter autonomia para criar e extinguir cursos na educação profissional (BRASIL, 2008a).

Assim, além dessa Lei, o PPI teve como referência a constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/1996, que versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, introduziu a

obrigatoriedade de as instituições de ensino construírem seus projetos pedagógicos e pode ser considerada um marco para o Ensino Profissional, o Decreto nº 5773/2006 que traz a obrigatoriedade de as instituições de ensino superior construírem o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Decreto nº 5.154/2004 que confere mais flexibilidade à educação profissional, além de instituir outras providências. Observamos que as legislações foram o determinante para a construção do PPI, o que abaliza para diretrizes reguladas pelo Estado.

Diante do exposto vale salientar que durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), as medidas legislativas foram mais específicas que no segundo mandato, na intenção de que a legislação fosse capaz de amparar um novo marco regulatório e uma futura reforma no sistema de educação profissional e tecnológica. Segundo Oliveira (2009) Quando tratado de medidas mais específicas aponta-se para a descentralização administrativa, financeira e pedagógica que ocorreram mais expressivamente neste período e que foi a grande marca dessas reformas, resultando em significativo repasse de responsabilidades para o nível local, por meio da transferência de ações e processos de implementação, atribuindo grande relevância à gestão escolar. Esses parâmetros legais propulsores de tal reforma foi palco de “embates e enfrentamentos entre os diferentes interesses da sociedade civil” (MANFREDI, 2016, p. 259).

Dessa forma, segundo Torres (2003, p. 273), “[...] o papel, a missão, a ideologia e os modelos de formação de professores, assim como as noções fundamentais do currículo escolar e do conhecimento oficial, são todos profundamente influenciados pela filosofia predominante do Estado”. E Costa (2012) corrobora afirmando que:

Pensar o conceito de Estado é pensar as relações entre poder e saber. Por meio da regulação social, o Estado define de forma empírica suas necessidades e possíveis mudanças. Como instituição reguladora das relações sociais, funciona de modo a impor e reproduzir certas significações culturais que determinam diversas formas de violência (materiais e imateriais) necessariamente ligadas à seleção e à exclusão, que reproduzem as relações de força socioculturais (COSTA, 2012, p. 415).

Neste contexto de regulações, leis (direitos e deveres), decretos, padrões de organização, enfim regras e diretrizes impostas pelo Estado foi constituído o PPI do IFSC, isso pode representar pactos de dominação que obrigam a sujeição das pessoas inseridas na instituição de ensino. No que tange as concepções norteadoras do documento também podemos observar a ascendência de uma proposta de formação cidadã, emancipatória, inclusiva e de qualidade.

Em decorrência deste cenário podemos apontar resumidamente algumas proposições político-filosóficas orientadoras de uma reforma do ensino médio e educação profissional

fundamentada na formação integral, sendo esta formação uma reivindicação recorrente dos movimentos sociais no Brasil e em países latino-americanos, numa concepção de projeto educacional capaz de emancipar social e politicamente os educandos a fim de uma “formação humana que envolva as dimensões intelectual, profissional, social, ético-política, afetiva e emocional.” (MANFREDI, 2016, p. 262).

Assim, Manfredi (2016) cita um importante trecho presente na esfera dos documentos elaborados nos encontros do MEC, com diversas instâncias da sociedade civil, o qual fundamentaria a nova política educacional referente ao entendimento de educação integral:

Formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando a formação omnilateral dos sujeitos. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. (MEC/Setec, 2007 apud MANFREDI, 2016, p. 262-263).

Embora o entendimento por formação integral presente nos documentos orientadores de uma nova política educacional sintetizada em propostas que apresentam a centralidade dialética do trabalho como princípio educativo numa proposta de formação omnilateral, seja revolucionário, isso somente será possível quando ocorrerem transformações da divisão social do trabalho, anulando a concepção da diferença entre trabalho manual e intelectual, conduzindo a um restabelecimento entre a ciência e a produção (LOMBARDI, 2008). O IFSC poderá contribuir para uma nova política educacional na medida em que suas ações educativas problematizarem o modo de produção capitalista. Um sistema que se nutre da concentração de renda e da desigualdade social, individualiza vínculos e relações sociais. Como instituição educativa, o IFSC, poderá também proporcionar uma educação integral na qual os sujeitos se tornam protagonista do seu desenvolvimento individual e social

Desse modo Kuenzer (2006), faz a seguinte reflexão:

[...] na sociedade capitalista, na qual se produzem relações sociais e produtivas que têm a finalidade precípua de valorização do capital, não há inclusão que não atenda a esta lógica, como não há possibilidade de existência de práticas pedagógicas autônomas; apenas contraditórias, cuja direção depende das opções políticas que definem os projetos, seus financiamentos e suas formas de gestão (KUENZER, 2006, p. 907).

Diante desse contexto, trazemos um trecho do PPI referente ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão, respectivamente:

- As demandas locais devem sempre estar presentes nos planos de novas ofertas, bem como na atualização das ofertas existentes, garantindo que o Instituto esteja inserido na realidade de cada um de seus câmpus, oferecendo educação profissional e tecnológica em perspectiva nacional, mas com um olhar especial à comunidade onde se insere. Os arranjos produtivos locais devem ser sempre uma fonte de informação para a oferta educativa. Conjuntos de atividades econômicas consolidadas, em implantação ou em vislumbre, devem fazer parte de nossas diretrizes na construção de planos e projetos educativos, garantindo cada vez mais a perfeita sintonia de cada câmpus com sua comunidade, sem perder a identidade institucional;
- A pesquisa torna-se, na prática, a aplicação dos conhecimentos e saberes na forma de desenvolvimento de um produto, melhoria de um processo ou avanço no conhecimento técnico e científico, especialmente aqueles que são aplicados diretamente ao desenvolvimento regional, contribuindo para o desenvolvimento do país;
- O IFSC compreende a extensão como um conjunto de atividades em que se promove a articulação dos saberes científicos e tecnológicos com a realidade socioeconômica e cultural da região onde está inserido.[...] atividades de extensão devem beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (IFSC, 2015a, p. 2.14 – 2.20).

Desta forma, percebemos que o discurso velado em qualificar e formar cidadãos, em especial, a classe vulnerável, tem vínculo ao círculo de dominação o qual demonstra que segundo Souza (2017, p. 101), “uma classe só tolerada para exercer os serviços mais penosos, sujos e perigosos, a baixo preço, para o conforto e para o uso do tempo poupado em atividades produtivas pela classe média e alta”. E Kuenzer corrobora dizendo que

[...] os projetos contemplam um amálgama de qualificação social entendida como ação comunitária, aprendizagem de fragmentos do trabalho no espaço produtivo como conhecimento científico-tecnológico, domínio de algumas ferramentas da informática e das linguagens como capacidade de trabalho intelectual, discussão sobre algumas dimensões da cidadania como capacidade de intervenção social, levando a entender que o resultado deste conjunto se configura como educação para a inclusão social. Embora estes elementos sejam fundamentais para a educação dos que vivem do trabalho, a forma superficial e aligeirada, na maioria das vezes descolada da educação básica de qualidade, reveste as propostas de caráter formalista e demagógico, a reforçar o consumo predatório da força de trabalho ao longo das cadeias produtivas (KUENZER, 2006, p. 904).

Neste contexto podemos salientar a inversão de valores presentes em discursos inclusivos capazes de ocultar uma real avaliação do seu fiel sentido, apresentando flexibilizações de regras para obscurecer e alienar os indivíduos de forma sutil, mas deturpada em favor das cadeias produtivas.

Incluído ao PPI está a elaboração dos projetos pedagógicos de curso - PPCs, que devem ser “elaborados e implementados para a busca do desenvolvimento de competências - conhecimentos, habilidades e atitudes - dos sujeitos, de forma coerente com as diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica, as diretrizes nacionais e demais documentos oficiais”

(IFSC, 2015a, p. 2.30). A noção de competência mesmo em seus conceitos polissêmicos e flexíveis, perpassa trabalho e educação, pois relaciona os requisitos necessários aos trabalhadores para preservar seu emprego e reorganizar as relações de trabalho e quanto a educação integra os itinerários formativos orientando a dinâmica docente, as práticas pedagógicas e os métodos de avaliação “por meio de listas de tarefas e funções, e, em ambos, tem sido vinculada a critérios de desempenho” (TREVISAN, 2009, p. 17).

Diante disso percebemos os riscos na formação de trabalhadores objetivadas pelas necessidades da produção capitalista, focalizada em técnicas e operações de trabalho (competências - conhecimentos, habilidades e atitudes) e desvinculada da formação humana e universal do indivíduo. É importante salientar que as ponderações apresentadas nesta seção não estão negando a grande importância dessas instituições, apenas num movimento dialético, estamos fazendo uma reflexão das tendências políticas do Estado com as mudanças proporcionadas, seja na vida individual dos educandos, seja nos territórios onde foram implantados.

5.1.2 Atuação Educacional do IFSC- Urupema

O Câmpus Urupema sendo um dos 22 câmpus do Instituto Federal, distribuídos em todas as regiões de Santa Catarina, como já mencionado anteriormente, oferece cursos de qualificação profissional, Formação Inicial e Continuada (FIC), Cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, promovem ações de extensão e desenvolvem projetos de pesquisa.

Atualmente trabalha com os Eixos Tecnológicos de Recursos Naturais (Técnico em Agricultura, especializações e cursos FIC na área), Produção Alimentícia (Técnico em Viticultura e Enologia, Curso Superior Tecnólogo em Viticultura e Enologia e Curso Superior Tecnólogo em Alimentos, especializações e FIC's na área), Gestão e Negócios (Técncio em Administração e FIC's na área), Turismo, Hospitalidade e Lazer (FIC's na área). Além de trabalho com Conhecimentos Gerais (PROEJA's, Especializações e FIC's).

As atividades do IFSC- Urupema são desenvolvidas de modo articulado entre ensino, pesquisa e extensão na busca de garantir a indissociabilidade desse tripé e contemplar a sua missão institucional. Segundo IFSC (2015a, p. 2.10),

A educação baseia-se na relação entre estas três áreas: ensino, pesquisa e extensão. No ensino, inter-relacionam-se os diferentes saberes, na pesquisa eleva-se o conhecimento a novos patamares do saber e, na extensão, compartilham-se conhecimentos com a sociedade, contribuindo dessa forma para o cumprimento da

missão institucional.

Neste contexto apresentamos a seguir quadros e tabelas com dados das atividades concretizadas pelo tripé ensino, pesquisa e extensão do Câmpus Urupema os quais permitem uma visão panorâmica da sua atuação educacional. Destacamos que os quadros referentes as atividades de pesquisa e extensão, encontram-se nos Apêndices E, F. Para isso definimos como período necessário, o ano de início de suas atividades que foi 2011, até o ano de 2018, este último definido pelo fato de ser o último ano com informações completas até a data deste escrito. Assim, iniciamos a apresentação deste panorama pelas atividades de ensino, logo após pelas de pesquisa e finalmente pelas atividades de extensão.

5.2 O ENSINO NO IFSC-URUPEMA

O ensino é o processo de socializar, discutir e apropriar-se de saberes construídos historicamente para então dar a eles um ressignificado (IFSC, 2015a, p. 2.10).

Para apresentar ações ligadas ao Ensino, trazemos dados como: cursos ofertados, eixos tecnológicos e número de alunos matriculados, estes dados retirados do Anuário Estatístico do IFSC²³, salienta-se que a primeira versão deste documento se deu ao final ano de 2012, por este motivo os dados de 2011 (ano que iniciou as atividades em Urupema) não serão apresentados, pois o ano base destes dados foi 2012.

Na tabela 2, pode-se observar cinco eixos tecnológicos, sendo que o Eixo Informação e Comunicação foi o que teve maior número de matrículas, correspondendo aos cursos: Desenvolvimento de Sites com Html e Php, Informática Básica, Informática Básica Aplicada à Administração Rural e Tecnologia Educacional, estes cursos do tipo Formação Inicial e Continuada (FIC).

É importante mencionar que eixo tecnológico é um mecanismo de caracterização, definido pelo MEC, resultante do agrupamento de cursos técnicos conforme suas características científicas e tecnológicas. Os eixos trabalhados em cada câmpus deve estar de acordo com o arranjo produtivo local, conforme a exigência da legislação que rege a REPECT. Neste sentido a relação entre eixo tecnológico e realidade local devem ser explícitos, e observando os eixos

²³ Dados institucionais como número de alunos, matrículas, alunos ingressantes, concluintes, quantitativos de cursos e vagas dentre outros dados. “O IFSC conta com uma Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas – DEIA, que atua na demanda e organização das informações acadêmicas, padronizando e coordenando o suporte conceitual e metodológico dos processos que envolvem a elaboração das estatísticas, compondo indicadores educacionais, disponibilizando dados, informações e conhecimentos para o público externo, interno e órgãos de auditoria” (IFSC, 2018).

trabalhados pelo IFSC-Urupema é possível perceber a articulação com arranjo produtivo local, que é essencialmente agropecuária e ainda em desenvolvimento o turismo.

Tabela 2: Número de matrículas Ano Base 2012 (continua)

Matrículas por Eixo Tecnológico	Nº matrículas
Gestão e Negócios	57
Informação e Comunicação	79
Produção Alimentícia	70
Recursos Naturais	47
Turismo, Hospitalidade e Lazer	36
TOTAL	289
Matrículas por tipo do curso e por nome do curso	Nº matrículas
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC)	270
Agricultura Orgânica	15
Associativismo e Cooperativismo para Atividades Agropecuárias	17
Atendimento ao Público	20
Condutor Ambiental para a Regional de São Joaquim	14
Confeitaria – I	15
Desenvolvimento de Sites com Html e Php	20
Formação Inicial e Continuada Integrada ao Ensino Fundamental na Modalidade de Eja – Produção e Processamento De Frutas	16
Higiene e Manipulação de Alimentos	9
Informática Básica	24
Informática Básica Aplicada à Administração Rural	25
Matemática Financeira Básica	20
Operações Básicas em Cozinha	22
Processamento de Frutas	18
Processamento de Leite e Derivados	12
Produção Integrada de Frutas	13
Tecnologia Educacional	10
TÉCNICO	19
Técnico em Fruticultura	19
TOTAL	289

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do IFSC (2012)

Na tabela 3, podemos observar sete eixos tecnológicos, apontando o aumento desse número em relação ao ano de 2012, este aumento é explicado pelo fato do Câmpus passar a ofertar além dos cursos regulares, também cursos por meio do Programa Nacional de Acesso

ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), sendo estes cursos diferentes dos Eixos Tecnológicos já existentes, vale salientar que esses eixos eram temporários, pois fizeram parte do rol do Câmpus enquanto os cursos estiveram sendo ofertados. O Eixo Informação e Comunicação continuou sendo o que teve maior número de matrículas, correspondendo aos cursos: Operador de Computador, Informática Básica, Tecnologia Educacional, estes cursos do tipo Formação Inicial e Continuada (FIC) regulares. Também podemos notar que aumentou para dois cursos técnicos, além do Técnico em Fruticultura, o Câmpus criou o Técnico em Agroindústria, estes cursos também de oferta regular.

Tabela 3: Número de matrículas 2014 (Ano Base 2013) (continua)

Matrículas por Eixo Tecnológico	Nº matrículas
Desenvolvimento educacional e social	83
Gestão e negócios	44
Informação e comunicação	88
Infraestrutura	17
Produção alimentícia	39
Recursos naturais	77
Turismo, hospitalidade e lazer	51
TOTAL	399
Matrículas por por tipo do curso e por nome do curso	Nº matrículas
Curso Livre	27
Dança circular	27
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC)	310
Produção e Processamento de Frutas (PRONATEC)	18
Agente de Desenvolvimento Cooperativista (PRONATEC)	19
Agricultor Orgânico (PRONATEC)	17
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão (PRONATEC)	17
Operador de Computador	17
Agricultor Orgânico	9
Básico de Libras	15
Informática Básica	57
Inglês Básico para o Mercado de Trabalho	41
Manejo de Fruteiras de Clima Temperado	10
Matemática Financeira Básica	25
Operações Básicas em Cozinha	31
Operações Básicas em Empreendimentos e Hospitalidade Rural	20
Tecnologia Educacional	14

TÉCNICO	62
Agroindústria	21
Fruticultura	41
TOTAL	399

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do IFSC (2014)

Na tabela 4, podemos observar seis eixos tecnológicos, apontando a diminuição desse número em relação ao ano de 2013, isto é explicado pelo fato do Câmpus deixar de ofertar um dos cursos (Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão) por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), sendo que este curso fazia parte do Eixo Tecnológico Infraestrutura, o qual foi excluído. O Eixo Informação e Comunicação continuou sendo o que teve maior número de matrículas, correspondendo aos cursos: Operador de Computador e Informática Básica, estes cursos do tipo Formação Inicial e Continuada (FIC) regulares.

Tabela 4: Número de matrículas 2015 (Ano Base 2014)

Matrículas por Eixo Tecnológico	Nº matrículas
Desenvolvimento Educacional e Social	24
Gestão e Negócios	24
Informação e Comunicação	76
Produção Alimentícia	59
Recursos Naturais	27
Turismo, Hospitalidade e Lazer	24
TOTAL	234
Matrículas por tipo do curso e por nome do curso	Nº matrículas
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC)	197
Agente de Desenvolvimento Cooperativista (PRONATEC)	24
Conductor Ambiental Local (PRONATEC)	24
Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Básico (PRONATEC)	24
Informática Básica	29
Manejo de Fruteiras de Clima Temperado	7
Operador de Computador	47
Produção de Salgados e Pizzas	42
TÉCNICO	37
Agroindústria	17
Técnico em Fruticultura	20
TOTAL	234

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do IFSC (2015c)

Na tabela 5, vale destacar que o Câmpus passou a ofertar Curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia, que faz parte do Eixos Tecnológico Produção Alimentícia, sendo o Eixo que teve maior número de matrículas no ano de 2015. Isto pode ser explicado pelo fato do novo Curso Superior ter atraído um número maior de alunos. Compondo este Eixo, ainda temos os cursos do tipo Formação Inicial e Continuada (FIC) regulares, Confeitaria I, Processamento de Frutas, Produção de Salgados e Pizzas e Produtor de Bebidas Alcolólicas.

Tabela 5: Número de matrículas 2016 (Ano Base 2015)

Matrículas por Eixo Tecnológico	Nº matrículas
Desenvolvimento Educacional e Social	81
Gestão e Negócios	53
Informação e Comunicação	58
Produção Alimentícia	136
Recursos naturais	55
Turismo, Hospitalidade e Lazer	26
TOTAL	409
Matrículas por tipo do curso e por nome do curso	Nº matrículas
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC)	367
Agricultor Orgânico	45
Aperfeiçoamento em Serviço de Vinho	7
Atendimento ao Público	13
Confeitaria I	14
Informática Básica	11
Investimentos Financeiros	40
Leitura: Teoria e Prática	18
Libras Básico	21
Operador de Computador	47
Processamento de Frutas	19
Produção de Salgados e Pizzas	51
Produtor de Bebidas Alcolólicas	20
Revisor de texto	26
Serviços em Meios de Hospedagem	19
SOS Matemática	16
TÉCNICO	21
Agroindústria	11
Fruticultura	10
TECNÓLOGO	21
Viticultura e Enologia	21
TOTAL	409

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do IFSC (2016)

Na tabela 6, podemos observar cinco eixos tecnológicos, apontando a diminuição desse número em relação ao ano de 2015, isto é explicado pelo fato do Câmpus deixar de ofertar dois cursos Formação Inicial e Continuada (FIC) que pertenciam a esse eixo, e não havendo novos cursos que façam parte do mesmo, o Eixo Tecnológico Gestão e Negócio foi excluído. Ainda observamos a exclusão do Curso Técnico em Agroindústria.

Destacamos também, que neste ano o Câmpus passou a ofertar além do Curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia mais o Curso Superior de Tecnologia em Alimentos que também faz parte do Eixo Produção Alimentícia. Percebemos que com dois Cursos Superiores, e ainda com os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) regulares: Aperfeiçoamento em Serviço de Vinho, Fitorreguladores para Fruteiras de Clima Temperado, Higiene e Manipulação de Alimentos, Manejo de Fruteiras de Clima Temperado, Pós-colheita de Frutas de Clima Temperado, Processamento de Frutas, Processamento de Leite e Derivados e Produtor de Bebidas Alcolólicas, o Eixo Tecnológico Produção Alimentícia, continuou sendo o que teve maior número de matrículas.

Tabela 6: Número de matrículas 2017 (Ano Base 2016) (continua)

Matrículas por Eixo Tecnológico	Nº matrículas
Desenvolvimento Educacional e Social	70
Informação e Comunicação	92
Produção Alimentícia	116
Recursos Naturais	36
Turismo, Hospitalidade e Lazer	73
TOTAL	387
Matrículas por tipo do curso e por nome do curso	Nº matrículas
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC)	332
Agricultor Orgânico	29
Aperfeiçoamento em Serviço de Vinho	2
Condutor Ambiental na Regional de São Joaquim	17
Educação e Gênero	30
Fitorreguladores para Fruteiras de Clima Temperado	9
Higiene e Manipulação de Alimentos	6
Informática I - Introdução à Informática	21
Informática II - Ferramentas de Escritório	43
Inglês Básico	40
Iniciação ao Turismo e Elaboração de Roteiros	19
Manejo de Fruteiras de Clima Temperado	4
Operador de Computador	28

Pós-colheita de Frutas de Clima Temperado	11
Processamento de Frutas	5
Processamento de Leite e Derivados	16
Produtor de Bebidas Alcolólicas	15
Turismo e Hotelaria	37
TÉCNICO	7
Fruticultura	7
TECNÓLOGO	48
Alimentos	14
Viticultura e Enologia	34
TOTAL	387

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do IFSC (2017)

Na tabela 7, podemos observar quatro eixos tecnológicos, apontando a diminuição desse número em relação ao ano de 2016, isto é explicado pelo fato do Câmpus deixar de ofertar dois cursos Formação Inicial e Continuada (FIC) que pertenciam a esse eixo, e não havendo novos cursos que façam parte do mesmo, o Eixo Tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social foi excluído. O Eixo Produção Alimentícia, com uma pequena diferença do Eixo Recursos Naturais, continuou sendo o que teve maior número de matrículas.

Tabela 7: Número de matrículas 2018 (Ano Base 2017)

Matrículas por Eixo Tecnológico	Nº matrículas
Informação e Comunicação	9
Produção Alimentícia	65
Recursos Naturais	63
Turismo, Hospitalidade e Lazer	49
TOTAL	186
Matrículas por tipo do curso e por nome do curso	Nº matrículas
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC)	136
Associativismo e Cooperativismo para Atividades Agropecuárias	24
Iniciação ao Turismo e Elaboração de Roteiros	21
Manejo de Fruteiras de Clima Temperado	17
Manejo de Pomares de Macieira e Pereira	20
Operador de computador	9
Produção e Processamento da Uva para Vinho	17
Serviços em Meios de Hospedagem	20
Turismo e Hotelaria	8
TÉCNICO	2

Fruticultura	2
TECNÓLOGO	48
Alimentos	14
Viticultura e Enologia	34
TOTAL	186

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do IFSC (2018a)

O Anuário Estatístico 2019 com base no ano de 2018, até a data de 29/12/2019, ainda não foi publicado, por este motivo está sendo apresentada a tabela referente a estes dados retirada da plataforma Nilo Peçanha ²⁴

Tabela 8: Número de matrículas 2019 (Ano Base 2018) (continua)

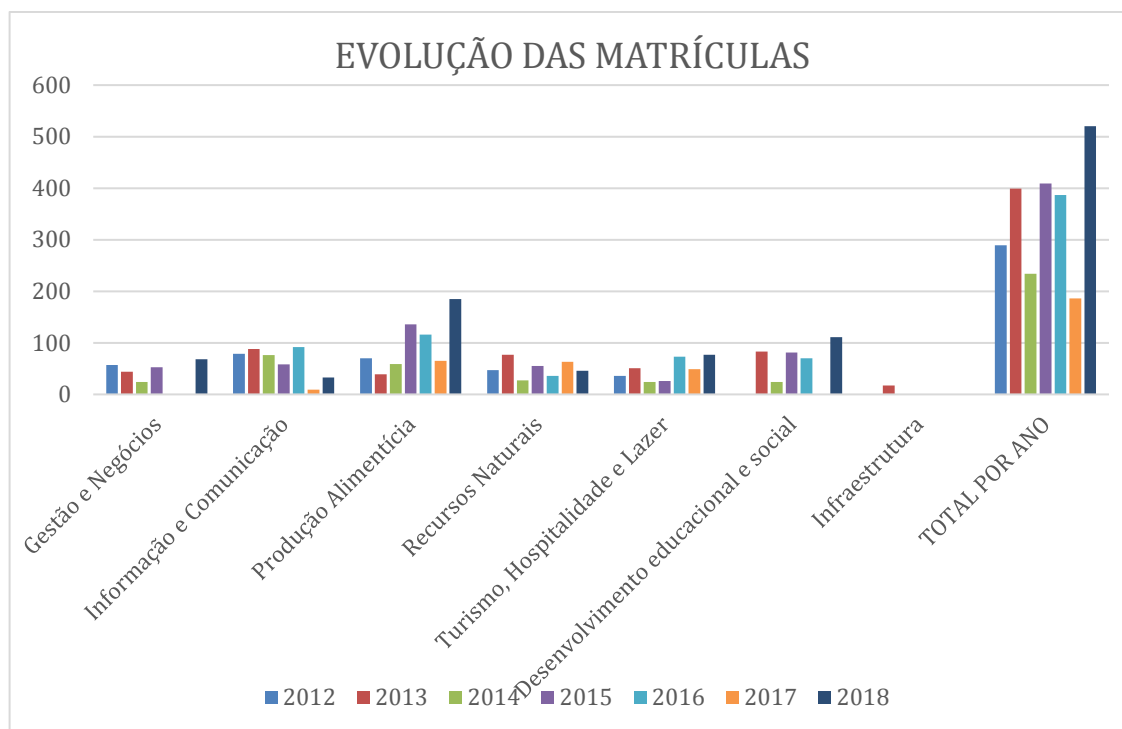
Matrículas por Eixo Tecnológico	Nº matrículas
Desenvolvimento Educacional e Social	111
Gestão e Negócios	68
Informação e Comunicação	33
Produção Alimentícia	185
Recursos naturais	46
Turismo, Hospitalidade e Lazer	77
TOTAL	520
Matrículas por tipo do curso e por nome do curso	Nº matrículas
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC)	299
Inglês Básico	88
Informática	33
Química	23
Qualificação profissional Gestão e Negócios	25
Qualificação profissional – Produção Alimentícia	36
Qualificação profissional – Recursos Naturais	17
Qualificação profissional – Turismo, Hospitalidade e Lazer	77
TÉCNICO	99
Administração	43
Agricultura	29
Viticultura e Enologia	27
TECNÓLOGO	122
Viticultura e Enologia	97
Alimentos	25
TOTAL	520

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da Plataforma Nilo Peçanha

²⁴ Criada em 2018, a Plataforma Nilo Peçanha é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas da Rede Federal. Reúne informações sobre as unidades que a compõem, cursos, corpo docente, discente e técnico-administrativo, além de dados financeiros. Essas informações embasam o cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC.

O gráfico a seguir sintetiza os dados apresentados nas tabelas acima, referente a atuação do Câmpus Urupema, no eixo do ensino, desde sua implantação até o ano de 2018, que foi o período proposto para este estudo.

Gráfico 1: Ensino no IFSC- Urupema



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do IFSC

5.3 A PESQUISA NO IFSC-URUPEMA

No IFSC, “o fomento à pesquisa e à inovação é realizado por meio da valorização dos grupos de pesquisa, do apoio à realização de projetos, de parcerias com instituições públicas e privadas e do apoio à participação em eventos científicos” (IFSC, 2015a, p. 2.20).

A pesquisa no IFSC está vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proppi) que “é responsável por propor, planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação homologadas pelo Conselho Superior e por coordenar os processos de edição da revista técnico-científica” (IFSC, 2018b).

O IFSC faz parte de alguns programas de pesquisa, um deles próprio dos recursos do IFSC e os demais externos, dos quais provém recursos para o desenvolvimento de projetos de

pesquisa e inovação, visando à “ampliação da participação de servidores e alunos nas atividades científica, tecnológica e artístico-cultural” (IFSC, 2018b).

Nesta perspectiva o IFSC- Urupema desenvolve projetos de pesquisa, envolvendo seus alunos e servidores “buscando soluções práticas e inovadoras para o dia a dia das empresas, da comunidade ou da sociedade na qual estão inseridos, atendendo às demandas externas, tais como os arranjos produtivos locais” (IFSC, 2018b).

O quadro abaixo apresenta os cinco grupos de pesquisas presentes no Câmpus Urupema.

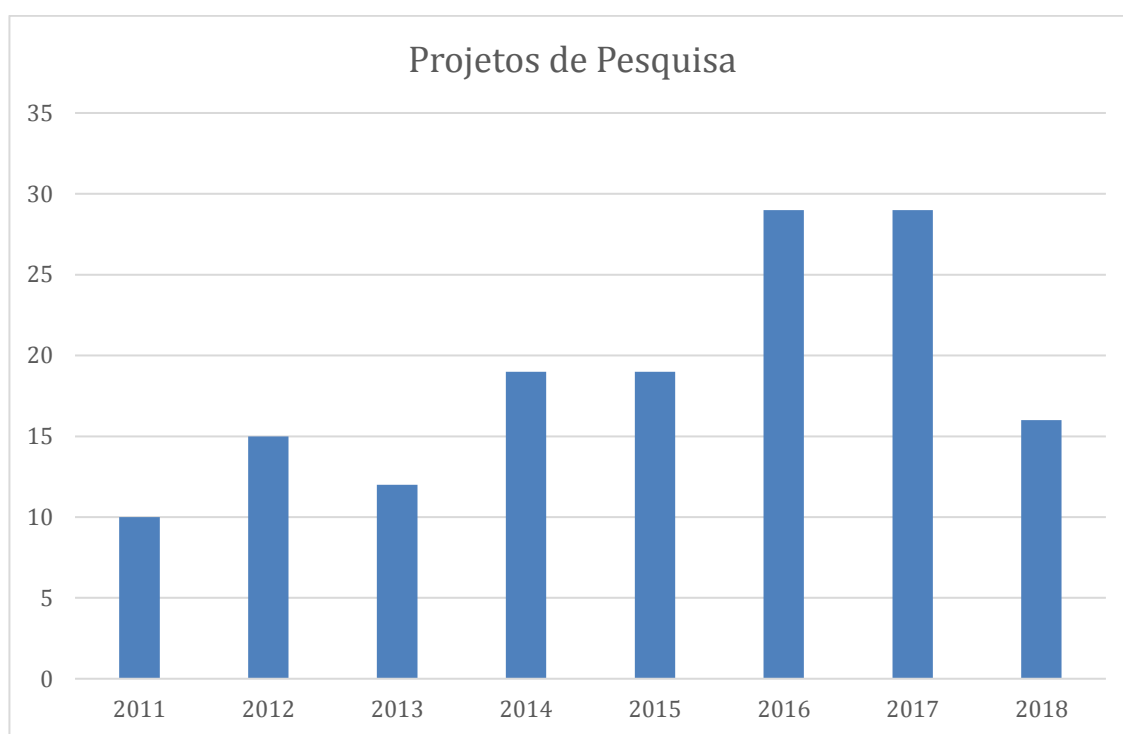
Quadro 2 - Grupo de Pesquisa do Câmpus Urupema

Desenvolvimento Agrícola e Agroindustrial da Região Serrana Catarinense Área Predominante: Ciências Agrárias; Ciência e Tecnologia de Alimentos Linhas de Pesquisa: Ciência e Tecnologia de Alimentos aplicada a matérias-primas e derivados da região serrana; Extensão Rural voltada ao desenvolvimento da serra catarinense; Fitotecnia e Fitossanidade para produção sustentável de alimentos do planalto serrano.
Inovação e desenvolvimento de alimentos e bebidas na região serrana de SC Área Predominante: Ciências Agrárias; Ciência e Tecnologia de Alimentos Linhas de Pesquisa: Agroecologia, Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar; Processamento de frutas e hortaliças; Pós-colheita de frutas; Tecnologia de Bebidas.
Manejo de Fruteiras Temperadas e Vitivinicultura de Regiões de Altitude Elevada Área Predominante: Ciências Agrárias; Agronomia Linhas de Pesquisa: Fisiologia de plantas e Manejo de fruteiras temperadas e Vitivinicultura de altitude elevada.
Microbiologia aplicada no desenvolvimento de sistemas e processos biotecnológicos Área Predominante: Ciências Biológicas; Microbiologia Linhas de Pesquisa: Bioprospecção de Bactérias e Fungos Endofíticos de Interesse Biotecnológico; Microbiologia Agrícola e Ambiental.
Tecnologias Computacionais para Agricultura Área Predominante: Ciências Exatas e da Terra; Ciência da Computação Linhas de Pesquisa: Desenvolvimento de sistemas informatizados para agricultura.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do SIGAA

Apresenta-se tabelas referentes as atividades de pesquisa que se encontram no apêndice (APÊNDICE E) deste trabalho, devido a amplitude das mesmas, as quais expõem as atividades de pesquisa desenvolvidas pelo Câmpus Urupema, a fim de proporcionar um detalhamento de seus dados. A tabela elenca os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Câmpus Urupema seguido do ano de execução, a partir do início de suas atividades até o ano de 2018. Abaixo apresentamos um gráfico que sintetiza os dados que constam nos quadros do apêndice mencionado.

Gráfico 2: Pesquisa no IFSC- Urupema



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do IFSC

5.4 A EXTENSÃO NO IFSC-URUPEMA

“A extensão deve ser compreendida como prática acadêmica e como um meio de articulação com os diversos segmentos sociais, de forma programada e sistemática, com o objetivo de estabelecer parcerias comprometidas com a missão e a visão constitucional” (IFSC, 2015a, p. 2.16). Essa prática compreendida como meio de disponibilizar à sociedade os conhecimentos construídos pelo ensino e pesquisa.

A Extensão do IFSC está vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas (Proex) que “é responsável por planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de

extensão, de integração e de intercâmbio do IFSC com o setor produtivo e a sociedade em geral e coordenar os processos de divulgação e de comunicação institucional” (IFSC, 2018b).

As atividades extensionistas no IFSC, podem ser demandadas por diversos públicos como: as empresas, indústrias, governos, empreendedores, autônomos e outros públicos. “A sinergia entre instituto de ciência e tecnologia, sociedade civil organizada e empresariado é uma excelente forma de promoção do desenvolvimento educacional integral. diversos públicos” (IFSC, 2018b).

No IFSC as atividades de extensão que têm maior duração são os programas e projeto, os quais demandam recursos financeiros, que são em sua maioria do próprio IFSC. Para isso, ao longo de cada ano, são publicados editais que apoiam essas atividades e envolvem alunos, servidores e comunidade externa.

Um programa de extensão reúne diversas atividades e seleciona uma temática de pertinência social lançando continuamente estratégias de enfrentamento e transformação. Já os projetos, podem ou não compor um programa e têm objetivo menos complexo, cronograma claro e metas definidas para o período de execução (IFSC, 2018b).

A Extensão no IFSC, ainda proporciona ações como cursos de extensão, que “são cursos rápidos, gratuitos e voltados a públicos específicos e eventos de difusão científica e tecnológica” (IFSC, 2018b). Também promovem iniciativas sociais, pautadas em agendas emergenciais para o país, como o programa Mulheres SIM²⁵, Projeto Rondon²⁶ e IFSC+Ativo²⁷. É importante destacar que “as diretrizes de Extensão do IFSC estão em estreito alinhamento com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Unesco” (IFSC, 2018b).

Nestas perspectivas o IFSC- Urupema desenvolve atividades de extensão desde o início de suas atividades, e com o objetivo de apresentar sua atuação nesse segmento apresenta-se a tabela, a qual encontra-se no apêndice (APÊNDICE F) deste trabalho, na qual estão elencadas

²⁵ O Programa Mulheres Sim oferece educação profissional a pessoas do gênero feminino em situação de vulnerabilidade ou risco social, com objetivo da valorização da mulher, o acesso aos direitos, cidadania e possibilidades de geração de renda, ou seja, o empoderamento feminino. O programa é destinado a mulheres com mais de 15 anos, em vulnerabilidade social e preferencialmente sem escolaridade (IFSC, 2018b).

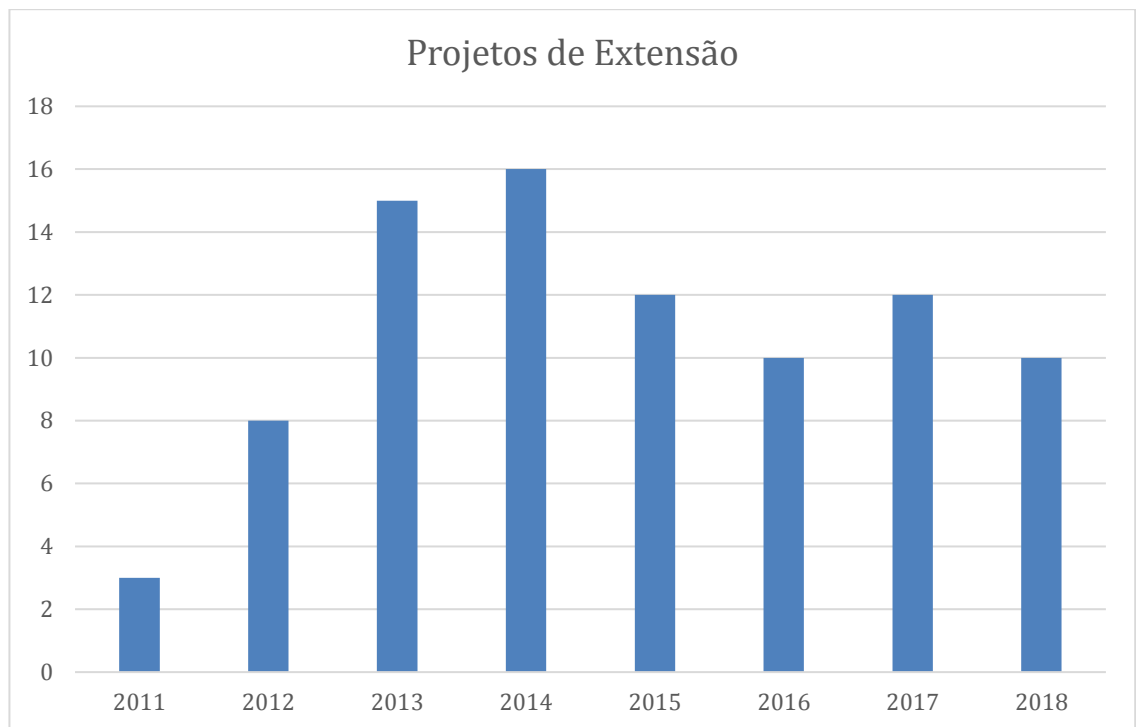
²⁶ O IFSC desenvolve o Projeto Rondon, em parceria com o Núcleo Extensionista da Udesc. O projeto Rondon busca somar esforços com as lideranças comunitárias e com a população, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável e para a construção e promoção da cidadania. Todos os anos, estudantes e servidores do IFSC são convidados a participar de atividades em cidades de diversas regiões catarinenses escolaridade (IFSC, 2018b).

²⁷ IFSC + Ativo é um programa que visa incentivar atividades físicas e hábitos de vida saudáveis em todos os câmpus do IFSC. O programa é composto por três projetos:

- Move IFSC: criação de espaços para a prática de exercício físico para alunos, servidores e comunidade externa;
- Dia+Ativo: um dia por ano, é realizado um momento de integração, envolvendo atividades como jogos, ginástica, caminhada e dança;
- Capacitando Professores de Educação Física: realização de oficinas para formação de professores de Educação Física escolaridade (IFSC, 2018b).

as atividades de extensão desenvolvidos pelo Câmpus Urupema, seguido do ano de execução. O recorte temporal foi o ano de 2011, que iniciou as atividades do Câmpus até o ano de 2018. Abaixo apresentamos um gráfico que sintetiza os dados que constam nos quadros do apêndice mencionado.

Gráfico 3: Extensão no IFSC- Urupema



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do IFSC

Diante de todos os dados expostos, percebe-se o número considerável de ações no tripé ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, é indispensável, a necessidade de servidores empenhados, capacitados e qualificados para atender as propostas do IFSC na oferta de atividades de acordo com o arranjo produtivo local, a fim de alcançar o objetivo de sua implantação.

Neste contexto, Moraes (2015) afirma que

[...] é preciso a implementação de políticas sociais e educacionais que se fomentem sobre essa demanda e que proporcionam as questões da inserção social, do acesso aos bens e serviços de demanda pública e, por conseguinte, contribuam para a participação autônoma dos atores que constituem esse território. Para que tais ações sejam consubstanciadas, necessita-se de profissionais capacitados e qualificados (MORAIS, 2015, p.26).

Para o desenvolvimento dessas atividades o Câmpus Urupema conta com 26 docentes e 20 técnicos administrativos em Educação, todos empossados em seus cargos por meio de concurso público que contava com critérios específicos para ocupação de cada vaga. Quanto ao grau de escolaridade do corpo docente, no caso os 26 professores em exercício, 12 têm o título de doutores e 11 têm o título de mestres. Vale salientar que o Plano de Carreira da RFEPECT, incentiva tanto os Docentes quanto os Técnicos Administrativos em Educação a buscar capacitação e qualificação.

Os servidores do IFSC não são naturais do município de Urupema, e dentre eles apenas uma servidora fixou residência ali, alguns fixaram residência em Lages-SC, município vizinho e outros permanecem em pousadas do município de Urupema durante a semana e no final de semana voltam às suas cidades de origem.

A apresentação dos dados relacionados as atividades ensino, pesquisa e extensão no período recortado, entre o ano de 2011 que foi o início de suas atividades e o ano de 2018, do IFSC- Urupema nos servirá como aporte para futura análise de sua atuação educacional, a qual contribuirá para o alcance do objetivo desta pesquisa.

6 IFSC-URUPEMA E SUA ATUAÇÃO EDUCACIONAL: ANÁLISE DOS DADOS

Nesta Seção, trata-se sobre a contribuição que o Câmpus Urupema tem ofertado para o desenvolvimento do território, a partir da interpretação e análise dos dados coletados durante a pesquisa. Salientamos que utilizamos como fundamentação as seções anteriores e nesta seção nos amparamos correlacionando as percepções dos entrevistados com o Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI do IFSC, o qual contém o Projeto Político Institucional que como mencionado anteriormente:

diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver (BRASIL, 2017).

O primeiro bloco das entrevistas trata do perfil dos entrevistados. No caso dos gestores do IFSC, ambos do sexo masculino, com idade entre 30 e 41 anos, quanto ao nível de escolarização contam com doutorado. Referente ao tempo de serviço no IFSC, GI1 faz parte dos servidores há 8 anos, sendo empossado no cargo de docente, deste tempo, 7 anos esteve na chefia do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus Urupema e desde início do ano de 2019, por processo de remoção, está atuando no Câmpus Lages como docente.

O GI2 faz parte dos servidores há 3 anos, sendo empossado no cargo de docente, deste início de 2019, com a remoção do GI1, está atuando na chefia do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus Urupema. É importante ressaltar que ao se pensar nos sujeitos da entrevista, foram selecionados o atual gestor e o anterior, pelo fato de necessitar uma visão do início até a atualidade da atuação educacional do IFSC- Urupema.

Quanto ao perfil dos representantes do poder público, os entrevistados têm idades entre 35 e 55 anos, sendo GM1 do sexo masculino e GM2 do sexo feminino, quanto ao nível de escolarização GM1 completou o ensino superior e GM2 ensino médio completo. Referente ao tempo no cargo de gestão, ambos estão atuando há um ano e GM2 salienta que faz parte dos servidores da prefeitura de Urupema desde o ano de 1989, atuando em outras funções.

Os entrevistados, representantes da sociedade civil organizada, têm idades entre 35 e 55 anos, sendo dois do sexo masculino e uma do sexo feminino, quanto ao nível de escolarização S1 possui ensino fundamental completo, S2 ensino superior e S3 ensino médio completo. Referente ao tempo de representação da sociedade civil organizada, todos atuam há mais de 5 anos.

O segundo bloco das entrevistas, apresentadas nas subseções a seguir, trata das percepções dos representantes dos gestores do IFSC-Urupema, em subseção posterior as percepções dos representantes dos gestores públicos do município e finalizamos com a apresentação das percepções dos representantes da sociedade civil organizada de Urupema sobre a contribuição da atuação pedagógica desenvolvida pelo Instituto Federal para o desenvolvimento do município.

6.1 INDICADORES DE ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COM TERRITÓRIO DE URUPEMA NA PERCEPÇÃO DOS GESTORES DO IFSC-URUPEMA

Nesta subseção apresenta-se as percepções dos gestores do IFSC- Urupema que apontam indicadores sobre a contribuição da atuação pedagógica desenvolvida pelo Instituto Federal para o desenvolvimento do município de Urupema. Concomitantemente, compara-se a missão do IFSC-Urupema descrito e seu Projeto Político Institucional com as respostas dos entrevistados. É importante mencionar que para preservar a identidade, como mencionado na metodologia de pesquisa, utilizou-se as letras iniciais de “gestor do IFSC” seguida de um numeral sequencial, sendo assim, como foram entrevistados dois gestores utilizou-se GI1 e GI2.

Desta forma, com a proposta que caracteriza a política de educação profissional e a missão do IFSC-Urupema de “promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural (IFSC, 2015a, p. 1.6) foi elaborado o roteiro para as entrevistas realizadas.

Inicialmente questionamos os gestores do IFSC quanto as suas percepções em relação às contribuições do câmpus para o desenvolvimento do município, da região, pedindo que apontassem de que forma ocorreu, caso tivesse contribuído. Tanto o gestor 1 como o gestor 2 responderam imediatamente e sem hesitar que com certeza tem contribuído, e ambos apontam, primeiramente, a capacitação dos urupemenses dando destaque para a inclusão de jovens e adultos que estavam fora da escola e após a atuação do IFSC- Urupema, não só retornaram à escola, como continuaram o itinerário formativo.

[...] eu vejo que a primeira contribuição é com a capacitação dos urupemenses né, que estavam fora da escola, então a educação de jovens e adultos é uma iniciativa que a gente começou em Urupema, em 2012 e sempre tivemos uma grande demanda.[...] a gente percebeu que essa formação profissional ajudou a manter os alunos na escola, ainda, nós sempre tivemos turmas de educação de jovens e adultos e com bons índices de conclusão[...] (GI1).

Tem, com certeza, tem a questão do ensino que contribui muito né, principalmente no P roeja que a gente vê que o pessoal daqui da região, eles, são o principal público atendido né, do município né, então falando de municípios, assim, na questão do ensino, eu vejo o Proeja como algo que ajuda a impulsionar. Então tem muitos alunos que hoje estão fazendo um técnico que são alunos, foram alunos do Proeja, então tem essa evolução[...] (GI2).

A partir de suas respostas percebemos que um dos objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, presente na sua Lei de criação, que é ministrar educação profissional técnica para o público pertencente à Educação de Jovens e Adultos (EJA), segundo os entrevistados, está sendo atendida de forma eficiente. Está promovendo a inclusão e formação dos indivíduos, inclusive a elevação da escolaridade com permanência e êxito da população com 15 anos ou mais que não teve acesso ou interrompeu estudos antes de concluir a Educação Básica.

Também é importante destacar que o Ministério da Educação (MEC), no final do ano de 2019, liberou R\$ 16 milhões para investimentos em cursos de educação de jovens e adultos em dez Institutos Federais, dentre eles, o de Santa Catarina. Assim, no caso do IFSC, o repasse é de R\$ 1,519 milhão, será investido na capacitação de servidores e ampliação da oferta de cursos Proeja - nos quais o estudante conclui o ensino fundamental ou médio e recebe também qualificação profissional ou formação técnica. Entre os critérios para a escolha das instituições a serem contempladas com a verba, estavam o número da oferta de vagas, a eficiência acadêmica (relação entre taxa de evasão, retenção e conclusão) e a menor taxa de evasão (IFSC, 2019).

Os sujeitos alunos deste processo não terão garantia de emprego ou melhoria material de vida, mas abrirão possibilidades de alcançar esses objetivos, além de se enriquecerem com outras referências culturais, sociais, históricas, laborais, ou seja, terão a possibilidade de ler o mundo, no sentido freireano, estando no mundo e o compreendendo de forma diferente da anterior ao processo formativo (BRASIL, 2007, p. 36).

O processo de exclusão social, educacional, política e econômica se gerou ao longo da história e é proveniente de diferenças econômicas, sociais e culturais que somente poderão ser amenizadas por meio de ações inclusivas, que possibilitem aos historicamente excluídos a ampliação das condições para o alcance do efetivo exercício da cidadania. Também foi com essa finalidade que a política de EPT foi concebida, e “não se pode esquecer que o IFSC é uma instituição social, comprometida com a educação profissional e tecnológica de jovens e adultos, em diferentes níveis, etapas e modalidades, numa perspectiva emancipadora e cidadã” (IFSC, 2015a, p. 2.3).

O Proeja foi criado inicialmente para o ensino médio, mas em 2006, o Decreto nº. 5.840, ampliou para o ensino fundamental, “tendo por objetivos fazer uma reflexão e propor fundamentos acerca da integração entre a formação inicial e continuada de trabalhadores e os anos finais do ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos” (BRASIL, 2007, p.09).

É importante mencionar que essa oferta acontece em parceria com a Secretaria de Educação do município, a qual oferece a educação básica e o IFSC- Urupema a educação profissional, visto que, o IFSC- Urupema não dispõe em seu quadro de servidores, de professores para a Educação Básica. Referente a esta parceria apresenta-se um trecho da entrevista com gestor do IFSC e um trecho da entrevista com gestor municipal de Urupema, os quais se complementam e evidenciam que após essa parceria o Proeja teve êxito e aumento de matrículas.

Antes do IFSC estar aqui, tinha Educação de Jovens e Adultos, mas era uma parceria do estado e prefeitura, e eles não trabalhavam o ensino médio, apenas até o EJA fundamental, mas como precisava ter um número X de alunos, devido número de professores, enfim, de todas questões do EJA. Então nós tentamos uma parceria com o estado, mas não deu, então a prefeitura abraçou a causa e fez a parceria com o IFSC. Eu percebo que a procura tem aumentado e a evasão diminuiu, porque o grande problema é a evasão (GI2).

[...]nós temos no momento, a parceria com o IFSC, o Proeja, ensino fundamental e médio, que eles pagam alguns professores, nós pagamos outros, transportamos os alunos do IFSC gratuitamente, não cobramos nada de aluno nenhum, porque, até pra dar condições dos alunos do interior poderem participar, porque à noite, eles não tem como vir todo dia, impossível, então gente faz o transporte gratuito pra esses alunos do IFSC [...] (GM2).

Percebe-se que a parceria entre a Secretaria Municipal e o IFSC- Urupema é fundamental para a consolidação do Proeja, e ainda, que a gestão tratando do ensino, pontualmente o Proeja, está ocorrendo conforme as diretrizes designadas em seu PDI, buscando parcerias para viabilizar as suas propostas políticas, pedagógicas e administrativas valorizando a comunidade onde está inserido (IFSC, 2015a). Vale salientar que Marcelo Feres²⁸, em entrevista concedida a Silva (2017), já afirmava as contribuições que a implantação dos Institutos Federais proporciona ao desenvolvimento local, as quais poderiam ser percebidas em diversas dimensões, dentre elas, a possibilidade de parcerias com o poder municipal.

Analizando as respostas, juntamente com a contextualização apresentada, considera-se que as mudanças no âmbito da Educação de Jovens e Adultos concomitante com a Educação

²⁸ Marcelo Machado Feres atuou como Secretário da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica do MEC entre os anos de 2015 e 2016.

Profissional, PROEJA, proposta pelo governo federal e executada pelo IFSC- Urupema com a parceria municipal, trouxe modificações expressivas para a realidade do município Urupema, podendo contribuir na perspectiva de mudança na vida de muitos jovens e adultos que buscam uma qualificação profissional, e consequentemente, oportunidades de emprego e melhoria de vida. Assim, indicando ser uma ação potencializadora do desenvolvimento daquele território.

Dando sequência a análise da fala dos gestores do IFSC, quanto as contribuições do IFSC- Urupema, segundo Gestor do IFSC 1, os egressos relatam aos professores, que os cursos ofertados foram incentivadores à busca de melhoria da renda, por meio do desenvolvimento de uma nova atividade ou mudança necessária para melhorar os resultados de uma atividade já desenvolvida. Assim GI1 menciona:

[...] a gente ouvia relatos: ah! eu mudei e tal atividade na propriedade em função daquela disciplina que eu fiz no Ifsc né então a gente percebe esse retorno né dessas pessoas que foram capacitadas ali[...]Jeu dei um FIC de desenvolvimento de sites lá em Urupema e um tempo depois uma das alunas que terminou o curso veio me pedir ajuda que ela tava fazendo um site para colocar terrenos e casas de Urupema pra vender, pra alugar, então ela aplicou aquilo ali e tava ganhando o dinheiro dela né, trabalhando em casa, assim, era uma moça que já tinha um filho, então ela não conseguia trabalhar fora e ela conseguiu vincular né, então assim, eu tô dando um exemplo bem pontual mas eu tenho certeza que todos os professores que deram FIC, fizeram alguma coisa, tem exemplos semelhantes assim de pessoas que mudaram né, a sua a sua vida ou, pelo menos, uma parte dela né, em função de alguma experiência que teve dentro do ifsc conseguiram uma renda exatamente para melhorar a vida (GI1)

[...]mais recentemente, assim, com abertura do técnico em Administração é que é o último curso técnico que foi aberto lá, e foi o que deu a maior demanda, então a gente percebeu assim,...é...eu diria um interesse maior das pessoas pelo empreendedorismo, por outras atividades[...] (GI1).

O GI2 também mencionou exemplos, seguindo na mesma linha de resposta e relatou que “*Tem um pessoal que trabalhou com mulheres, começou com Mulheres Sim e hoje tem um grupo de mulheres, que trabalham fazendo artesanato, fazendo alimentos, que pega bem nessa questão social, então elas conseguiram melhorar*” (GI2).

O Mulheres Sim é um programa de extensão, do IFSC, composto por quatro projetos: Educação e Gênero ou Geração de Renda, Feira de Economia Solidária, Ciclo de Oficinas e Acompanhamento das egressas. Esse programa atende mulheres que possuem mais de 15 anos, em situação de vulnerabilidade social e com baixa ou sem escolaridade, possibilitando por meio da educação a melhoria de vida, assim, buscando a valorização da mulher, o acesso aos direitos, cidadania e geração de renda, enfim, abrindo novos caminhos para promover o empoderamento destas mulheres, que como “[...] prática pedagógica, pode ser concebido como um movimento

que tem o propósito de desenvolver a consciência do ser humano de modo a promover sua liberdade e o poder de participação na sociedade.(CASAGRANDE, et al., 2018, p.32).

Apresenta-se a concepção de empoderamento baseada em Paulo Freire, segundo Casagrande et al. (2018),

A concepção de empoderamento traz consigo a ideia de mudança nas relações sociais, nas quais os indivíduos estão inseridos. Torna-se, portanto, instrumento necessário para se analisar os processos de mobilização e as iniciativas no esforço pela afirmação de direitos e na pretensão de superar as desigualdades entre mulheres e homens e suas implicações em diferentes esferas como a social, econômica e política. (CASAGRANDE, et al, 2018, p.33).

Neste contexto, percebe-se que o programa contribuiu na formação humana e profissional destas mulheres, oportunizando novas vivências, conhecimentos e despertando atenção aos seus direitos como mulheres, mães e trabalhadoras, criando condições favoráveis à geração de trabalho e renda e exercício da cidadania. O programa incentiva a economia solidária, mas foi executado apenas nos anos de 2016 e 2019, assim, é necessário problematizar se o olhar do IFSC-Urupema, não está engendrado pelo capital e viabilizado pelo Estado, já que na entrevista tratou-se da evidência de empreendedorismo, ou se é apenas forma de expressão, pois observando o projeto político pedagógico do curso de administração, referido na fala do gestor, apresenta o componente curricular: Economia solidária, Associativismo e Cooperativismo e durante a entrevista a pesquisadora não percebeu esse olhar do gestor.

Ainda seguindo com exemplos destacados pelos gestores do IFSC, o GI2, relata que um egresso do Curso Técnico de Fruticultura, prestou concurso e foi aprovado para técnico de laboratório de fruticultura, onde hoje atua e foi incentivado pelo curso realizado. Também citou a conversa com um produtor de leite que fez um curso de formação inicial e continuada (FIC) e relatou o seguinte

[...] aí diz ele, que ele tirava leite e vendia o leite in natura, e aí depois que ele fez o FIC, ele começou a fazer o queijo, viu que ele tinha o retorno melhor, e começou a vender queijo, e dizia ele, que se ele não tivesse feito isso, ele teria parado de trabalhar com as vacas porque não dava lucro. Então são alguns exemplos que eu lembro agora, mas tem inúmeros outros, com grandes impactos, sem contar esses que estão fazendo o Técnico em Administração, tem muitos alunos que são do Proeja, então eles continuaram, talvez alguns vão fazer a graduação ainda, então vão continuar (GI2).

Diante disso, pode-se apontar a importância dos cursos estarem de acordo com os arranjos produtivos locais. O IFSC- Urupema desde sua implantação agregou cursos focalizados em áreas denominadas de vocação agrícola, atendendo ao seu arranjo produtivo

local, mas sem deixar de contribuir com cursos que possam desenvolver outras atividades potenciais que o município apresenta. Então quando se perguntou aos gestores se na percepção deles os cursos ofertados no câmpus estavam atendendo às necessidades locais / regionais, ambos comungam da mesma opinião:

Nós começamos com o Técnico em Fruticultura e o Técnico em Agroindústria que é justamente para tentar agregar valor nesse potencial agrícola que nós temos aqui e aí depois nós também fomos nessa vertente do Turismo, né, por entender que é importante, então assim, eu acredito que eles estão bem alinhados com o que a região precisa o que nós percebemos lá é que muitas vezes principalmente os jovens eles não dão tanto valor a isso eles querem profissões mais tecnológicas profissão de poder estudar e ir para “cidade” depois a maior parte deles não tá interessado em dar continuidade naquele trabalho. [...]é uma região assim, que depende da agricultura e tá querendo migrar pro lado turístico, [...]tanto que na época quando nós abrimos, quando nós fomos chamados pro Câmpus Urupema não tinha a intenção de desenvolver atividade formativa do turismo ali, e foi uma briga já da primeira diretora, professora P, depois nós encampamos, então nós conseguimos levar um professor de gastronomia e um professor de hotelaria que foi pra justamente tentar desenvolver esse potencial turístico da região (GII).

Aqui os eixos são basicamente: agropecuária, turismo, também a parte de alimentos então, na minha percepção atende. Então, os cursos que a gente oferta aqui são voltados a esse potencial, apesar de a gente perceber que muitos alunos aqui do município vão pra Lages, por exemplo, fazer curso de outras áreas, só que quando o câmpus foi implantado veio com essa proposta né[...] (GI2).

Analisando as respostas, e verificando as tabelas 2,3,4,5,6,7 e 8, relativas à atuação educacional do IFSC- Urupema, apresentadas anteriormente, pode-se notar que os cursos realmente estão sendo propostos e ofertados de acordo com Arranjos Produtivos Locais (APL).

Segundo IFSC (2015a, p. 1.6), na Lei de criação dos Ifes estão elencadas nas suas finalidades e características: “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural [...]”e no PDI do IFSC está bem esclarecido que as ofertas educativas devem ser em decorrência dos arranjos produtivos locais, das atividade econômicas consolidadas, em desenvolvimento ou que vislumbre potencial para serem desenvolvidas.

Também é perceptível nas respostas dos entrevistados que um grande desafio é a conscientização do jovem urupemense, possibilitando a este, vislumbrar um futuro em seu território vivido, uma perspectiva de permanência na atividade agropecuária, e ou, sucessão rural, apresentando inovações tecnológicas que abrirão oportunidades para jovens ávidos em agregar novas técnicas às atividades. Pois segundo GI2, “O pessoal já não quer mais ficar no campo, os filhos de agricultores, eles verem a dificuldade dos pais, e saem[...]” e segundo GI1:

[...]a pouca vontade dos mais jovens em desenvolver atividades no campo, o que a gente tentava passar para eles, todos os professores independente da área, é que eles não precisam continuar vivendo no campo da mesma forma que os pais e os avós viviam, eles podem agregar uma qualidade maior usando a tecnologia, usando o celular, usando os recursos que a tecnologia nos oferece hoje, mas desenvolvendo aquelas atividades econômicas que são importante na produção de alimentos, e transformando aquilo, realmente fazer da forma que os pais faziam, hoje eu acredito que seja meio insustentável[...] (GI1).

O jovem rural precisa perceber a importância de fortalecer as atividades agrárias, e pensar que com sua saída em busca de outras atividades, está deixando de aproveitar a oportunidade do acesso e domínio de novos conhecimentos e tecnologias para desenvolver projetos inovadores nestas atividades. Importante salientar que tratando do desenvolvimento do território de Urupema, a agricultura é o eixo estratégico para a consolidação desse desenvolvimento. O entrevistado acima apresenta elementos críticos para pensar a realidade do jovem rural que merecem ser problematizadas. Afinal, quais as razões que geram a predisposição do jovem não permanecer no campo e ir embora para a cidade? Neste diagnóstico não estaria um gargalo a ser trabalhado pelo IFSC?

Vasta literatura aponta que o espaço rural vem sendo alterado em seu conteúdo social, gerando novas atividades produtivas e novos modos de vida, com especial destaque para a agricultura familiar e seus desdobramentos, denominados de multi e plurifuncionalidade. Seria razoável pensar na função mediadora que uma instituição educacional como o IFSC poderia desenvolver, como por exemplo, reunir as juventudes de municípios do entorno de Urupema e proporcionar debates, estudos, conhecer iniciativas inovadoras, e assim, abrir novas perspectivas para os jovens que todavia continuam no meio rural deste território mais ampliado?

Assim sendo, o IFSC- Urupema, segundo Plano de Desenvolvimento Institucional, deve fortalecer a atuação nos eixos tecnológicos trabalhados proporcionando a vivência e troca de experiências dos seus alunos com o global “proporcionando a sua comunidade uma diversidade de conceitos, ideologias e princípios gerenciais contemporâneos sem, contudo, perder de vista suas origens e suas motivações próprias” (IFSC, 2015a, p.10.2). Tratando das experiências e possibilidades que já ocorreram e estão ocorrendo, o GI2 fez alguns relatos:

[...] os alunos que são da Viticultura e Enologia, eles têm muita facilidade de estar inserido dentro das empresas. E pra estágio, tanto aqui na região, quanto alguns vão para o exterior, até tem dois que estão vindo da Europa, então eles fazem estágio lá [...] da primeira turma, todos já estão trabalhando, tem três trabalhando aqui na região, em São Joaquim mesmo, por já ter esse contato desde a graduação com as empresas.[...] esse exemplo da Viticultura e Enologia, foram quatro alunos formados, os quatro estão no estado, trabalhando, dois estagiaram em Portugal [...] (GI2).

Assim, percebe-se a afirmação dos gestores que o IFSC- Urupema contribui com a oportunidade de seus estudantes terem uma visão globalizada, um olhar além do local, experiências com novas culturas, assim, proporcionando também, o enriquecimento cultural. E ainda, ressalta-se que o enriquecimento cultural que o IFSC proporciona não ocorre apenas dessa forma, o aluno saindo do seu território, mas também trazendo pessoas de outros territórios para estudarem, trabalharem ou mesmo conhecerem o IFSC- Urupema. Os gestores falam sobre essa contribuição:

eu acredito também que ele mudou um pouco a dinâmica do município com abertura dos cursos superiores que embora ainda tenha um número de alunos pequeno, mas trouxe pessoas de fora pro município, então, enquanto eu trabalhava lá tinha paulistas, tinha cariocas, do Paraná, pessoas do estado de Santa Catarina todo né, então aquilo, assim, acho que trouxe um enriquecimento cultural [...] nós optamos pelo superior, até nessa perspectiva de trazer pessoas de fora pra dar essa dinâmica diferente ali né, pro pessoal(GI 1).

No ensino também tem a questão de especializações, que tem na área agrícola, vêm alunos de longe, tem alunos que fazem 600km para vir estudar aqui, na sexta, a cada 15 dias e retornam. Então aí já se percebe que ajuda desenvolver o estado como um todo. Então tem alunos desde o Oeste até do litoral, que vem fazer especializações (GI 2).

Essas falas remetem à análise de que com a vinda de pessoas para o município, as demandas aumentam, como no caso de serviços de hospedagem e alimentação e, também no comércio em geral, esse movimento acontece, e isso torna evidente o aumento da arrecadação do município e o fortalecimento e incentivo ao comércio e serviços oferecidos em Urupema. Enfim, essas circunstâncias e aspectos afetam tanto a economia local como ordem social, pois com o aumento da demanda, esses estabelecimentos necessitam de um número maior de mão de obra qualificada, proporcionando assim, a geração de empregos formais e consequentemente o aumento da renda dos cidadãos urupemenses e a busca por qualificação.

Além de ser possível perceber essas contribuições analisando os trechos das falas apresentados anteriormente, pode-se confrontar com as narrativas abaixo:

[...] Nós brincamos, assim né, uma brincadeira, mas é tem um fundo de verdade, que o Ifsc dobrou o número de restaurantes e padarias em Urupema. Então só tinha uma quando começou, depois, [...], tinha duas. O comércio sentiu, então assim pelo fato do município ser muito pequeno né, qualquer iniciativa acabava tendo um impacto bem, bem forte no pessoal[...] (GI1).

[...]Jeu já consigo ver assim, muito claramente, muitas construções na cidade, a vinda de restaurantes, de ter mais opções para o pessoal, na cidade eu consigo já ver uma diferença grande e fruto muito disso do Instituto, então, são quarenta e poucos servidores, parte do salário é gasto aqui, então isso, mexe com a economia (GI2).

Os dois gestores apontam explicitamente em suas falas que o IFSC-Urupema direta ou indiretamente está contribuindo com o fortalecimento do comércio e serviços, e ainda incentivando a construção de novas edificações. Assim, contribuir para o desenvolvimento de Urupema pode ser o ponto de partida para as mudanças sociais e econômicas do município, pois isso reflete positivamente também n os indicadores sociais de todo o País.

Finalizando a análise das respostas das entrevistas com os gestores do IFSC- Urupema, referente as contribuições desta instituição para o desenvolvimento do território de Urupema, pontua-se, em relação as duas últimas perguntas, que trataram da pesquisa e extensão, sobre os critérios para estabelecimento das demandas e a enumeração de ações desenvolvidas nessas duas áreas de atuação. É importante citar que no PDI do IFSC

A educação baseia-se na relação entre estas três áreas: ensino, pesquisa e extensão. No ensino, inter-relacionam-se os diferentes saberes, na pesquisa eleva-se o conhecimento a novos patamares do saber e, na extensão, compartilham-se conhecimentos com a sociedade, contribuindo dessa forma para o cumprimento da missão institucional (IFSC, 2015a, p. 2.10).

Também no artigo 207 da Constituição Brasileira consta que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988). Com efeito, em atendimento à Constituição e à sua missão institucional, o IFSC-Urupema desenvolve seu trabalho educacional, segundo a percepção dos gestores entrevistados, atuando de forma integrada o ensino, a pesquisa e a extensão, valorizando igualmente as três áreas, afinal todas são inerentes ao processo formativo.

Isto posto, nota-se por meio dos quadros apresentados (APÊNDICES E e F), um certo número de projetos de pesquisa e atividades de extensão o que pode auxiliar na confrontação com a fala do gestor, que afirma essa integração, demonstrando como trata o PDI do IFSC, ter um eixo fundamental: “constituir a função social da instituição de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária”, mesmo que essas atividades sejam realizadas em tempos e espaços distintos (IFSC, 2015a, p.1.8). Interpretando e analisando as falas dos gestores do IFSC, também é perceptível, a preocupação, o engajamento e as múltiplas ações realizadas, e demonstram estar contribuindo com o desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos com ênfase no território.

Tratando da fala do G11, ele relatou que algumas demandas vinham da comunidade, que ocorriam algumas rodas de conversa com eles, mas que a maior parte eram identificadas pelo IFSC, ele ressalta que as propostas eram geralmente indicadas no conforto do professor, mas

de interesse da comunidade, “[...]sempre percebi em todas as pessoas que estavam lá: eu não vou fazer por fazer né, eu vou fazer aquilo que eu gosto mas que dê um retorno, com um reflexo”(GII). Nesta mesma linha de percepção, o GI2 expõe que “algumas vem do próprio corpo docente aqui, que identifica essas propostas, essas demandas, algumas vem dos agentes externos.

Entretanto, GI2 relata que as atividades de pesquisa e extensão da área de agronomia, ocorrem nas propriedades da comunidade, pois o câmpus não conta com área experimental agrícola e afirma “[...]a gente acaba fazendo pesquisa junto com os produtores, então, tu tá lá com ele discutindo os problemas, e construindo soluções junto[...]”. Segundo IFSC (2015a, p. 2.10):

A interação dos servidores do IFSC com a comunidade é importante para identificar quais as suas necessidades de ordem cultural, esportiva, tecnológica, social, educacional, política e econômica, de tal maneira que as portas da instituição estejam abertas para atender a todos os cidadãos que dela decidirem compartilhar.

Neste ambiente de construção conjunta, sugere-se que é fundamental a sinergia proporcionada pelas interações sendo o grande diferencial da atuação dos Ifes, apesar de que os contextos socioeconômicos, institucionais, culturais e políticos devem ser considerados. Analisando o que disseram os gestores, é possível perceber que estas interações ocorrem, mas que não estão sendo prioridade. O GI1 afirma esta preocupação quando nos responde “acho que assim, devemos melhorar no sentido ainda de ouvir um pouquinho mais a comunidade, isso eu não falo do Câmpus Urupema falo da academia como um todo [...]”, mas que apesar disso é possível presumir que o câmpus já conseguiu bons resultados que contribuíram e estão contribuindo com o território urupemense.

E na sequência de sua fala GI1 diz que gostaria de destacar alguns projetos de pesquisa e extensão, que lembrava, que fizeram parte destas contribuições e citou:

[...] nós tivemos alguns projetos bem bacanas que eu gostaria de destacar, por exemplo a Coopema, que é a cooperativa de Urupema, era um sonho, vamos dizer assim, dos Urupemenses já bem antigo, e um professor de administração, [...] ele encampou isso, [...]as bolsistas do projeto iam com os documentos nas casas das pessoas, pegavam pela mão, faziam as pessoas preencher e foi um trabalho bem longo, esse professor foi embora, e não viu o final, mas a Coopema saiu. Hoje ela já tem um barracão alugado, ela classifica fruta, ela embala, então assim, é fruto de um projeto de extensão que começou dentro do Ifsc, foi uma proposta do professor, que eu falei, dentro do conforto dele, mas teve um impacto bem relevante, era no conforto do professor, mas de interesse da comunidade. (GII)

Este exemplo, conforme aponta o entrevistado, demonstra a importância da atuação do IFSC-Urupema em projetos de extensão, pois foi por meio dele que os produtores de maçã consolidaram sua atividade, que proporcionou o aumento da renda, evitando muitas vezes serem explorados por atravessadores que compravam individualmente suas produções por valores muito baixos e revendiam com grandes lucros. GI2 também mencionou o projeto que deu origem a Coopema e acrescentou que ocorrem perdas no armazenamento da maçã, cerca de 30%, considerado um grande volume, então ele aponta que os cooperados vêm com a demanda para o IFSC-Urupema de pesquisar uma forma para que consigam aproveitar essa fruta, desenvolvendo cidra fermentado ou fazer aqueles chips de maçã ou fazer alguma coisa para que eles consigam aproveitar esse produto que acaba sendo perdido.

Ainda segundo GI2, finalizando sua fala, menciona que a área da Enologia, que trabalha com os produtores das empresas de vinho, no caso parcerias, também atende demandas “[...]de trazer soluções da pesquisa para a parte de Enologia, de produção de uva com qualidade” e encerra afirmando que extensão no câmpus também tem um trabalho muito forte. Nesta mesma linha de resposta, GI1 disse: “[...] então assim, na parte de pesquisa e extensão, lá no câmpus a gente organizava tabelas, planilhas né, de projetos desenvolvidos ano a ano, tem uma quantidade bem grande de projetos voltados pra região”.

E foi finalizando, “um outro projeto que teve um impacto bem legal, foi a parte de frutas nativas até depois foi feito uma parceria com a (empresa) Superfrut, agora já têm os picolés de frutas nativas daqui que começou com os estudos dos professores do Câmpus”. Desta forma, o gestor aponta mais um projeto que proporcionou o desenvolvimento de uma linha de produtos que fortaleceu a identidade cultural, a valorização do território e a promoção da sustentabilidade local. Como descrevem Saikaly e Krucken:

O “produto autêntico” representa o retorno às raízes, um elemento de integração local e social. [...] Há um valor emocional associado aos produtos e respondendo ao interesse dos consumidores pelo “autêntico” e “original”. Assim, o consumo torna-se uma experiência única, um ritual de apreciação de qualidades singulares que refletem uma identidade. (SAIKALY E KRUCKEN, 2010, p. 36).

Diante da importância em considerar a cultura e a identidade cultural do território, para materializá-las em um produto, observamos que esta ação é um fator importante para valorização do território e da cultura local, além de contribuir com o desenvolvimento do território de maneira sustentável. Neste sentido, Abramovay (2000, p. 394) destaca que “um dos aspectos em que as redes territoriais têm alcançado maior sucesso é na criação de novos mercados que ponham em destaque capacidades regionais ‘territorializadas’ [...]”.

Concluindo a interpretação e análise das entrevistas realizadas com os gestores do IFSC, foi possível observar que na percepção deles a atuação balizada no tripé ensino, pesquisa e extensão descrita na visão do IFSC “Ser instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, está sendo buscada e que sua missão institucional está direcionando as suas ações, permitindo contribuir para o desenvolvimento territorial de Urupema.

6.2 INDICADORES DE ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COM TERRITÓRIO DE URUPEMA NA PERCEPÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE URUPEMA

Nesta subseção apresenta-se as percepções dos gestores públicos do município de Urupema sobre a contribuição da atuação pedagógica desenvolvida pelo Instituto Federal para o desenvolvimento do município de Urupema.

O IFSC deve estar inserido na realidade de cada um de seus câmpus, oferecendo educação profissional, científica e tecnológica nacionalmente, mas com um olhar especial à comunidade na qual se insere. Deve atuar em consonância com os arranjos produtivos, grupos sociais e manifestações culturais locais. Deve buscar o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, com o objetivo de ampliar as possibilidades de geração de emprego e renda (IFSC, 2015a, p. 3.5).

Diante desta concepção foi elaborado o roteiro para as entrevistas realizadas com gestores municipais com a finalidade de conhecer as suas percepções conforme já mencionado anteriormente. Também no intuito de preservar a identidade dos entrevistados, como mencionado na metodologia de pesquisa, utilizou-se as letras iniciais de “gestor municipal” seguida de um numeral sequencial, sendo assim, como foram entrevistados dois gestores utilizou-se GM1 e GM2.

Inicialmente perguntamos aos gestores públicos do município se haviam percebido alguma contribuição em relação ao desenvolvimento de seu município ou região relacionada as atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFSC- Urupema desde sua implantação. Tanto o GM1 como o GM2 responderam que tem contribuído e ambos apontam a importância desta contribuição tanto para município de Urupema quanto para toda região. Conforme GM2:

[...]a contribuição deles é importante para toda região, pra todos municípios da região, até porque a gente tem pessoas de todas as regiões aqui, né, fazendo cursos. No ano passado teve uma formatura do Curso de Viticultura, os alunos saíram do

curso todos empregados, então isso é muito bom, eu acho que a contribuição do IFSC para município, para região, é muito importante, porque contribui, como eu disse, em todos os sentidos né.

Analisando este trecho, nota-se que GM2 aponta para a formação profissional como uma grande contribuição, e descreve que o conhecimento adquirido, possibilitou aos recentes egressos à inserção imediata no mercado de trabalho. Isto cumpre um dos objetivos dos Institutos Federais que é de ministrar “cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia” (BRASIL, 2008a). Além disso, GM2 frisa que a contribuição está em todos os sentidos e quando mencionou todos os sentidos, foi possível perceber, no decorrer da entrevista, que a atuação do IFSC- Urupema estava de acordo com sua missão e finalidades.

GM2, ainda ressalta que sobre a “*questão de desenvolvimento a gente vê principalmente, na área agrícola, na parte da agricultura, até porque, os cursos do IFSC são voltados pra agricultura*”. E GM1 afirma que o acesso da comunidade ao conhecimento e profissionalização com certeza multiplicou, e aponta que se pode notar principalmente nos jovens produtores. “*A gente tem um município que no mínimo, acima de 50% da população está na área rural e na agricultura familiar, e esse jovem está se qualificando e se profissionalizando na área de atuação*”. E continuou relatando que:

[...]depois do Instituto teve mais a questão do jovem permanecer no campo. Eu via muito assim, o que vou te dizer, questão de 10 anos atrás mais ou menos, na época de implantação do Instituto tinha mais a saída do jovem do interior para cidade maior, como Lages. O pessoal procurava muito estudar em Lages e já ficava ali ou saía dali para frente em busca de emprego. Pessoal ia fazer uma graduação e ficava, com o Instituto o pessoal permanece aqui e tende a ampliar o negócio da família assim como eu te falei não é uma totalidade mas tem vários exemplos [...]mas eu acredito assim que ampliou que aumentou a permanência do jovem no meio rural (GM1).

A permanência do jovem no campo, como já tratado na análise das entrevistas com gestores do IFSC, mais uma vez aparece como um fator muito preocupante, pois o êxodo do campo, a masculinização e o envelhecimento da população tornam-se situações cada vez mais frequentes, impactando na sucessão geracional. E para que esses problemas possam ser amenizados, esse jovem precisa do mínimo necessário à sua sobrevivência e de sua família. Para tanto, é preponderante buscar por oportunidades que lhe possibilitem condições de trabalho e renda mais atrativas, permitindo assim, a manutenção das atividades agrícolas que já está desenvolvendo em seu ambiente de origem e até sua ampliação. Segundo Abramovay (2000, p. 392):

Um dos pressupostos básicos que a literatura sobre inovação e territórios coloca em destaque é a dinâmica de aprendizagem, de valorização das práticas produtivas e da cultura técnica locais. É claro que se o meio rural representar aos olhos dos que o habitam – sobretudo os mais jovens – estagnação, conservadorismo e atraso, as chances de iniciativas inovadoras serão mínimas. É por isso que não se trata apenas de melhorar a escola rural ou de ampliar a realização de cursos profissionais, mas de modificar o conjunto do ambiente que se refere à aquisição e ao uso do conhecimento no meio rural. Se a formação for estritamente profissional e não estiver associada à permanente busca de oportunidades locais de desenvolvimento, o máximo que poderá acontecer é que a região se torne uma exportadora de mão-de-obra com formação um pouco melhor que a média.

O autor menciona a importância da formação profissional, mas muito bem coloca que não basta formação sem que haja oportunidade, tecnologias e desenvolvimento a favor do seu ambiente, do seu meio. É necessário que o IFSC- Urupema seja agente responsável por reduzir as precárias condições de trabalho e reinventar oportunidades dignas favoráveis, principalmente aos mais jovens, abrindo o caminho para uma nova relação com o seu meio rural.

Neste sentido GM2 responde que a contribuição do IFSC-Urupema *“[...] desenvolve o município, de maneira geral, desenvolve em todos os sentidos, não só na parte de educação né, mas também na parte econômica, cultural também”*.

Em seguida relata: *“[...] temos a questão da arrecadação, né, pro pessoal aqui, porque só a questão de pessoas que vêm de outros municípios. Nós temos gente do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que moram aqui né, então isso queira ou não, isso indiretamente traz renda pro município, aluguel, alimentação, tudo né”* (GM2). A resposta do GM1, vai ao encontro da resposta de GM2 ,

[...]também a economia do município teve a ganhar com a implantação do instituto porque muitos urupemenses acabaram construindo pensando em ter um negócio de aluguel com outra renda familiar para fazer aluguel para os alunos que vem de municípios de fora para estudar no município então acabou somando na economia além de gerar renda para população que já tinha acabou movimentando comércio do município e ampliando nossa comunidade que é relativamente pequena (GM1).

Diante destes relatos, os gestores municipais demonstram perceber que o IFSC-Urupema está contribuindo com desenvolvimento econômico do município, proporcionando indiretamente, a diversificação e dinamização de economias locais, justificadas por eles, com a vinda de servidores e alunos para o território de Urupema. Tanto GM1, quanto GM2, apontaram que a contribuição do IFSC vai além de sua atuação educacional definida em suas finalidades, e salientaram novamente que vai muito além do ensino em sala de aula, mas de muitas ações diretas ou indiretas que ocorrem fora da instituição.

Essa afirmação vai ao encontro do que o IFSC- Urupema está propondo e articulando, e observando as planilhas e gráficos apresentados, podem evidenciar que além da atuação

focada nos cursos de acordo com o APL (ensino), também desenvolve trabalhos na pesquisa e extensão, que correspondem, a pesquisa, ao desenvolvimento de soluções e inovações para o meio e a extensão proporciona a interação e troca de experiências com outros empreendimentos afins.

Nesta linha de pensamento trazemos a afirmação do GM1 quanto a realização de eventos, seminários, trazendo outras visões e experiências para o local, incentivando e criando boas expectativas para agregação de valores à produção local. Então GM1 citou seminários e eventos que o IFSC- Urupema tem realizado e também parcerias com o poder público para facilitar a vinda de eventos, “[...]como o evento que eles fizeram de degustação e apresentação dos vinhos, cada vinícola apresentou seu vinho relatou questão de variedades utilizadas, processo de fabricação e qual foi resultado final do vinho [...], e GM1 continua em seu relato dizendo que,

O instituto desde que esteve implantado no município sempre foi parceiro da secretaria a gente tem a semana da agricultura que a gente faz as palestras, um dia para agricultura, outro dia para pecuária, o instituto sempre teve presente, com profissionais palestrando para gente ou dando um apoio na divulgação, ou cedendo um espaço como esse ano cederam o auditório, para a gente fazer o evento lá. Então desde que o Instituto está aqui sempre foi parceiro da prefeitura, essa parceria sempre teve, muito forte e sempre a gente foi muito bem assistido pelo instituto[...] (GM1).

Este relato permite que se identifique uma forte contribuição por meio da atuação educacional do IFSC- Urupema buscando o desenvolvimento deste território, visto que, para fortalecer seu APL é importante buscar novos processos que já contribuíram para consolidação em outros territórios, também é uma forma de articulação de parcerias interterritoriais. Assim, é possível perceber a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que é expressa na Lei de criação dos Ifes e destacada no PDI do IFSC.

Diante deste contexto, está descrito num dos itens do PDI, que visando ao fortalecimento da educação deverá ocorrer “[...] o desenvolvimento de atividades em que cooperam o ensino, a pesquisa e a extensão, tais como seminários, fóruns, encontros, eventos que permitam a integração, a socialização de saberes e a ajuda mútua” (IFSC, 2015a, p. 2.29).

Ainda tratando das contribuições apontadas pelo gestores, e que da mesma forma traduzem a indissociabilidade em aprendizagem, produção e socialização do conhecimento, GM2 afirmou que “*depois da implantação do IFSC, eles contribuem muito na área de pesquisa e extensão né, a gente tem uma parceria muito boa, IFSC e prefeitura, eles participam das nossas atividades, nós participamos da deles, trabalhamos em conjunto*”. Essa afirmação

também fez parte da entrevista com GM1, que vai além dizendo que o IFSC- Urupema, *“além de tudo, tem a questão de pesquisa que também sempre o instituto foi parceiro, contribui para o desenvolvimento da nossa economia municipal e do nosso agricultor”*.

Inferindo na fala transcrita de GI1, encontra-se exemplos que comprovam a contribuição mencionada no trecho anterior. Partindo desde o trabalho conjunto na definição do ponto de maturação correto para colheita da maçã, para isso a utilização dos laboratórios, conhecimento dos professores unidos ao trabalho dos agrônomos da secretaria municipal, até condução e implantação de pomares. Essas parcerias impedem que ocorra a perda da qualidade ou diminuição da produção, proporcionando o que GM1 afirma desenvolver a economia e em consequência a atividade dos pomares do território.

Por meio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a instituição possibilita a troca do saber com a sociedade em um fluxo dinâmico de conhecimento entre instituição e sociedade, gerando uma transformação mútua. “[...] o efetivo exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no âmbito das instituições de educação, indica a sua qualidade e o desempenho do seu compromisso social”. (IFSC, 2015a, p. 2.29).

Tratando de compromisso social, além dos já apontados, é importante destacar o relato que GM2 fez sobre o grupo de mulheres que participaram do Projeto Mulheres Sim do IFSC, e que hoje por essa iniciativa, após o término do projeto, a prefeitura adotou o apoio às mulheres desse grupo e as que quiserem se inserir, e cedeu um quiosque na praça central do município para desenvolverem sem empreendimento econômico solidário, atuando no ramo de alimentos, o grupo é chamado Mulheres Mais. Então GM2 enfatiza: *“É por isso que eu digo que contribui para o social, nós temos uma das Mulheres Mais, ela teve problema de câncer, e hoje ela está lá, inserida neste grupo, deu força pra ela e é das que mais participa. Então, além de tudo o IFSC contribui muito no lado social”*.

O depoimento de GM2 evidencia dois dos valores do IFSC “o COMPROMISSO SOCIAL, pautado pelo reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais” e a “EQUIDADE, pautada pelos princípios de justiça e igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão”(IFSC, 2015a).

Tratando de processos de gestão, foi contextualizado ao gestores municipais sobre o Colegiado do Câmpus que é um órgão normativo e deliberativo, o qual visa assessorar o Diretor-Geral com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela correta execução das políticas do IFSC (IFSC, 2015a). Em seguida foram questionados sobre a ciência da possibilidade de sua participação como representante da

comunidade externa, neste Colegiado, em conformidade com o art. 3º do regulamento que trata de sua composição.

GM2 afirma ter ciência e relata que o prefeito faz parte e relata “[...] *outro dia eu fui numa reunião representá-lo, ele não pôde ir, mas o prefeito faz parte do Colegiado do IFSC, ele participa de todas as reuniões*”. O GM1 respondeu:

eu não fiz parte e não tenho conhecimento que a secretaria esteja fazendo parte do colegiado mas sem dúvida eu teria interesse em participar, porque a partir do momento em que você está trabalhando em um órgão público que você tem que fazer uma promoção de políticas públicas você tem como dever você estar participando de eventos e promovendo eventos e qualquer atividade que vai somar para o município principalmente voltado para nossa área que é agropecuária é o eixo do campus é o eixo do nosso município (GM1).

As respostas dos gestores demonstram que falta articulação na divulgação de informações referentes as possibilidades de participação em instâncias importantes para o planejamento e a definição de estratégias para o território, mesmo com a participação do prefeito no Colegiado do IFSC-Urupema, os demais representantes do poder público poderiam estar cientes da possibilidade futura de estar naquele colegiado. Os colegiados do câmpus é presididos pelos diretores-gerais, e têm em sua composição representantes dos servidores docentes, representantes dos servidores técnico-administrativos em educação, representantes dos discentes, representantes da sociedade civil, o Chefe do Departamento de Administração e o Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A participação de gestores municipais é muito importante diante das competências dos colegiados dos câmpus pois propiciam a gestão democrática que está associada à democracia participativa. “A descentralização, a autonomia e a participação estabelecem abertura de novas arenas públicas de decisão, que conferem a cada “escola” sua singularidade, sua identidade própria, tendo a qualidade do ensino como ponto central de qualquer proposta para “escola” pública” (IFSC, 2015a).

Diante deste contexto, é pertinente salientar a importância do poder público estar presente, participando de planejamentos e na tomada de decisões referentes a atuação de uma instituição educacional pública inserida em seu município, pois daquele espaço de discussões podem germinar grandes oportunidades que contribuam para o desenvolvimento do seu território. Dentre as competências do Colegiado do câmpus estão a apreciação dos projetos de novos cursos e alterações dos cursos existentes, apreciação do calendário letivo anual, apreciação da oferta anual de vagas do câmpus, apreciação dos dados orçamentários do câmpus e a definição sobre as prioridades em função dos recursos disponíveis, convênios e editais,

assuntos didático-pedagógicos e administrativos, apreciação das solicitações dos alunos, no que se refere às questões não previstas na Organização Didática, apreciação de questões que prejudiquem o andamento normal das atividades do câmpus envolvendo servidores, alunos e comunidade externa, definição sobre linhas de pesquisa do câmpus, em conformidade com as políticas institucionais e apreciação do Relatório Anual de Gestão do câmpus (IFSC, 2015a).

Os indicadores apontados nas entrevistas pelos gestores municipais, sempre acompanhados de exemplos verdadeiros, possíveis de serem visualizados nas planilhas e sistemas operacionais do IFSC, demonstram que na percepção dos gestores municipais a atuação Educacional do IFSC- Urupema está contribuindo com desenvolvimento do território.

6.3 INDICADORES DE ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COM TERRITÓRIO DE URUPEMA NA PERCEPÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA DO MUNICÍPIO DE URUPEMA

Nesta subseção apresenta-se as percepções de representantes da sociedade civil organizada do município de Urupema sobre a contribuição da atuação pedagógica desenvolvida pelo Instituto Federal para o desenvolvimento do município de Urupema. Para preservar a identidade, como mencionado na metodologia de pesquisa, utilizou-se as letras iniciais de “sociedade” seguida de um numeral sequencial, sendo assim, como foram entrevistados dois membros utilizou-se S1, S2 e S3.

Iniciando a entrevista e tratando sobre a contribuição que o IFSC- Urupema, poderia ou não, ter trazido para o desenvolvimento do seu território, S1 responde que não tem a mínima dúvida de que a contribuição do IFSC- Urupema é evidente, e acrescenta:

Ele veio pra nós aqui, primeiro que era um sonho, por que é um lugar pequeno, menos de 3 mil habitantes e nós conseguimos um câmpus desse tamanho. Então pra nós era um negócio que a gente não imaginava ser né. Então só isso aí já deu um aumento pro próprio comércio, além da vinda de professores e alunos, nós temos alunos de São Paulo, Rio de Janeiro então está trazendo gente pra cá.

A fala de S1 permite interpretar que a vinda de pessoas, como já mencionado pelos demais entrevistados, contribuiu com o aumento do movimento do comércio, oportunizando o desenvolvimento dos já existentes e a abertura de novos negócios. E interpretando juntamente com a fala de S2 que respondeu com muita determinação e entusiasmo, “[...] eu acho que o IFSC aqui em Urupema, Meu Deus, trouxe um desenvolvimento não só pra cidade, mas para todo o povo”, podemos afirmar que a sociedade civil percebeu uma grande mudança tanto no

município, quanto nas pessoas que de alguma forma se envolveram ou foram envolvidas na atuação do IFSC em Urupema.

S3 destaca que além de contribuir com a permanência do jovem urupemense no território, diante das possibilidades que o IFSC apresentou por meio de cursos nas áreas agrícolas existentes, também trouxe alunos de fora do município para fixar residência e que já estão plantando em áreas do município para futuro desenvolvimento de vinícolas. Já S1 quando trata da questão da permanência do jovem, incentivado pelos cursos ofertados pelo IFSC-Urupema, respondeu:

Eu não sei porque, começa o curso com quarenta e poucos alunos e vai afunilando e terminam com dois ou três alunos, isso aí pra gente é uma tristeza porque é um capital humano disponível é uma perda. [...] teve muitos e muitos que já se formaram aqui de Urupema, então ele contribui para o jovem permanecer aqui (S1).

A resposta a indagação da permanência do jovem por contribuição dos cursos do IFSC apontou para uma percepção contraditória, S1 reflete sobre a grande evasão dos cursos, mas em seguida afirma que já teve muitos alunos concluintes de Urupema. Essa contradição pode ser minimizada quando S1 aponta para o motivo que acredita estar ocasionando o êxodo dos jovens do campo,

As nossas leis não deixam os filhos aprenderem a trabalhar. Só com dezesseis ou dezoito que vai começar trabalhar, daí ele não quer saber de pegar um serviço mais complicado. Antes, cedo já ia tirar o leite, já sabia tirar o leite, sabia que teria que aprender porque se não aprendesse não teria o ganha pão, então eu digo que o governo contribuiu muito para evasão do interior (S1).

Diante da fala do entrevistado percebe-se que o IFSC-Urupema faz a sua parte, proporcionando conforme suas finalidades e seus objetivos contribuições para permanência e êxito desses jovens nos cursos e atividades educacionais a fim de permanecerem em seu território, mas com a fala de S1, é possível notar em sua visão que algumas leis estão prejudicando a educação para o trabalho, concluindo assim, que ainda faltam ações governamentais que venham ao encontro de incentivar o jovem na permanência e na sucessão da atividade rural. Em nosso entendimento, o lugar da criança e do adolescente é prioritariamente na escola, o que não significa que não seja possível a oferta de trabalho no sentido educativo e na condição de desenvolvimento pessoal e social e não com caráter produtivo.

Também foram elencadas as interações do IFSC- Urupema envolvendo a pesquisa aplicada e a extensão. Afirmar S1, que o IF ao realizar ações na comunidade, facilita o acesso dos trabalhadores ao conhecimento, no momento que vai até às propriedades rurais, muitas vezes distantes, levando o conhecimento, gerando soluções técnicas e tecnológicas aos problemas expostos, enfim, satisfazendo até necessidades básicas de formação e capacitação àquela comunidade. E acrescenta *“Tem pesquisas que nós já fizemos em vários encontros, assim, com o pessoal do IFSC, daí eles pegam os produtos para estar fazendo teste né, fazendo no laboratório né, e acompanhando no campo, então nessa parte eles também estão ajudando muito” (S1).*

Essa afirmação se repete na fala de S2, que aponta a grande contribuição da pesquisa, visto que já fez parte, e que estão especialmente voltadas para as potencialidades de Urupema e ainda discorre sobre a expectativa de que o IFSC- Urupema, por meio de planejamento, organização e ainda suporte e melhoria dos processos, possa desenvolver cada vez mais a cadeia produtiva do território. E S2 segue enfatizando a importância da extensão tanto quanto a da pesquisa, pois acredita que a extensão permite uma contribuição ainda maior na função social, e enfatiza que não apenas nessa função, mas além de outras contribuições também nesta.

Sobre a extensão do IFSC- Urupema, S1 destaca o que já havia sido afirmado pelo GI1, que foi fundamental a atuação do Câmpus para a fundação da cooperativa de maçã presente no município, e acrescenta:

Era um sonho há muitos anos, a gente sempre quis formar mas nunca tivemos jeito pra chegar até formar, é complicado, é bem burocrático, as leis são complicadas e também tinha o lado dos agricultores queriam mas tinham medo, então a gente teve uns 3 anos assim, tanto que esse ano foi o primeiro ano que a gente conseguiu classificar as maçã, antes estava em processo de construção da cooperativa (S1).

A fundação da Coopema formada por produtores que buscam a comercialização da produção de seus cooperados, proporcionou a autonomia e crescimento econômico dos produtores de maçã de Urupema. O Coopema se fortaleceu em resposta às dificuldades sócio-econômicas, como um fator de inclusão social e como uma alternativa para que muitos pudessem se manter no mercado de trabalho. “O cooperativismo possui importância significativa na economia brasileira, sendo um sistema capaz de alinhar o desenvolvimento humano ao sustentável, devido aos seus princípios universais de origem e de evolução” (MATOS; NINAUT, 2007, p. 9).

Morato e Costa (2001, p. 63), corroboram mencionando que,

[...] a cooperativa é uma das formas avançadas de organização da sociedade civil, pois proporciona o desenvolvimento socio-econômico aos seus integrantes e a comunidade e resgata a cidadania por meio da participação, do exercício da democracia, da liberdade e autonomia.

As cooperativas contribuem para a geração de trabalho, para a inclusão social e econômica, para uma melhor distribuição de renda e também para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades onde estão inseridas. Assim, “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” são objetivos dos Institutos federais (IFSC, 2015a).

Esta ação de fortalecimento da atividade de fruticultura por meio da fundação da Coopema também condiz com o inciso VIII, do artigo 6º, da Lei nº 11.892/2008 que dispõem a finalidade dos Institutos Federais em “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” (BRASIL, 2008). No PDI do IFSC também menciona que: “há muitas possibilidades de criação de novas alternativas laborais com o apoio do IFSC, como o estímulo à criação de cooperativas e à formação de grupos de trabalhadores para o fortalecimento de suas atividades” (IFSC, 2015a).

Ainda tratando do cooperativismo, S1 relata que o IFSC-Urupema ofertou voltado ao cooperativismo e notamos na tabela relativa ao cursos ofertados que o Curo de Agente de Desenvolvimento Cooperativista foi realmente ofertado nos anos de 2013 e 2014 por meio do Pronatec e tiveram 19 e 24 matrículas, respectivamente, e segundo a fala de S1 a grande maioria dos alunos faziam parte do grupo que almejava a fundação da cooperativa, pois inicialmente eram em 53 pessoas.

No início ele propôs esse curso de cooperativismo mas o negócio é que muitos daqueles que estavam, que fizeram curso, saíram fora, então por isso nós temos 3 ou 4 só que ficou, daqueles que fizeram curso, mas o IFSC fez né, incentivaram, estão incentivando até hoje. A parte de frios né, tem o professor que é da parte de câmara fria, ele está sempre nos acompanhando e ainda no início eles cederam duas estagiarias para trabalhar meio período né eram estudantes que vieram fazer estágio (S1).

A fala do entrevistado demonstra que o IFSC-Urupema estimulou os produtores desde a capacitação com cursos, as ações de extensão para fundação da Coopema, a pesquisa para melhoria da produção e armazenamento e ainda a colaboração com alunos estagiando na cooperativa, proporcionando a troca de saberes. Assim, o fortalecimento da cooperativa

proporciona a geração e democratização da renda, favorecendo o desenvolvimento das comunidades de Urupema.

Neste viés de geração de renda, tanto S1 quanto S3, citam exemplos de novos produtos desenvolvidos por contribuição do IFSC- Urupema, dentre eles: suco de goiaba, pinhão embalado à vácuo, sidra, chips de maçã e S2 diz:

Tem uma comunidade que chama Farofa que na época da colheita da goiaba eles fazem a colheita e fazem o processamento no IFSC, daí eles fazem tipo um suco, engarrafam para poder vender para o litoral eles já tem um mercado certo. [...] se não tivesse o conhecimento do IFSC a gente não ia saber, o pessoal está aprendendo bastante coisa através deles, e os professores são bem qualificados.

Nesta fala podemos notar que o IFSC está auxiliando os produtores a expandirem seu negócio de vendas e também agregarem valor aos seus produtos, buscando alternativas inovadoras, o que proporciona um giro maior de mercadorias e consequentemente o aumento da circulação financeira no território. Sobre a importância das condições gerais de produção para concretizar a circulação da mercadoria, Lencioni (2007, p. 5) explica:

[...] os equipamentos que estão em conexão direta com o processo produtivo ao permitirem a circulação da mercadoria possibilitando sua realização no mercado, agregam valor à mercadoria, pois as transformam de mercadorias em potencial à mercadorias reais. E, por isso são os prioritários.

Assim, percebemos que além do conhecimento que é repassado sobre as técnicas e novas possibilidades laborais, ainda se oportuniza a pesquisa por meio da utilização dos equipamentos disponíveis no IFSC- Urupema, isso sobretudo diz respeito às inovações tecnológicas, que são premissas na atuação dos Institutos Federais. Assim como as ações de extensão, a pesquisa também é um importante espaço de interação do campus com as demandas produtivas do município, bem como de uma prática consolidada da formação profissional.

Outro destaque importante que S1 apresentou foi o resgate de frutas nativas, que segundo ele, professores do IFSC- Urupema promoveram olhares para as frutas que estão presentes no território, como exemplo da goiaba serrana e também foram em busca de algumas espécies como macieiras muito antigas. E cita a pesquisa realizada por dois professores dizendo que *“inclusive eles fizeram pesquisas das macieiras antigas trouxeram para nós, resgataram né, que a gente dizia antiga né, nativas, aquelas da época dos avós” (S1).*

Diante disso percebe-se que o principal resultado deste trabalho foi, em conjunto com os agricultores, resgatar e promover olhares para as frutas nativas, contribuindo para além de apenas consumir o que ainda existe, também plantar, produzir, processar, comercializar outras

frutas nativas, contribuindo para a superação da racionalidade do modelo hegemônico de agricultura e geração de indicativos para a construção de uma nova mentalidade na relação dos agricultores com o seu território.

Finalizando a entrevista foi perguntado se os entrevistados teriam alguma sugestão de melhoria ou demanda que gostariam de evidenciar, então S1 respondeu:

Olha no começo foi dado muito incentivo para pessoa se capacitar tanto na agricultura como em outros e agora o pessoal está pedindo, não sei se é sugestão ou alguma coisa assim, o que hoje em dia tudo é informática, mais a parte da tecnologia, então se viesse um curso assim, para segurar, porque todo mundo hoje em dia quer é sair do campo (S1).

Percebe-se que a preocupação de S1 encontra-se em conseguir a permanência dos sujeitos no território, evitar o êxodo rural, e ainda, durante a entrevista em outra resposta mencionou que a informática, a tecnologia auxilia no trabalho agropecuário, torna mais brando, e indica que cursos que contribuam com a evolução do trabalho rural, contribuirá não só com desenvolvimento da atividade como com a permanência no campo.

Demonstrando estar muito satisfeito com a atuação nos eixos trabalhados pelo IFSC-Urupema e não apresentando sugestões, no entanto S3 respondeu:

Esses cursos que tem aqui está bem na área, só que alguns pedem cursos diferentes porque não vai ter campo para todo mundo. Então se continuar os mesmos cursos não vai ter para todo mundo porque é um município pequeno e muitos irão fazer o curso e vão ter que sair fora. Até pra esse curso de alimentos eu sei de pessoas que vieram de São Paulo que irão fazer para trabalhar lá, pois lá tem um mercado de trabalho grande, então acontece isso, muitos vem, aprendem e voltam. Assim, como muitos irão ficar, só porque se continuar só os mesmos cursos vai chegar uma hora que não vai ter para todo mundo, não vai ter espaço, então eu acho que deveria ter mais alguns cursos (S3).

A fala do entrevistado evidencia a preocupação do IFSC- Urupema estar formando profissionais para fora do território, não trazendo desenvolvimento a médio e longo prazo, também apontou a preocupação com excesso de egressos em uma mesma área, justificando que esse fato poderá prejudicar a permanência da comunidade em seu território.

Encerrando a interpretação e análise dos entrevistados da sociedade civil organizada, podemos afirmar que segundo seus depoimentos, com apontamento de situações vivenciadas por eles e pela comunidade, em suas percepções o IFSC- Urupema contribui com o desenvolvimento territorial de Urupema.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento das políticas públicas, numa abordagem de desenvolvimento territorial, busca potencializar o desenvolvimento global por meio dos territórios, num contexto de descentralização e participação das comunidades locais, e nesta concepção os Institutos Federais estão inseridos em diversos territórios brasileiros, buscando incluir e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, promovendo a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico do seu território local.

É neste sentido que o presente estudo se propôs a compreender as contribuições do IFSC-Urupema para o desenvolvimento territorial do município em que está inserido, com o grande desafio de garantir um padrão de qualidade no ensino profissional e tecnológico para todos, em consonância com os arranjos produtivos, grupos sociais e manifestações culturais locais. A temática dessa investigação possibilitou a aproximação de conceitos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento territorial relacionado ao cenário da educação profissional. Investigar e refletir sobre o modelo de desenvolvimento vigente, demandou compreender as relações contraditórias que originam a desigualdade, refletindo na dominação, apropriação e exclusão que o modo de produção capitalista impõe a classe trabalhadora, e que de certo modo, se encontram velados no contexto pesquisado.

Nessa perspectiva, questionar e buscar respostas quanto a contribuição da atuação educacional de uma Instituição Federal de Educação Profissional para o desenvolvimento territorial de um município essencialmente rural/agrícola, localizado no interior do estado, num contexto social marcado por diferenças históricas, econômicas e culturais foi um processo desafiador. Assim, percebemos que a função social da educação profissional, diante das complexidades existentes na sociedade, exige um debate frente aos dilemas que estão e estiveram historicamente presentes, a fim de atuar buscando a consolidação de uma formação ética, de um desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico dos cidadãos do território em que está inserida.

Sabemos que processos educativos são complexos, diversos, específicos, por que eles somente existem entre seres humanos, exigem tempo, às vezes paciência e pressa, concomitantemente. Nem sempre são mensuráveis ou quantificáveis, embora há uma tendência de vê-los como “produto”. Os entrevistados, ao nosso ver, apresentam percepções otimistas, apontam ações socioeducativas promissoras, o exemplo da cooperativa pode ser considerado fato notável por estar no campo da organização socioeconômica. Mas, educação não pode ser estritamente profissional. Por isto, apresentamos uma interrogação de natureza subjetiva aos

entrevistados, principalmente aos gestores. Quais os impactos da atuação do IFSC na mudança das consciências, da visão de mundo, do modo de produção, das relações de produção, ou seja, da formação em economia política, da cultura dos sujeitos envolvidos em suas ações? Os destinatários da atuação educacional do IFSC-Urupema, para além da formação profissional, tem se construído como agentes de transformação social, como o quer seu Projeto Político Institucional?

Diante das especificidades do território urupemense, em sua maioria essencialmente rural é fundamental manter o direcionamento identitário em relação ao agrário, e o IFSC-Urupema na percepção dos entrevistados está seguindo esse direcionamento, além de estar mantendo a interação das áreas tecnológicas, tendo o campo e a agricultura familiar, sobretudo, como elemento transversal dessa conexão. Para além das percepções dos entrevistados, foi importante a comparação com os dados do ensino, pesquisa e extensão obtidos por meio dos sistemas e documentos internos do IFSC-Urupema, pois pudemos traçar algumas ponderações importantes que nos permitiram ter visões contraditórias das mencionadas nas entrevistas.

Assim, notamos que foi a partir de sua institucionalização, que se reconheceu a necessidade da abertura de seu espaço educacional para o atendimento aos jovens e adultos, em diversos níveis e modalidades de ensino, articulando parcerias com instituições públicas e privadas, favorecendo o desenvolvimento do território, e consequentemente, oportunizando a formação e qualificação dos cidadãos com vistas à inserção no mundo do trabalho. No entanto, seus dados de ensino, pesquisa e extensão, ao mesmo tempo que incentivam o desenvolvimento do território, apresentam discretas atuações autônomas nas áreas profissionalizantes dos cursos ofertados.

A análise dos resultados revelou o fato de um significativo número de pessoas estarem vindo de fora do território para estudarem ali, proporcionando aumento na economia, novas construções, inserção de novas culturas, mas como reflexo percebemos que segundo os entrevistados, a grande maioria dessas pessoas não permanecem ali após a conclusão dos cursos. Este é um fator que traz à tona uma inquietação: o IFSC está realmente proporcionando o desenvolvimento territorial para além de uma estreita relação entre a formação e a necessidade empresarial?

No decorrer das entrevistas foi possível perceber, que todos os entrevistados, independente da representação, apontam para a responsabilidade da atuação educacional do IFSC – Urupema com o espaço local, numa busca de desenvolvimento territorial. Embora não questionem a lógica do *modus operandi* do sistema do capital, procuram demonstrar que as

práticas educacionais são dinamizadas na perspectiva de ações transformadoras e emancipadoras.

Ainda analisando os dados recolhidos em campo, nesta pesquisa, nos permitiu reconhecer o importante papel que o IFSC-Urupema está desempenhando enquanto sistema de ensino público e gratuito na oferta de educação profissional e tecnológica, mas no que diz respeito ao papel cominado aos Institutos Federais de desenvolver o território em que está instalado, é possível notar que existe uma divergência e talvez lacuna nesse discurso, tendo em vista que a educação por si só não propicia o desenvolvimento. O desenvolvimento, envolve um arcabouço que vai além da formação para o mercado, tendo em vista os arranjos produtivos locais, é necessário ultrapassar as barreiras e condições impostas pelo modo de produção capitalista, que é baseado e sustentado na desigualdade, na exploração de poucos homens sobre muitos, superando esse sistema econômico brutal.

A pesquisa revelou discursos e práticas contraditórias no que tange a concepção de educação transformadora e emancipadora, valorização dos arranjos produtivos locais e o papel do IFSC-Urupema contribuindo para o desenvolvimento territorial. Outrossim, afirmou a relevância da sua atuação educacional expressa no ensino, em atividades de pesquisa e extensão, além do acolhimento, inclusão e cooperação vivenciados pela população local. Nesta visão, a realidade encontra-se em movimento constante, no qual as partes se conectam com o todo, constituindo uma totalidade na qual a contradição se constitui a dinâmica das transformações. Neste contexto, torna-se fundamental, avançar para além das aparências do fenômeno onde encontra-se sua essência.

Nesta perspectiva a dissertação propõe que na percepção dos gestores do IFSC-Urupema, dos gestores municipais e dos representantes da sociedade civil organizada, o IFSC-Urupema por seus valores e finalidades designadas e às suas ações serem concernentes à identidade socioeconômica local, está contribuindo para o desenvolvimento daquele território. Entretanto, fazendo um movimento dialético, nos propondo a compreender a “coisa em si”, é possível perceber o caráter pragmático de execução dessas política educacional que traz velada as suas ações, uma educação fragilizada em relação ao verdadeiro desenvolvimento territorial, aquele que não se atém a ser utilitário de um sistema econômico e é pensado como um corolário indispensável no fomento e consolidação de uma educação para além do capital.

Espera-se que esta investigação contribua para o aperfeiçoamento da missão do IFSC, câmpus de Urupema, o cumprimento de seu Projeto Político Institucional, convergindo-o para as necessidades e interesses da população destinatária e se constitua em um centro dinamizador da educação humana e profissional voltado para o desenvolvimento do território.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. abr./jun. 2000, p. 379-397, 2000.

AGUIAR, Luiz Edmundo Vargas de; PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como política pública. In: ANJOS, Maylta Brandão dos; RÔÇAS, Giselle (org.). **As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. 1 ed. Natal: IFRN, 2017. p.13-35. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1510/SE%CC%81RIE%20REFLEXO%C%83ES%20NA%20EDUCAC%CC%A7A%CC%83O%20-%20v%201.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 20 out. 2019.

ALVES, Adriana Melo; NETO, João Mendes da Rocha. A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 1, n. 2, p. 311 a 338, julho/dezembro 2014. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/sumario_ant.php?id=MTQ=>. Acesso em: 27 mar. 2019.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 14, p. 35-74, jan./jul. 1996. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129/131> >. Acesso em: 27 mar. 2019.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ATLAS BRASIL. **Perfil Município de Urupema-SC**, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/urupema_sc#educacao>. Acesso em 26 abr. 2019.

Bispo, Fabiana Carvalho da Silva. Formação Profissional e cidadania: A contribuição do PRONATEC. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2015,12.,2015, Resende. Anais... Resende: AEDB, 2015. p.1-16.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 abr. 2018.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 set. 2018.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 2008 a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 21 set. 2018.

_____. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 19 jun. 2018.

_____. **Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 15 maio 2019.

_____. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2019.

_____. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-018/2017/Decreto/D9235.htm#art107>. Acesso em: 15 maio 2019.

_____. **Livro do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).** 2008 b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2018.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (**PROEJA**). Documento Base, Brasília (DF): MEC, 2007.

CALDART, Roseli Salete. **Escola e Relações de Produção.** 1989. Resumo do livro: ENGUITA, Mariano Fernández. Trabajo, Escuela e Ideologia. Marx y La crítica de La educación. Madri: Akal, 1985.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n3-4/a19v1734.pdf>> Acesso em: 15 maio 2019.

CASAGRANDE, Jacir Leonir. et al. Empoderamento no Programa “Mulheres Sim” do Ifsc. RPCA, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 30-50, jul./set. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/pca/article/view/12606>>. Acesso em 07 jan. 2020.

CEFET-SC. Boletim Digital nº 207. **Lançamento de novas Unidades do CEFET-SC.** 2007. Disponível em: <https://educacaoprofissional10anosgloriosos.files.wordpress.com/2015/09/boletim-sobre-expansc3a3o-do-cefet-sc.pdf> Acesso em: 13 mar. 2019.

CONIF. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal Científica e Tecnológica. **Institutos Federais: 5 anos de singulares Territórios de Esperanças.** Brasília. 2013.

CORDEIRO, A. M. Rochette; ALCOFORADO, Luís; FERREIRA, A. Gomes. **Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável**. In: Livro de Resumos do I Congresso Internacional. 1. ed. Coimbra: Departamento de Geografia -FLUC, 2014.

CORDEIRO, António Manuel Rochette et al. Desenvolvimento e educação. O planeamento estratégico integrado como fator de transformação societal de um território. O caso do município da Lousã (Portugal). **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 9, supl. 1, p. 271-285, Out. 2017. Disponível em:

< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692017000400271&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 02 abr. 2019.

CORSETTI, BERENICE; VIEIRA, LÚCIO OLÍMPIO DE CARVALHO. Políticas públicas para a educação profissional técnica de nível médio (1996-2013). **Revista Brasileira de política e Administração da educação - RBPAE** – Campinas, v. 31, n. 2, p. 371 – 390, mai./ago. 2015

COSTA, Fábio Luciano Oliveira. O estado neoliberal e a promulgação da educação enquanto mercadoria. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos (SP), v. 6, n. 2, p. 413-426, Nov. 2012. Disponível em< <http://www.reveduc.ufscar.br>> Acesso em: 08 Ago. 2018.

DIAS, Gabriel Max de Oliveira; AGUIAR, Lúgia Maria Brochado de; PEREIRA, Filipe César. Apontamentos sobre o território e o desenvolvimento territorial. In: JORNADA CIENTÍFICA DA GEOGRAFIA, 4, 2016, Alfenas. **Anais da 4ª Jornada Científica da Geografia**. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2016. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/4jornadageo/system/files/anexos/gabriel158_163.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.

DOTI, Marcelo Micke. Onde começa a EPT. In: FREIRE, Emerson; VERONA, Juliana Augusta; BATISTA, Sueli Soares dos Santos (Org.). **Educação profissional e tecnológica: extensão e cultura**. 1 ed. Jundiaí: Paco, 2018. p. 56-77.

DOWBOR, Ladislau. Educação e apropriação da realidade local. **Estudos Avançados**, v.21, n. 60, p. 75-90, Ago 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200006&lang=pt> Acesso em: 04 abr. 2019.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **O que é realidade**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. A pesquisas denominadas o estado da arte. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol.23, n.79, p.257-272, Agosto. 2002. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>> Acessado em 11 abr. 2019.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**. Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'Água, 1997.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura)

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007
Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acessado em 11 abr. 2019

_____. Educação Omnilateral. In: CALDART, R. S. et. al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 267-273.

_____.; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. In: Unesco: International Handbook of Education for Changing World of Work. Bonn: Univoc, 2009. p. 1307-1319. (Coletânea organizada pelo Centro Internacional de Educação Técnica e Profissional, com o patrocínio da Unesco. Berlim, 2005). Disponível em:
<http://redeescoladegoverno.rs.gov.br/upload/1392219264_Educa%c3%a7%c3%a3o%20Profissional%20e%20Desenvolvimento.pdf> Acesso em: 04 abr. 2019.

_____. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, R.; PEREIRA, I. ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 21, n.1, p. 19-29, 2017.

GAIO, Amarildo Luiz. **Urupema presta bela homenagem a quem foi responsável pela vinda do IFSC**. Entrevista concedida a Loreno Siega. 2015. Disponível em:<<http://portal.revistavisao.com.br/post/22505/urupema-presta-bela-homenagem-a-quem-foi-responsavel-pela-vinda-do-ifsc/>> Acesso em: 12 mar. 2019.

GOMES, Valdemarin Coelho. O ajuste das políticas educacionais às determinações do capital em crise. In: Trabalho, educação e formação humana frente a necessidade histórica da revolução. Orgs: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano A. L & JIMENEZ, Susana. São Paulo –SP: Instituto Lukács, 2012.

GÓMEZ, Jorge Montenegro. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 3, n.1, p.1-13, 2002.

_____. **Desenvolvimento em (des) construção. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores**. 2005. Disponível em:

_____. Portal IFSC. **Notícia Aberta**. IFSC recebe repasse de R\$ 1,5 milhão para investimento em cursos Proeja, 2019. Disponível em:
< <https://www.ifsc.edu.br/noticia/1820382/ifsc-recebe-repasse-de-r-15-milh%C3%A3o-para-investimento-em-cursos-proeja> > Acesso em: 20 dez. 2019.

JANTSCH, Ari Paulo; AZEVEDO, Luiz Alberto de. Por uma educação profissional de tecnólogos a partir dos conceitos de omnilateralidade e politecnia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 11, n. 44, p. 18-31, dez. 2011. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639975/7535>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

KUENZER, Acácia Z. Exclusão Includente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (orgs.). **Capitalismo, Educação e Trabalho**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

KUENZER, Acacia Zeneida. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 877-910, out. 2006 Disponível em:
< <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a12v2796.pdf> > Acesso em: 06 ago. 2018.

LENCIONI, Sandra. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. **Anais...** Porto Alegre, 2007. Disponível em:
<<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/lencioni.htm>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 19 ed. São Paulo: . Edições Loyola, 2003.

LISBOA, Antônio Rodrigues. **Memórias de um século**. Lages, SC: M. L. da Costa. 1991.

LOCKS, Geraldo Augusto. Uma análise antropológica da formação social e do desenvolvimento socioeconômico de Lages e da Serra Catarinense. In: YAMAGUCHI, Cristina Keiko; TURRA, Neide Catarina; STRASSER, Andréia Teresinha Borges (Org.). **Visão contemporânea e sustentável da Serra Catarinense**. Lages, SC: Uniplac, 2016

LOMBARDI, José C. Educação, ensino e formação profissional em Marx e Engels. In: _____; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 1-38.

MACEDO, Pedro Clei Sanches. **Educação profissional e desenvolvimento territorial: a implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**. 2014. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Seropédica, 2014.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: FERRETI, Celso (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1991.

MANACORDA, M. A. L. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

MANFREDI, Silvia M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANFREDI, Silvia M. **Educação profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MATOS, M. A.; NINAUT, E. S. **O Cooperativismo Frente às Perspectivas Econômicas: Organização das Cooperativas Brasileiras**. INFOTEC: Informativo Técnico do Sistema OCB. n. 02, p. 9, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 set. 2018.

_____. Plataforma Nilo Peçanha 2018. **Dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html>. Acesso em: 27 abr. 2019.

_____. Plataforma Nilo Peçanha 2019. **Dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>. Acesso em: 27 abr. 2019.

MORAIS, Márcio Aurélio Carvalho de. **A importância da educação profissional na modalidade de educação a distância para o desenvolvimento territorial**. 2015.125f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

MORATO, A. F.; COSTA, A. **Avaliação e Estratégia na Formação Educacional Cooperativista**. Unimed In: Cooperativismo na Era da Globalização. Goiânia: UNIMED: Federação dos Estados de Goiás e Tocantins, 2001.

OLIVEIRA, DALILA ANDRADE. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBPAE**, Recife, v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009.

OLIVEIRA, Cyntia Sandes. LÚCIO, Magda de Lima. A polissemia do conceito de desenvolvimento no seio da formulação estratégica nacional sobre ciência, tecnologia e inovação. **Guaju**, Matinhos, v.2, n.2, p. 26-58, jul./dez. 2016.

PACHECO, E., **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf. Acesso em: 23 set. 2018.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia. O Território do Desenvolvimento e o Desenvolvimento dos Territórios: o Novo Rosto do Desenvolvimento no Brasil e na Colômbia. 2007. 302f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2007.

PIMENTA, Carlos. **Globalização e Desenvolvimento: Realidade, Possibilidade ou Miragem?**. In e-Working Papers CEAUP. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. 2007. Disponível em: < <http://www.africanos.eu> >. Acesso em: 17 abr. 2019.

PIRES, E.; MÜLLER, G.; VERDI, A. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. In: Geografia Associação de Geografia Teorética, Rio Claro-SP, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA 2030. PDSC 2030. Governo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

Disponível em:

<<http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/plano-catarinense-de-desenvolvimento/1162-plano-sc-2030-versao-final/file>>. Acesso em: 23 set. 2018.

RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.2, p. 113-128, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v28n2/a09v28n2.pdf> > Acesso em: 06 ago. 2018.

RÜCKERT, A. A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. In: I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, 2004, Canoas. Porto Alegre; Canoas: Programa de Pós-Graduação em Geografia-Ufrgs; Curso de Geografia, Ulbra, 2004.

SAIKALY, Fatina; KRUCKEN, Lia. **Cadernos de Estudos Avançados em Design: identidade**. Barbacena: Universidade do Estado de Minas Gerais, 2010.

SANTA CATARINA. **Programa de desenvolvimento e redução das desigualdades regionais: crescendo juntos**. Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/programa-de-desenvolvimento-e-reducao-das-desigualdades-regionais/787--106/file> Acesso em: 12 mar. 2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 4ª. Ed. 2ª. Reimpressão. São Paulo. 2006.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a concepção de politécnica**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SILVA, Adriana Murara. **Educação e turismo de base comunitária para o desenvolvimento territorial sustentável em Urupema, SC**. 2018. 1236 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2018.

SILVA, Jesué Graciliano. A expansão, interiorização e implantação dos Institutos Federais. **Blog Ética e Gestão nos Institutos Federais**. Florianópolis, 03 dez. 2014. Disponível em: <

<https://eticaegestao.ifsc.edu.br/files/Apresenta%3%a7%c3%a3o-Expans%3%a3o-interiorizacao-e-implanta%3%a7%c3%a3o-dos-institutos-federais1.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. **A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas implicações socioespaciais no estado de Santa Catarina.** 2017.386 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SILVA, Laura Fabiana da. **Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o desenvolvimento do território:** uma análise da política de educação profissional e as suas contribuições para o município de barreiros. 2015. 202 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SLOW FOOD BRASIL (Brasil) (Ed.). **Produtos do Brasil na Arca do Gosto:** Mel de Melato de Bracatinga. 2016. Disponível em: <<https://www.slowfoodbrasil.com/arca-do-gosto/produtos-do-brasil/1156-mel-de-melato-de-bracatinga>>. Acesso em: 20 out. 2020.

SOUZA, Herbert de. Democracia e cidadania. In: RODRIGUES, C. (Org.). **Democracia:** cinco princípios e um fim. São Paulo: Moderna, 1996.

SOUZA, Heron Ferreira. Política de Educação Profissional e Tecnológica e Desenvolvimento Territorial: análise do Instituto Federal Baiano no contexto do Seminário da Bahia, Brasil. 2015. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso:** da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; e, CORRÊA, Roberto L. **Geografia:** Conceitos e Temas. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SOUZA, Mauro Sergio Pinheiro dos Santos de. **Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como vetores para o desenvolvimento territorial no estado do Rio de Janeiro.** 2016. 235 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

TIZZOTTI, Catarine Palmieri Pitangui; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; BARBOSA, Agnaldo de Sousa. Arranjos produtivos locais: uma análise baseada na participação das organizações locais para o desenvolvimento. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 26, n. 2, p.1-14, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2019000200221#B026>. Acesso em: 05 jan. 2020.

TORRES, Carlos Alberto. **Teoria crítica e sociologia política da educação.** Trad. M. J. A. Ferreira. São Paulo: Cortez Editora: Instituto Paulo Freire, 2003, 320p

TREVISAN, Gilka Cristina. **A noção de competências na educação profissional:** o processo de ensino nos cursos de aprendizagem industrial da unidade do Senai de Campo Grande-MS. 2009. 270 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS; Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE (Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “IFSC- Urupema, (SC) e o desenvolvimento territorial: uma análise de sua atuação educacional. O objetivo desta investigação é compreender as contribuições das ações pedagógicas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina câmpus do município de Urupema, Estado de Santa Catarina, (IFSC- Urupema), no que tange ao desenvolvimento territorial. Para realizar o estudo será necessário que se disponibilize a participar de uma entrevista semi-estruturada previamente agendadas a sua conveniência. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para identificar as percepções dos atores protagonistas do desenvolvimento do território frente as contribuições do IFSC numa perspectiva de compromisso com a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, superando visões reducionistas e concretizando um projeto de desenvolvimento viável para sociedade desse território. **De acordo com a resolução 466/2012** “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados”. A sua participação terá risco mínimo, podendo ocorrer constrangimento, desconforto ou mal estar, e se estes ocorrerem serão solucionados/minimizados através de encaminhamento para o serviço de Psicologia da Universidade localizado no Centro de Ciências de Saúde da Universidade, através do telefone (49) 3251-1084, de forma gratuita, inclusive o deslocamento, caso necessário, será responsabilidade do pesquisador responsável. Em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual receberá uma cópia.

Os benefícios da pesquisa são a possibilidade dos gestores participarem de uma pesquisa acadêmica na qual são protagonistas; ao serem questionados “sobre seu conhecimento das ações do IFSC- Urupema que contribuem para o desenvolvimento territorial” poderão fazer autocritica de suas práticas administrativas; oferecer contribuições para o aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFSC; oferecer contribuições para o direcionamento das atividades educativas favoráveis ao desenvolvimento territorial. Ainda temos o possível benefício de esclarecer aos gestores municipais a importância de sua participação, como membros externos, no Colegiado do Câmpus.

Você terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: (49) 99999-1573, ou pelo endereço Rua Julio Rodrigues da Costa, 90, apto 34, bairro Brusque, Lages/SC. Se necessário também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense UNIPLAC, Av. Castelo Branco, 170, bloco 1, sala 1226, Lages SC, (49) 32511086, email: cep@uniplaclages.edu.br. Desde já agradecemos!

Eu _____, CPF _____ declaro que após ter sido esclarecido (a) pelo(a) pesquisador(a), lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa.

(nome e assinatura do sujeito da pesquisa e/ou responsável legal)

Lages, _____ de _____ de _____

Responsável pelo projeto: Thais Esteves Ramos Fontana

Endereço para contato: Rua Júlio Rodrigues da Costa, 90, apto 34, Lages – SC

Telefone para contato: (49) 99999-1573

E-mail: thsidrfontana@gmail.com

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA - GESTORES DO PODER PÚBLICO

Data e horário de realização da entrevista: _____

Bloco 1: do perfil

- 1) Município: _____
- 2) Gênero: () masculino () feminino () outro
- 3) Idade: _____
- 4) Função de gestão exercida no município:
 - () Secretário(a) Municipal da Educação
 - () Secretário(a) Municipal da Agricultura
- 5) Qual seu nível de escolarização?
- 6) Há quanto tempo você atua na gestão?

Bloco 2: Perguntas Abertas – Das percepções avaliativas

- 7) O Senhor (a) percebeu alguma contribuição em relação ao desenvolvimento de seu município ou região relacionada as atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFSC-Urupema desde sua implantação? Quais?
- 8) Já firmou alguma parceria com o IFSC- Urupema? Poderia relatar?
- 9) O Colegiado do Câmpus é um órgão normativo e deliberativo, que visa assessorar o Diretor-Geral com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela correta execução das políticas do IFSC. Em conformidade com o art. 3º do regulamento do Colegiado do Câmpus, que trata de sua composição, você tem ciência de que é possível a sua participação como representante da comunidade externa, neste Colegiado? Você já foi membro? Como foi sua participação? (Caso não tenha sido membro) Você teria disposição para participar? Por que?
- 10) Como Senhor (a) avalia a atuação do IFSC- Urupema para seu município? Teria alguma sugestão para melhoria de atuação a nível de ensino (Ex.cursos), pesquisa e extensão(ações envolvendo a comunidade)?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA - GESTOR IFSC-URUPEMA

Data e horário de realização da entrevista: _____

Bloco 1: do perfil

- 1) Gênero: () masculino () feminino () outro
- 2) Idade: _____
- 3) Qual seu nível de escolarização?
- 4) Há quanto tempo você é servidor do IFSC?
- 5) Função exercida no IFSC atualmente: _____
- 6) Função exercida no IFSC no período de implantação do Câmpus Urupema?
- 7) Há quanto tempo você está na gestão?

Bloco 2: Perguntas Abertas – Das percepções avaliativas

- 8) Na sua percepção, o câmpus Urupema tem contribuído para o desenvolvimento do município? Da região de sua atuação? De que forma?
- 9) Em sua opinião os cursos ofertados, atendem às necessidades locais / regionais?
- 10) Em relação às propostas dos cursos, dos projetos de pesquisa e de extensão, quais critérios são utilizados para o estabelecimento da demanda e como se inserem regionalmente?
- 11) Existem atividades de pesquisa e extensão sendo desenvolvidas pelo câmpus com o objetivo de contribuir para a solução de demandas regionais? Se sim, quais são? E quais os resultados esperados? Quais resultados já obtidos?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA – SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Data e horário de realização da entrevista: _____

Bloco 1: do perfil

- 1) Gênero: (☐) masculino(☐) feminino (☐) outro
- 2) Idade:_____
- 3) Qual seu nível de escolarização?
- 4) Há quanto tempo está nessa função?
- 5) Função exercida:_____

Bloco 2: Perguntas Abertas- Das percepções avaliativas

- 6) O Senhor (a) conhece o IFSC- Urupema, já visitou ou participou de alguma atividade desenvolvida pela Instituição?
- 7) Membros de sua organização (STR, Associação, etc.) participam ou já participaram de algum curso ou atividade oferecida pelo IFSC?
- 8) Na sua percepção o IFSC- Urupema está contribuindo para o desenvolvimento do município ou a região? De que forma? Já contribuiu com alguma ação?
- 9) Como Senhor (a) avalia a atuação do IFSC- Urupema para seu município? Diante de ser um representante da comunidade, teria alguma sugestão para melhoria ou demanda necessária referente as atividades do IFSC- Urupema a nível de ensino (Ex.cursos), pesquisa e extensão (ações envolvendo a comunidade)?

**APÊNDICE E - TABELA DE PROJETOS DE PESQUISA DESENVOLVIDOS NO
IFSC-URUPEMA DO ANO DE 2011 AO ANO DE 2018**

(continua)

Projetos de Pesquisa Executados em 2011	Nº de bolsistas
Desenvolvimento de inoculante biológico microbiano promotor de crescimento para cultura do morangueiro.	1
Estudo da dinâmica econômica da Serra Catarinense.	0
A gastronomia a favor do desenvolvimento do turismo: uma análise dos serviços oferecidos no município de Urupema.	0
Estudo da viabilidade da utilização da gila (<i>Cucurbita ficifolia</i>) para a produção de vinagre.	0
Estudo da aplicabilidade da meta-análise para agroindústrias de pequeno e médio porte.	0
Avaliação do sistema de compostagem de resíduos sólidos urbanos de Urupema/SC.	0
O perfil do docente da educação profissional do Instituto Federal de Santa Catarina na região serrana do Estado.	0
Seleção de bactérias promotoras de crescimento em morangueiro.	0
Efeito de indutor de resistência sobre mofo cinzento em pré e pós colheita de morango.	0
Seleção de Rizobactérias promotoras de crescimento em Bracatinga (<i>Mimosa scabrella</i>).	0
Projetos de Pesquisa Executados em 2012	Nº de bolsistas
Modelagem matemática dos processos de combustão.	0
Desenvolvimento de novos produtos a partir do pinhão – valorização de matérias-primas da Serra Catarinense.	0
Bases moleculares de relação estrutura-função de mutantes do receptor de Ecdisona estudadas por simulação computacional: levantamento bibliográfico.	0
Produção de conserva de pinhão (<i>Araucaria angustifolia</i>) com diferentes meios de acidificação.	0
Efeito de Indutor de Resistência sobre <i>Botrytis cinerea</i> em pré e pós-colheita de morango.	0
Implantação de roteiro turístico em Urupema/SC.	0

(continua)

Populações nativas de uvaia (<i>Eugenia pyriformis</i>) e seu potencial para a produção.	3
Utilização da Gila (<i>Curcubita ficifolia</i>) e mel de abelhas (<i>Apis mellifera</i>) para a produção de fermentado acético.	1
Avaliação das Características Físicas, Químicas e Sensoriais de Conserva de Pinhão (<i>Araucaria angustifolia</i>).	1
Ocorrência de uvaia no planalto serrano catarinense.	1
Diversidade morfológica de rizobactérias simbiotes em Bracatinga (<i>Mimosa scabrella</i>) no estado de Santa Catarina.	1
Bases Moleculares da Relação Estrutura-Função do Receptor de Ecdisona Estudadas por Dinâmica Molecular.	0
Bases Moleculares da Relação Estrutura-Função do Receptor de Ecdisona Estudadas por Dinâmica Molecular.	0
De que forma a computação pode ajudar nas pesquisas realizadas no Campus Urupema?	0
Aspectos Vegetativos e Produtivos de Cultivares Copa de Pereira Europeia e Portaenxertos de Marmeleiros.	0
Projetos de Pesquisa Executados em 2013	Nº de bolsistas
Inserção e mobilidade profissional dos egressos dos cursos de Formação Inicial e Continuada do IFSC Campus Urupema.	2
Caderno de Campo Digital.	0
Preservação dos saberes e fazeres da gastronomia tradicional de Urupema.	0
Agroecologia e saúde ambiental.	0
Núcleo de estudo em agroecologia e agroecologia e agrobiodiversidade do Planalto Catarinense – NEEA.	1
Núcleo de estudo em agroecologia e agrobiodiversidade do planalto catarinense – NEEAPLAC.	1
Desenvolvimento de barra de cereais formulada com farinha de pinhão (<i>Araucaria angustifolia</i>).	1
Eficiência Simbiótica de Rizobactérias Isoladas de Nódulos de Bracatinga (<i>Mimosa scabrella</i> Benth.) no estado de Santa Catarina.	1
Seleção de rizóbios promotores de crescimento em Gramíneas forrageiras.	1
Caderno de Campo Digital.	1
Dormência de sementes e potencial para produção e processamento em populações nativas de uvaia <i>Eugenia pyriformis</i> .	3

(continua)

Otimização do processo de fabricação de barra de cereais formulada pinhão (<i>Araucaria angustifolia</i>).	0
Projetos de Pesquisa Executados em 2014	Nº de bolsistas
Hospitalidade e turismo sob a ótica das relações de acolhimento: um estudo de revisão de literatura.	0
Produtos da biodiversidade e agricultura familiar da região de Urupema e sua utilização nos preparos culinários dos estabelecimentos A&B local.	0
Sistema de avaliação postural para auxílio na tomada de decisão clínica.	0
Prospecção de novas fontes vegetais de proteínas anticongelantes e sua aplicação no congelamento de frutas.	0
Efeito da incisão anelar e corte de tronco no vigor e produtividade de macieiras cv. imperial gala na região do planalto catarinense.	3
Bioprospecção de rizóbios promotores de crescimento em aveia.	2
Química no gelo: prospecção de novas fontes vegetais de proteínas anticongelantes para uso como aditivos em alimentos.	1
Fenologia e características pós-colheita de populações de uvaia no planalto serrano.	2
Desenvolvimento de tecnologias para coletar dados meteorológicos visando implementar técnicas voltadas à agricultura sustentável e de precisão.	1
Novas fontes vegetais de proteínas anticongelantes para uso como aditivo em alimentos e sua aplicação no congelamento de frutas.	0
Biotecnologia aplicada na produção de Bracatinga (<i>Mimosa scabrella</i>).	1
Ampliação de infraestrutura do viveiro de mudas frutíferas do Câmpus Urupema.	0
Aproveitamento e agregação de valor a matérias-primas vegetais produzidas em Urupema/SC dentro das aulas práticas do Curso Técnico em Agroindústria.	0
Fabricação de Produtos fermentados nas disciplinas de Tecnologia de fermentações e biotecnologia e Tecnologias de leites e derivados.	0
Livros didático-pedagógicos para o aprimoramento técnico e científico de docentes e estudantes do curso superior de viticultura e enologia.	0
Técnicas de produção da uva, elaboração, degustação e harmonização de vinhos finos de região de altitude.	0
Lista da flora do Brasil – Miconia Ruiz & Pav (Melastomataceae).	0
A planilha eletrônica e a matemática do ensino fundamental.	0

(continua)

Desenvolvimento de módulos microcontrolados para um sistema telemétrico.	0
Projetos de Pesquisa Executados em 2015	Nº de bolsistas
Degustação e harmonização de vinhos finos de região de altitude com comida típica serrana.	2
Processos de aprendizagem no curso técnico em Fruticultura.	2
Levantamento da demanda relacionada à formação profissional e do perfil das pessoas envolvidas com o turismo e hospitalidade na área de abrangência do IFSC-Urupema/SC.	0
Discursos conceituais acerca dos fenômenos da hospitalidade e do turismo na comunidade de Urupema/SC.	0
Fotoinserção de albumina em carvão ativado modificado.	0
Aplicativo móvel para divulgação de vinhos produzidos na serra catarinense.	0
A planilha eletrônica e a Matemática do Ensino Fundamental.	0
Desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para controle de vigor e aumento da produtividade em pomares de macieira na região Sul do Brasil.	0
Levantamento Bibliográfico sobre o Ensino/Aprendizado do Turismo no Meio Rural.	0
Fotoinserção de Tirossina em carvão ativado modificado.	0
Uso da internet e das redes sociais no Ensino da Língua Portuguesa.	0
Quádricas: uma abordagem aprofundada sobre as superfícies no espaço tridimensional.	0
Atmosfera controlada dinâmica na conservação da qualidade pós colheita de maçãs “Royal Gala” tratadas com boro e ácido naftaleno acético.	0
Tecnologias de conservação pós-colheita de frutas típicas de clima temperado.	0
Adoção de Práticas de green Supply chain management sob a ótica da teoria institucional: uma survey no setor de agroquímicos.	0
Destilando conhecimento.	0
Fabricação de cervejas compostas com frutas nativas nos cursos técnico em fruticultura, FIC – Produtor de bebidas alcoólicas e FIC Processamento de Frutas.	2

(continua)

Concentrado protéico do soro de leite obtido por nanofiltração: aplicação em queijo ricota e utiliza.	0
Elaboração e análise sensorial de iogurte tipo grego elaborado com doces de frutas típicos do Oeste.	2
Projetos de Pesquisa Executados em 2016	Nº de bolsistas
Elaboração de fermentado de goiaba serrana (<i>Acca sellowiana</i>): uma alternativa ao excedente de produção.	0
Ecologia de epífitos vasculares na Floresta Ombrófila Mista.	0
Evolução dos ácidos orgânicos durante a maturação da uva na planta e durante processo de desidratação em ambiente controlado.	0
Ácidos orgânicos da uva e do vinho – Revisão Bibliográfica.	0
Pesquisa bibliográfica para elaboração de cerveja produzida com pinhão e apelo “Glúten Free”.	0
Visão Computacional Aplicada à Fruticultura.	0
Avaliação do potencial produtivo de espécies frutíferas em Urupema, SC.	2
Avaliação parasitológica e microbiológica de água e vegetais da cidade de Urupema, SC, durante a disciplina de Microscopia de Alimentos.	0
Fabricação e avaliação descritiva de iogurte grego sabor vinho na disciplina de Análise Sensorial 1 e curso FIC- Processamento de leites e derivados.	2
Produção e caracterização do 1º vinho do IFSC-Urupema.	0
Pesquisa Bibliográfica para Utilização da Casca do Pinhão como Adsorvente.	0
Secções cónicas: uma abordagem analítica.	0
Diversidade de leveduras nativas em solos de floresta de Araucária.	0
Aspectos ecológicos de <i>Acca sellowiana</i> em áreas de altitude.	0
Aplicação de silício em pré e pós-colheita para controle de Podridões de maçã Gala durante armazenamento.	0
Pesquisa bibliográfica para a elaboração de um teste de compreensão de provérbios.	0
Levantamento bibliográfico sobre turismo de base comunitária e turismo de agricultura familiar.	0

(continua)

Métodos alternativos para controle de doenças fúngicas de uvas viníferas em regiões de altitude do planalto catarinense	2
Ácidos orgânicos da uva e do vinho: efeito do processo de desidratação em ambiente controlado e validação de método analítico	2
Otimização do processo de fabricação de cerveja de uvaia (<i>Eugenia pyriformis</i>) Cambess por meio de análise sensorial	2
Caracterização de frutos e sementes de <i>Acca sellowiana</i> O. Berg: Fundamentos para uso e manejo.	2
Fabricação de cerveja “gluten free” partir de malte de pinhão (<i>Araucaria angustifolia</i>)	2
Percepção dos agentes locais sobre o cenário do desenvolvimento do turismo em Urupema-SC	0
Efeito de fitoreguladores na maturação e qualidade de uvas “Cabernet Sauvignon” em regiões de altitude elevada	0
Avaliação do perfil sensorial do 1º vinho do IFSC-Urupema através de análise descritiva quantitativa	2
Avaliação do potencial produtivo de espécies frutíferas e propagação de mudas no IFSC Urupema	2
Propagação vegetativa de plantas frutíferas de clima temperado	2
Produção de um adsorvente através da casca do pinhão	2
Desenvolvimento de um sistema eletrônico de medição com Infravermelho	0
Projetos de Pesquisa Executados em 2017	Nº de bolsistas
Utilização do ozônio na fruticultura de clima temperado.	0
Farinha de resíduos de <i>Physalis peruviana</i> : propriedades tecnológicas e aplicações.	0
Desenvolvimento inicial de <i>Mimosa scabrella</i> Benth, submetidas a níveis de comparação de déficit hídrico.	0
Caracterização físico-química e avaliação de compostos voláteis de espumante natural de goiaba serrana.	0
Extração e caracterização de pectina da goiaba serrana.	0
Emprego de diferentes agentes enológicos para clarificação de vinho branco.	1
Enografia na prática.	1
Aplicação de silício em pré e pós-colheita para controle de podridão em maçã durante o armazenamento sob refrigeração.	1

(continua)

Estudo cinético com adsorvente de pinhão.	1
Caracterização e valorização do resíduo vinícola de Urupema.	1
Métodos alternativos de manejo do vinhedo e seus efeitos sobre os atributos produtivos e qualitativos da uva e do vinho em região de altitude de Santa Catarina.	1
Diagnóstico e monitoramento do cancro europeu das pomaceas usando visão computacional e RFID.	1
Ferramentas lúdicas no ensino profissional da viticultura e da enologia	2
Tecnologias sustentáveis para o controle de crescimento e melhorias na qualidade da produção em vinhedos de altitude.	2
Eficiência de produtos alternativos e técnicas naturais de manejo da videira no controle da podridão cinzenta (<i>Botrytis cinerea</i>) na variedade Sauvignon Blanc em região de altitude de Santa Catarina.	2
Controle de doenças de maçãs em pós colheita com aplicação de produto alternativo.	1
Propagação de porta-enxerto de videira por estaquia com ácido indol 3-butírico.	4
Elaboração e avaliação sensorial de iogurte grego sabor uvaia pelos alunos do Curso Superior em Tecnologia de Alimentos	4
Extração e caracterização de pectina do resíduo da goiaba serrana e avaliação do seu potencial tecnológico para produção de geleia.	1
Caracterização fenológica de variedades de videira em Urupema, SC.	1
Desenvolvimento de iogurte grego sabor uvaia pelos alunos do curso superior em Tecnologia de Alimentos.	0
Avaliação de parâmetros de qualidade de sucos integrais e néctares de laranja e de maçã comercializados no mercado.	2
Identificação das pressões institucionais que influenciam no comportamento das organizações: uma investigação teórica.	0
Identificação das atividades de logística verde presentes na literatura.	0
Processos de separação física no processamento de matérias-primas alimentícias e derivados da região serrana catarinense: revisão bibliográfica.	0
Potencial de matérias-primas da região serrana catarinense para extração de óleos: revisão bibliográfica.	0
Isolamento de bactérias produtoras de exopolissacarídeos a partir do Kefir.	0
Desenvolvimento de capacidades de linguagem no ensino de inglês por meio de uma sequência didática.	0

(conclusão)

Gestos didáticos do professor de inglês.	0
Projetos de Pesquisa Executados em 2018	Nº de bolsistas
Otimização do processo de fabricação de cerveja de uvaia (<i>Eugenia pyriformis</i>) Cambess por meio de análise físico-química.	1
O Ensino da Matemática e as Novas Tecnologias – Revisão Bibliográfica.	0
Desenvolvimento de produto com pinhão: uma simulação de atuação no setor de P&D em uma indústria de alimentos.	4
Um olhar sobre as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.	0
Avaliação da qualidade higiênico-sanitária de queijo serrano produzido no município de Urupema como ferramenta de ensino nas disciplinas de microbiologia e microscopia de alimentos.	2
Extração e caracterização de óleo de semente de uvaia pelos alunos do curso superior em Tecnologia de Alimentos.	2
Enoindústria - Agregando valor aos produtos e subprodutos da uva e do vinho.	0
Acompanhamento das propriedades físico-químicas de vinhos maturados em diferentes madeiras.	0
Desenvolvimento e caracterização de bebida láctea fermentada prebiótica incorporada de polpa de <i>Physalis peruviana</i> .	4
Relacionamentos entre pressões institucionais e atividades de logística verde e seus reflexos no desempenho logístico	0
Comportamento reológico de sucos e polpas: revisão bibliográfica.	0
Química na Sociedade - Revisão Bibliográfica	0
Caracterização de variedades de frutos de physalis de cidades da Serra Catarinense e avaliação do seu potencial tecnológico para aplicação em derivados lácteos.	1
Potencial do vinho Petit Manseng na composição do vinho base e nas características químicas e sensoriais dos espumantes.	1
Efeito do estágio de maturação dos frutos na caracterização físico-química de polpa de pitanga.	1
Avaliação de sobre enxertia da videira com inter-enxerto de "Cabernet Sauvignon" em Urupema, SC.	1

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados da Coordenadoria de Pesquisa do Câmpus Urupema (2019)

**APÊNDICE F - TABELA DE PROJETOS DE EXTENSÃO DESENVOLVIDOS NO
IFSC URUPEMA DO ANO DE 2011 AO ANO DE 2018**

(continua)

Projetos de Extensão Executados em 2011
Dia da Árvore – Movimento de Responsabilidade Socioambiental nas Escolas de Urupema
Semana da Alimentação no Município de Urupema – SC
Qualificação profissional em pomar frutícola no município de Urupema, SC.
Projetos de Extensão Executados em 2012
Formação Inicial e Continuada em Informática Básica Aplicada à Administração Rural
Formação Inicial e Continuada em Tecnologia Educacional
Curso de Formação e Continuada em Confeitaria I
Assessoria gerencial para empreendimento de agricultura familiar na região serrana de Santa Catarina
Qualificação Profissional em pomar frutícola no município de Urupema
Cozinha Especial
Incubação de empreendimento coletivo: COOPEMA
Instalação de horta orgânica e treinamento para processamento mínimo de hortaliças na APAE de Urupema
Projetos de Extensão Executados em 2013
FIC Operações Básicas em cozinha
Mãos Unidas pela Roda: A Dança Circular no Campus Urupema
Oficinas de redes sociais: uso pessoal, profissional e na educação

(continua)

Incubação de empreendimento coletivo: COOPEMA – Fase II
Clube de xadrez em Urupema: fomento a prática do jogo entre alunos das Escolas Públicas do município
Instalação e manutenção de uma horta orgânica e processamento de alimentos na APAE de Urupema
Aprender Inglês Brincando
Mostra gastronômica na I Jornada Intermunicipal de Educação e Desenvolvimento Local: Café Serrano e seus elementos culturais
I Jornada Intermunicipal de Educação e Desenvolvimento Local
Agroindústria na Rede – blog e canal no YouTube divulgando informações sobre o mercado
Formação Inicial e Continuada integrada ao ensino médio na modalidade PROEJA FIC - Informática Básica
Oficina de Elaboração e Degustação de Vinhos Finos de Região de Altitude
Oficina teórico-prática de alimentos funcionais: potencialidades da região da Serra Catarinense
Estudo complementar de Matemática da Educação Básica
FIC – Curso Básico de Libras
Projetos de Extensão Executados em 2014
Oficinas de Orientação Profissional e Relacionamento Interpessoal
Meu pé de Fruta - um guia para o processamento artesanal de frutas e hortaliças
Araucária Sustentável: Parte I - Capacitação de agricultores da região de Urupema
FIC Produção de salgados e pizzas
Valorização dos produtos agroindustriais da serra catarinense por meio de tecnologia de alimentos
Nas entrelinhas da poesia
Formalização da Associação de Produtores Agroecológicos da região de Painel, Rio Rufino e Urupema
Esporte, Saúde e Integração
Avaliação de ascósporos de sarna da macieira no município de Urupema, SC

(continua)

IFSC Urupema Sustentável
FIC em Tecnologia Educacional
Conhecendo o hidromel - a bebida dos vikings como possibilidade de agregação de valor ao mel produzido na região de Urupema/SC
Capacitação de Produtores Rurais da Região de Urupema em Sustentabilidade da Produção na Floresta de Araucárias
Rede de Gestão e Serviços para uma Comunidade Solidária
Qualificação dos meios de hospedagem de Urupema / SC
Gincana inclusiva: rompendo com as barreiras da comunicação através da Libras
Projetos de Extensão Executados em 2015
Estruturação de uma Incubadora de Inovação Social do IFSC Câmpus Urupema na Região Serrana Catarinense
Araucária sustentável: Parte II - Agregação de valor em produtos derivados do pinhão
Elevando a autoestima das mulheres de Urupema através do jazz dance
Qualificação dos meios de hospedagem de Urupema – SC
Minicurso: fabricação de produtos de panificação e massas alimentícias na disciplina de tecnologia de cereais, raízes e tubérculos
Mostra Gastronômica: Café Serrano no I Encontro Nacional de Tropeirismo de Urupema
Fotografia do Cotidiano e paisagem do município de Urupema
Produção textual para alunos do Ensino Médio
Estudo complementar de Matemática
Clube de Xadrez na rede municipal de Urupema
Apoio e assessoria ao desenvolvimento e gestão de cooperativas de produtores rurais

(continua)

Docentes de Matemática: formação continuada para o uso de softwares específicos em sala de aula
Projetos de Extensão Executados em 2016
Formação Inicial em Operador de Computador Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de EJA
Formação Inicial e Continuada Integrada ao Ensino Fundamental na Modalidade de EJA – Turismo e Hotelaria
Estímulo a discussões de temas transversais
Sustentabilidade: necessidade e oportunidade
Auxílio e aprimoramento da Gestão de Custos para produtores da maçã
Execução de uma composteira no Câmpus Urupema
Inclusão Digital, Tecnológica e dos meios de Informação e Comunicação na região de Urupema
Feira da Economia Solidária – Urupema e Festival Cultural e Gastronômico
Elaboração de fermentado de goiaba serrana (<i>Acca sellowiana</i>): uma alternativa ao excedente de produção
II Seminário de Enoturismo
Projetos de Extensão Executados em 2017
Cine Urupema
Incentivo ao Empreendedorismo na Área Receptiva de Turismo Ambiental em Urupema – SC
Oficina: Boas práticas na manipulação de alimentos
III Seminário de Enoturismo: Vinho e aventura
II Semana Acadêmica do Campus Urupema: Inovações e tendências
Halloween na serra: um resgate da cultura local
I Encontro de Direitos Humanos e Inclusão do Câmpus Urupema
Wine Live Australia – difusão de técnicas de produção de uva e de elaboração de vinho da Austrália

(Conclusão)

Primeira Semana do Meio Ambiente do IFSC – Câmpus Urupema
Promoção na qualidade de vida no trabalho
Incentivo ao Empreendedorismo na Área Receptiva de Turismo Ambiental em Urupema – SC
Prática de xadrez na comunidade de Tubarão
Projetos de Extensão Executados em 2018
Para além do "macarroni and cheese": compartilhar termos em inglês da área de Tecnologia de Alimentos por meio de jogos para crianças
Ações educativas e de sensibilização em gastronomia e enogastronomia: enfoque nos produtos locais e inserção institucional junto à comunidade regional
IV Seminário de Enologia e Turismo: vinho e identidade cultural
Horta escolar: estratégia didática que une a prática com a teoria
Ciência, para que(m) te quero?
Melhoria da qualidade de maçãs na colheita
Primeira Exposição de Vinhos de Urupema
Vinho: aromas culturais
Cine Urupema: cultura, educação e cidadania
Pintando com uvas

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados da Coordenadoria de Extensão do Câmpus Urupema (2019)